



Ivo Emanuel Meira Tito Fontes

**Imigração e Integração Social: A
*integração social de imigrantes no
distrito de Santarém***

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor Pedro Hespanha, apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2010



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ivo Emanuel Meira Tito Fontes

**Imigração e Integração Social:
*A integração social de imigrantes no
distrito de Santarém***

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor Pedro Hespanha, apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2010



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Dedicatória

Sem toda a tua dedicação, jamais chegaria onde cheguei...

Obrigado Mãe.

*“Olha – queres ouvir-me? –
às vezes ainda sou o menino
que adormeceu nos teus olhos;*

*Ainda aperto contra o coração
rosas tão brancas
como as que tens na moldura;*

*Ainda oiço a tua voz:
"Era uma vez uma princesa
no meio de um laranjal..."*

*Mas – tu sabes! - a noite é enorme
e todo o meu corpo cresceu...
Eu saí da moldura,
dei às aves os meus olhos a beber.*

*Não me esqueci de nada, mãe.
Guardo a tua voz dentro de mim.
E deixo-te as rosas.*

Boa noite. Eu vou com as aves.”

Eugénio de Andrade – Poema à Mãe

Agradecimentos

A realização da presente dissertação traduz-se no reflexo de um intenso ano de pesquisas, contudo destacaria a elaboração da mesma como o culminar de um longo percurso académico. Foram inúmeras as pessoas que se cruzaram comigo ao longo destes últimos 5 anos, contribuindo directa ou indirectamente para a acumulação de experiências e conhecimentos.

Particularizando o reconhecimento daqueles que me foram relevantes, agradeço em primeiro lugar ao meu pai e à minha mãe pela enorme paciência demonstrada, pois mesmo não compreendendo a “batalha” que travei neste último ano, vocês foram preciosos quando mais precisei de ouvir palavras de encorajamento.

Aos meus conterrâneos ribatejanos Daniel e Cláudio, agradeço as várias noites passadas no “*Paraíso*”. No meio de tanta azáfama, foi importante poder contar com o vosso apoio no lançamento de “dados” para as inúmeras discussões proporcionadas.

A todos os meus colegas de licenciatura e de mestrado, agradeço os momentos e as ideias partilhadas. Um profundo agradecimento ao meu colega Pedro Ruivo, pela forte vivência académica, assim como a uma pessoa outrora especial, que sempre se apresentou como um pilar nos momentos de maior dificuldade.

Ao meu orientador, o professor Pedro Hespanha, agradeço o apoio que me prestou e as indicações preciosas que me conferiu para a valorização de todo este trabalho.

Enviando uma forte palavra de apreço aos profissionais do CLAll de Salvaterra de Magos e à Dra. Andreia Santos do CNAI de Lisboa, agradeço a receptividade e a colaboração que sempre demonstraram para com a minha dissertação, apesar de muitas vezes a disponibilidade não ser a ideal. Agradeço igualmente a amabilidade de todos os habitantes do concelho de Salvaterra de Magos, que me concederam a oportunidade de recolher os seus testemunhos nas entrevistas realizadas.

Mais que um amigo, um grande irmão, reservo para o Tiago Alves o meu último agradecimento. É nas nossas diferenças que nos tornamos iguais. Foste sem dúvida uma das pessoas que maior influência teve no resultado final desta dissertação.

Índice

Resumo	1
Abstract	2
Introdução	3
Capítulo I – Um mundo de capital humano em constante movimento.....	10
1) O fenómeno migratório – Conceitos & Tipologias	10
2) Os imigrantes	15
3) Teorias e motivações migratórias	18
4) O panorama migratório	23
4.1) Europa.....	23
4.2) Portugal.....	25
Capítulo II – Um “estranho num mundo “estranho”	32
1) A Chegada.....	32
2) A exclusão social e os seus perigos	34
3) O caminho em torno da integração social.....	36
4) Modos de integração social.....	38
5) Áreas de integração.....	40
6) Panorama integratório em Portugal	44
Capítulo III – A influência política no panorama migratório	49
1) O papel do Estado	49
2) Uma política migratória europeia	50
3) Portugal e as políticas migratórias	52
3.1) Políticas de admissão.....	53
3.2) Políticas Integratórias	56
4) Organismos responsáveis.....	58
4.1) SEF	58
4.2) Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.....	59
Capítulo IV – Estudo de Caso de Salvaterra de Magos	64
1) O Concelho de Salvaterra de Magos.....	64
2) Os imigrantes em Salvaterra de Magos	66
3) O CLAII de Salvaterra de Magos	68
4) Discussão dos resultados	71
Conclusão.....	75
Referências Bibliográficas	79

"Não me chames estrangeiro, só porque nasci longe ou porque tem outro nome essa terra de onde venho.

Não me chames estrangeiro porque foi diferente o seio ou porque ouvi na infância outros contos noutras línguas.

Não me chames estrangeiro se no amor de uma mãe tivemos a mesma luz nesse canto e nesse beijo com que nos sonhos iguais nossas mães contra o seu peito.

Não me chames estrangeiro, nem perguntes donde venho; é melhor saber onde vamos e onde nos leva o tempo.

Não me chames estrangeiro, porque o teu pão e o teu fogo me acalmam a fome e o frio e me convida o teu tecto.

Não me chames estrangeiro; teu trigo é como meu trigo, tua mão é como a minha, o teu fogo é como o meu fogo, e a fome nunca avisa: vive a mudar de dono.

(...)

Não me chames estrangeiro; olha-me nos olhos

Muito para lá do ódio, do egoísmo e do medo,

E verás que sou um homem, não posso ser estrangeiro."

Rafael Amor – Não me chames Estrangeiro

Lista de abreviaturas

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CEE – Comunidade Económica Europeia

CES – Centro de Estudos Sociais

CLAII – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes

CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

MCE – Mercado Comum Europeu

MIPEX – Migrant Integration Policy Index

MPI – Migration Policy Institute

OIM – Organização Internacional para as Migrações

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB – Produto Interno Bruto

PJ – Polícia Judiciária

PNAIS – Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social

PSP – Polícia de Segurança Pública

RSI – Rendimento Social de Inserção

SEF – Serviço Estrangeiros e Fronteiras

SIS – Schengen Information System

SNS – Serviço Nacional de Saúde

UE – União Europeia

Resumo

O fenómeno migratório é uma realidade incontornável nas sociedades contemporâneas europeias. Assumindo-se como um pólo de atracção migratório, o continente europeu regista um elevado fluxo imigratório, onde Portugal, não fugindo à regra, tem vindo nas últimas décadas a obter semelhantes registos.

A multiculturalidade vigente nas sociedades europeias é um reflexo demonstrativo do impacto que as migrações têm vindo a exercer sobre o domínio social, tornando-se imperativa a reflexão em torno das possíveis crispações que poderão advir de todo este fenómeno demográfico. A ambiguidade subjacente ao binómio exclusão/integração reforça a necessidade de se construírem alicerces políticos mensuráveis, de forma a ser fomentada a harmonização migratória que possibilitará um espírito de tolerância entre comunidades estrangeiras e nacionais.

Em Portugal assistiu-se, muito recentemente, a uma espécie de descentralização dos serviços migratórios através da criação de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes que procuram uma maior proximidade junto das comunidades imigrantes. Contando actualmente com diversas estruturas CLAll implementadas em vários concelhos do território nacional, o distrito de Santarém conta com quatro centros desta natureza, apresentando-se como um caso bastante peculiar, atendendo à localização dos centros e à realidade geográfica do distrito.

Este trabalho procura, num primeiro momento, fornecer dados elementares relacionados com o fenómeno migratório e com a importância da integração social na prevenção de possíveis conflitos étnicos originados pelas migrações. Posteriormente serão analisadas as acções governamentais tomadas para a preconização desta estabilização social. Num segundo momento realizar-se-á um estudo de caso ao concelho de Salvaterra de Magos com o objectivo de averiguar se a actual política de implementação de estruturas CLAll no distrito de Santarém é o caminho a seguir a nível de políticas de integração social de imigrantes.

Palavras-chave: Migrações; Imigração em Portugal; Integração Social; Políticas migratórias; CLAll; Salvaterra de Magos; Santarém.

Abstract

The migratory phenomenon is an unavoidable reality of the European contemporary societies. Assuming itself as pole of migratory attraction, the European continent presents a high immigration flux, and Portugal is not an exception as it has been registering similar situation over the last decades.

The current multiculturalism of the European societies is a demonstrative reflex of the impact that migrations have been having over the social sector, therefore becoming imperative that a reflection about the possible turmoil that may accrue from this demographic phenomenon. The ambiguity underlying the binomial exclusion/integration strengthens the need to build up politically measurable foundations, in order to encourage the harmonization of migrations which would allow a spirit of tolerance between foreign and national communities.

Portugal suffered, very recently, somewhat of a decentralization of the migratory services through the creation of local centres that favour a better proximity to the immigrant communities. Actually counting on several CLAll structures implemented on numerous counties throughout the national territory, the district of Santarém can rely on four of these kind of centres, presenting itself has a really peculiar case, attending to the centres location and to the district's geographical reality.

At first instance this paper work seeks to provide elementary data related to the migratory phenomenon and the significance the role of social integration have on preventing possible social conflicts associated to migrations. Further along an analysis is due, regarding the governmental actions taken towards the defence of this social stabilization. On a second moment, this paper work will present a study case about Salvaterra de Magos county with the objective of ascertain if the actual implementation policy of CLAll structures on the Santarém district is in fact the correct path to follow concerning immigrants social integration policies.

Key Words: Migrations; Immigration in Portugal; Social Integration; migration policies; CLAll; Salvaterra de Magos; Santarém.

Introdução

Actualmente Portugal vive enraizado num denominado “mundo globalizado”. A abertura europeia que se iniciou após o fim do período ditatorial, tornou Portugal num país de costumes globalizados com uma conjuntura política, económica e social, completamente distinta daquela em que os seus cidadãos viviam “*orgulhosamente sós*”¹. A crescente partilha de políticas a nível europeu, a liberalização dos mercados económicos e a formação de novos fluxos migratórios, reflectem todo este panorama de transformações.

Centrando toda a reflexão em torno do espectro social da questão, mais especificamente nos novos fluxos migratórios, Portugal tem vindo nestes últimos anos a registar mudanças cada vez mais significativas. Anteriormente designado como país de emigração até meados da década de 70, é a partir desta altura que se começa a assistir ao declínio da emigração portuguesa e ao desenvolvimento de novas modalidades migratórias. Com a década de 90 a assinalar a consolidação de uma União Europeia forte e unida, Portugal passou a incluir nos seus padrões um crescente fluxo imigratório que se tem mantido até aos nossos dias. Uma mudança que possibilita prever a formação de novas especificidades migratórias que tornam interessante o estudo do tema das migrações em Portugal.

Definidos como um grupo de pessoas a perpetuar uma deslocação temporária ou permanente movimentando-se para um novo país de forma voluntária ou forçada, os imigrantes são vistos não só como pilares fundamentais na economia de um país graças à sua mão-de-obra barata e produtiva, mas igualmente como reguladores sociais, através da sua inclusão em programas de requalificação urbana e reequilíbrio demográfico, numa época em que o envelhecimento geral da população se tem vindo a acentuar sobretudo nos países europeus. Porém, com o agravamento de problemas económicos e sociais, é neste grupo minoritário que se registam elevadas taxas de exclusão social e um certo afastamento por parte dos organismos estatais na definição de novas políticas. O indivíduo imigrante torna-se, desta maneira, num centro de ambiguidade em termos do impacto social que poderá criar numa sociedade de acolhimento.

¹ Expressão proferida por Oliveira Salazar na década de 60 para caracterizar a política externa portuguesa.

Embora se tenha vindo a assistir a um aumento gradual de preocupações em torno da questão migratória, através das medidas de controlo de fluxos e de integração social adoptadas pelo governo português, as especificidades regionais bem patentes no nosso país deixaram em claro certas lacunas e incongruências na aplicação prática dessas mesmas medidas. Evidenciando a discrepância de desenvolvimento territorial em Portugal, torna-se relevante analisar a resposta que os poderes central e local, os imigrantes e as próprias populações locais têm dado a toda esta situação. Serão as actuais políticas de integração social de imigrantes aplicáveis em regiões afastadas dos grandes centros urbanos? Que espécie de relação mantêm os imigrantes com as comunidades locais dessas mesmas regiões? Em suma, de que forma se efectua a integração social de imigrantes em Portugal?

A nível de políticas vocacionadas para a área da integração social de imigrantes, o ACIDI é actualmente o organismo de excelência que tem como missão promover o diálogo intercultural entre as diversas comunidades étnicas instaladas em Portugal. Com uma história ainda recente no panorama migratório nacional, este ACIDI, anteriormente designado por ACIME, foi criado num momento em que os fluxos migratórios se encontravam em constantes transfigurações. Desfasado em certos casos da realidade migratória, as já referidas especificidades regionais portuguesas dificultaram a interacção entre os imigrantes e o ACIME criando um profundo desconhecimento das necessidades sentidas pelos imigrantes que não habitavam em grandes centros urbanos. Foi desta forma que a descentralização dos serviços migratórios veio a apresentar-se como uma solução viável, onde a implementação de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes tem vindo a desempenhar um papel de proximidade e de resposta imediata perante as necessidades das comunidades estrangeiras que se encontram dispersas um pouco por todo o território nacional.

Os CLAII são espaços informativos descentralizados que prestam um primeiro auxílio às possíveis dúvidas que possam surgir no seio das comunidades estrangeiras. Observando o distrito de Santarém, encontram-se implementadas quatro estruturas CLAII em Santarém, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Coruche, tendo a implementação destas estruturas sido registada num curto espaço de tempo. Se por um lado a instalação do CLAII de Santarém não representou uma inovação no concelho, visto ter vindo ocupar o lugar do antigo Gabinete de Apoio ao Imigrante

criado pela Câmara Municipal de Santarém em 2002, as restantes estruturas foram todas criadas de raiz, não existindo até à data informação suficiente sobre a eficiência dos seus serviços.

É precisamente através deste recente aumento de centros locais e do desconhecimento em torno da sua eficácia, que se torna relevante analisar a razão pela qual um distrito como o de Santarém necessita de um reforço de serviços e instalações de integração de imigrantes e qual o impacto real que estas estruturas têm tido, tanto para as comunidades estrangeiras, como para o próprio desenvolvimento dos concelhos que as acolhem. Desta forma, torna-se pertinente questionar se é *a crescente proliferação de estruturas CLAI no distrito de Santarém uma garantia para a integração social dos imigrantes residentes no distrito?*

Apresentada a problemática, é possível configurar um conjunto de hipóteses que possibilitam testar a coerência e consistência de toda a dissertação e, simultaneamente, responder à questão supra mencionada.

Em primeiro lugar, é exequível constatar um aumento de serviços prestados pelo ACIDI através das suas estruturas CLAI. O sucesso das suas intervenções tem sido elevado, podendo esse facto ser comprovado através do recente reconhecimento público da ONU às políticas de integração portuguesas (Viana, 2009). Assim sendo, e tendo em conta os resultados positivos que são enunciados, surge como primeira hipótese a ideia de que *a implementação de estruturas CLAI resulta num reforço de serviços de integração social para imigrantes, o que por sua vez atrai cada vez mais população estrangeira. Através do teste desta hipótese pode-se obter uma ideia concreta, relativa ao impacto imediato e à dinamização que o CLAI tem tido nos concelhos onde foi implementado.*

Em segundo lugar, é essencial deter uma perspectiva precisa sobre o peso que uma comunidade imigrante pode ter no desenvolvimento socioeconómico de um concelho. Desta forma, numa segunda hipótese, considera-se que *o impacto da população imigrante num dado território redundará num maior desenvolvimento socioeconómico das freguesias onde se encontram localizados, o que facilita a sua integração na comunidade local.* Esta hipótese contribuirá essencialmente para estabelecer uma relação entre o desenvolvimento socioeconómico e a contribuição produtiva das comunidades imigrantes. Com esta relação será ainda possível avaliar

os efeitos que os indivíduos imigrantes têm no desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais.

Por fim, é necessário analisar o grau de satisfação da sociedade em relação ao acolhimento de imigrantes e avaliar o papel que o ACIDI tem tido localmente na difusão de uma imagem positiva sobre as comunidades estrangeiras. Assim sendo, como terceira e última hipótese, considera-se que *a presença de estruturas CLAI têm vindo a mobilizar as comunidades locais nas suas acções, o que favorece uma imagem positiva a respeito do funcionamento dos centros e dos seus respectivos profissionais e associados*. Através desta hipótese será possível recolher informações relativas ao tipo de actividades desenvolvidas pelos CLAI, que merecem uma maior atenção e participação por parte das populações. Será igualmente possível analisar e aprofundar o tipo de relacionamento existente entre as comunidades estrangeiras e nacionais.

Tendo em conta o tipo de serviços que se pretende abordar, será adequado utilizar uma estratégia metodológica centrada num estudo de caso alargado, envolvendo a análise documental e a realização de entrevistas.

Reconhecendo a importância dos textos já produzidos sobre o fenómeno migratório e identificando uma distinta riqueza nos dados estatísticos desenvolvidos e divulgados pelo Observatório do ACIDI, elaborar-se-á um texto em torno de uma discussão teórica, complementada por uma posterior análise documental. Numa vertente mais teórica, serão contempladas as diversas teorias migratórias existentes, de modo a recolher um enquadramento geral sobre o assunto que posteriormente possibilitará identificar no terreno grupos e situações específicas. Com uma componente mais prática, a recolha de dados estatísticos será benéfica para o fortalecimento das teorias referenciadas e para a monitorização das características migratórias da região.

Com as entrevistas, numa amostra mais restrita, pretende-se obter resultados mais claros, através de perguntas abertas e fechadas. Para a elaboração das entrevistas, serão seleccionados profissionais pertencentes aos CLAI que, de uma maneira predominante, definem e aplicam acções de intervenção e prestam auxílio permanente aos imigrantes. O papel das entrevistas terá o intuito de abordar uma população mais restrita, de modo a possibilitar um contacto directo com quem promove as iniciativas de integração e com quem lida com a população alvo (imigrantes). Procurar-se-ão obter informações gerais sobre o funcionamento dos

serviços em matéria de divulgação e de implementação de acções de serviços migratórios. Serão eventualmente entrevistados elementos pertencentes às comunidades estrangeiras e locais, de modo a recolher uma diversidade de testemunhos referentes ao trabalho desenvolvido pelos CLAII.

Em suma, esta dissertação irá privilegiar a palavra dos especialistas em matéria de integração social de imigrantes e a experiência de quem contribui, na prática, para essa mesma integração.

A fim de se verificar o objectivo principal, a elaboração desta pesquisa ambiciona explorar a integração social migratória a partir da análise a um CLAII e da sua relação com o desenvolvimento socioeconómico de uma comunidade local.

A pesquisa realizada ao longo desta dissertação procurará essencialmente acompanhar e garantir informações relativas aos objectivos gerais, específicos e sociológicos, que por seu turno serão o fio condutor para a obtenção de uma resposta concreta à pergunta de partida, que questiona se a crescente proliferação de estruturas CLAII no distrito de Santarém é uma garantia para a integração social de imigrantes no distrito de Santarém.

Em relação a objectivos gerais, são essencialmente objectivos que se prendem com a eficácia dos serviços migratórios a nível de integração social e com o analisar de uma possível relação entre estas acções e o desenvolvimento socioeconómico do capital humano local. Num cariz mais específico, pretende-se abordar mais profundamente esta já mencionada relação, nomeadamente através da opinião que as comunidades locais têm sobre as acções de integração social de imigrantes nos seus territórios.

Por fim, a nível sociológico, esta dissertação poderá contribuir como um complemento a todos os outros estudos já efectuados na temática das migrações, procurando alargar o conhecimento em matéria de políticas migratórias e integração social.

Estruturalmente falando, o primeiro capítulo irá apresentar-se como uma introdução teórica sobre o tema das migrações. Com o intuito de esclarecer a ambiguidade existente em torno do conceito migratório, serão analisadas as suas diversas dimensões criando-se uma espécie de tipologia migratória que servirá de tableiro elementar na compreensão das movimentações migratórias

contemporâneas. Através desta tipologia migratória será desenvolvida uma reflexão em torno dos intervenientes físicos de todo o processo migratório, nomeadamente os imigrantes, que têm tendência para apresentar movimentações e motivações distintas na hora de migrarem. De forma a complementar este capítulo, será privilegiada uma exposição prática do panorama migratório europeu e português com o intuito de dar a conhecer a realidade migratória que actualmente vigora na Europa e em Portugal.

O segundo capítulo procurará dar a conhecer um outro lado da questão migratória, nomeadamente o momento de chegada e de incorporação social dos imigrantes. As especificidades culturais de cada país associadas à vasta diversidade cultural mundial, representa para muitos imigrantes a necessidade de adquirirem novos hábitos e novas práticas quotidianas quando chegam a um novo país de acolhimento. Em torno do binómio exclusão/inclusão social, serão analisados os diversos impactos que o indivíduo imigrante poderá causar numa sociedade de acolhimento e a importância que a própria sociedade terá no processo de integração dos imigrantes. Destacando a proeminência que a integração social de imigrantes exerce na harmonização cultural das diversas comunidades étnicas, serão elucidados conceitos e mecanismos fundamentais para a concretização de tal processo integratório. À semelhança do primeiro capítulo, este segundo capítulo será terminado através de uma breve exposição sobre o panorama da integração social de imigrantes em Portugal.

O terceiro capítulo tem o intuito de correlacionar os dois capítulos anteriores através de uma abordagem política relativa ao fenómeno migratório. As políticas migratórias em Portugal são caracterizadas por abordarem o campo da regulação dos fluxos migratórios e o campo da integração social desses mesmos fluxos. Assim, será privilegiada uma análise ao panorama político português através de uma breve exposição historial sobre o que Portugal tem vindo a implementar nos últimos anos a nível de políticas migratórias. Serão igualmente analisados os organismos de excelência responsáveis pela aplicação prática de tais medidas, nomeadamente o SEF e o ACIDI.

Terminando esta dissertação, o quarto e último capítulo privilegiará a exposição de um estudo de caso realizado ao CLAll do concelho de Salvaterra de Magos que será composto, num primeiro momento, por uma descrição socioeconómica do

concelho em questão e por uma caracterização da sua respectiva população imigrante. Posteriormente será realizada uma apresentação descritiva da estrutura CLAll implementada no município. Por fim, será criado um espaço de debate em que se procurará correlacionar as informações apresentadas ao longo do capítulo com elementos teóricos relativos ao processo de integração social de imigrantes, de modo a ser elaborada uma síntese conclusiva relativa ao impacto real que o CLAll de Salvaterra de Magos tem tido no domínio da integração social de imigrantes no seu concelho.

Capítulo I – Um mundo de capital humano em constante movimento

Sumário: Com o intuito de clarificar o âmago do conceito migratório, este primeiro capítulo procura abordar a temática migratória evidenciando as dinâmicas inerentes aos seus fluxos. Assim, num primeiro momento procura-se atribuir uma noção genérica do termo através da exposição de diversos conceitos migratórios já formalizados, seguindo-se uma identificação e tipificação dos diversos fluxos migratórios existentes. Seguidamente, analisam-se os migrantes como intervenientes concretos neste processo de mobilidade, realizando-se uma caracterização dos mesmos consoante as movimentações que protagonizam, observando-se posteriormente as motivações ou razões que desencadeiam as suas acções. Por fim, realiza-se uma exposição do panorama migratório europeu e português de forma a privilegiar um conhecimento mais profundo sobre a realidade dos fluxos migratórios nestes dois espaços.

1) O fenómeno migratório – Conceitos & Tipologias

Na busca de uma definição para o termo migração, é através de uma simples revisão da literatura nesta área, que se torna clara a ideia de que a amplitude em torno do conceito migratório não se reduz a uma única dimensão, devendo a sua conceitualização respeitar a incorporação de diversos elementos que tornarão o termo universal.

Na terminologia mais corrente, migrar corresponde a “mudar de uma região para outra ou de um país para outro” (Porto Editora, 2008:1094). Uma definição quiçá demasiado simplista mas na qual se incorpora um elemento transversal a todas as teorias e definições subjacentes às migrações, a denominada *mudança espacial*. No mesmo sentido o INE descreve as migrações tratando-as como a “deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com intenção de mudar de residência de forma temporária ou permanente” (INE, 2003). Com esta definição observa-se que, para além do factor espacial destacado na primeira definição

apresentada, as migrações incorporam igualmente uma *dimensão temporal* que determina a duração da migração. É de facto em torno destas duas dimensões, espacial e temporal, que grande parte dos teóricos e especialistas em questões migratórias elaboram as suas definições. Porém, como se pode constatar através da definição de Jackson² (1991) as migrações, para além de incorporarem as já referidas dimensões temporal e espacial, incorporam igualmente uma *dimensão social* que se encontra relacionada com uma possível mudança de estatuto social originada por alterações nos relacionamentos espaciais. Eisenstadt³ (1954) partilha desta opinião afirmando que as migrações englobam uma transição entre sociedades, onde os indivíduos acabam por abandonar o quadro social que ocupavam no seu país de origem entrando numa nova estrutura social no momento de chegada a um país de acolhimento. Por seu turno, Graciela De Marco⁴ (1989) apresentou uma classificação das migrações que incluía uma *dimensão formal*, destacando a forma como a migração é perpetuada.

Torna-se perceptível a existência de uma enorme diversidade estrutural em redor da questão migratória, contudo salientam-se quatro dimensões que articuladas constituem o epicentro segundo o qual se movimentam os fluxos migratórios contemporâneos. Será incorporando os elementos relativos ao *espaço, tempo, forma e estatuto social* que se poderá elaborar uma noção migratória abrangente e equilibrada, assim como criar uma tipologia que demonstre toda a magnitude das dinâmicas migratórias.

Analisando cada uma das dimensões evidenciadas, a dimensão espacial do fenómeno migratório refere-se essencialmente às migrações internas e às migrações externas. Sem uma grande complexidade nas suas distinções, Malheiros⁵ (1996) afirma que a migração interna é a migração compreendida dentro de um território nacional onde um indivíduo perpetua movimentações entre regiões. Quanto à migração externa, é realizada num outro tipo de contexto, contemplando uma deslocação entre territórios nacionais. Não descurando a relevância que as migrações

² Antigo professor no Trinity College da Universidade de Dublin que ocupou o cargo de presidente do Departamento de Sociologia dessa instituição. A sua obra *Migrações* é uma referência a nível académico para o estudo das questões migratórias.

³ Sociólogo israelita reconhecido mundialmente pelos seus estudos relativos aos impactos culturais nas transformações dos processos estruturais sociais.

⁴ Socióloga argentina que tem dedicado grande parte da sua carreira a questões relacionadas com os direitos humanos e disparidades entre géneros.

⁵ Professor associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa especializado na área da geografia.

internas patenteiam nos fluxos migratórios contemporâneos, é particularmente sobre as ditas migrações entre estados que são centradas as atenções dos diversos debates migratórios atendendo aos recorrentes desafios sociais que têm vindo a ser colocados pelos migrantes tanto nos países de origem como nos de acolhimento. Se por um lado nas migrações internas a questão migratória é maioritariamente gerida pelo poder executivo de um estado, nas migrações externas a situação ganha contornos mais complexos, exigindo esforços diplomáticos entre estados que potencialmente apresentam discordâncias em relação aos impactos do fenómeno migratório.

Numa dimensão temporal as migrações podem ser analisadas segundo um prisma temporário ou permanente. Analisando a denominada migração temporária, Fátima Castro⁶ (2008) afirma que usualmente este tipo de migração respeita uma durabilidade temporal relativa, onde um migrante pretende única e exclusivamente obter um maior rendimento económico, retornando ao seu país de origem assim que esse objectivo seja concretizado. Por sua vez, as migrações permanentes são caracterizadas pela presença contínua do indivíduo migrante no país de acolhimento, onde irá desenvolver a sua vida profissional, familiar e social. Abordando a questão do retorno, esta autora realiza a distinção entre uma migração permanente finita e uma migração permanente definitiva, afirmando que nas migrações permanentes finitas o retorno é uma situação que tem fortes probabilidades de acontecer, ao contrário do que é verificado nas migrações permanentes definitivas.

É igualmente interessante observar a apreciação que Jackson realiza a esta dimensão temporal, a qual ao contrário de Fátima Castro, identifica no local de residência um elemento essencial para a distinção entre migrações temporárias e migrações permanentes. Afastando-se da durabilidade temporal que a migração representa, para Jackson (1991) nas migrações permanentes os migrantes devem assumir uma mudança definitiva de local de residência. Num sentido oposto, as migrações temporárias caracterizam-se pela opção dos migrantes manterem o local de residência no país de origem durante a sua passagem por outro país.

Esta dimensão temporal fica acima de tudo marcada pela opção do migrante assumir em definitivo a sua mudança geográfica de uma maneira permanente ou temporária. No entanto, esta mudança pode facilmente tornar-se complexa partindo

⁶ Licenciada em Geografia, realiza investigação na área da mobilidade populacional.

do princípio de que todas as migrações permanentes são num primeiro momento temporárias visto que diversos factores poderão condicionar a permanência do migrante num país de acolhimento. Pode-se igualmente ter em conta que na maior parte dos casos de migrações temporárias, os migrantes têm o intuito de retornar aos seus países de origem assim que satisfaçam as motivações que os estimularam a migrar. Contudo, como afirma De Sans⁷ (1993), a dificuldade em suplantar essas mesmas motivações leva a que o migrante vá prolongando por tempo indeterminado a sua estadia no país de acolhimento, praticando desta feita um tipo de migração permanente. É através desta ambiguidade em torno da durabilidade da migração que a visão de Jackson se pode tornar útil, visto apresentar um outro ponto de referência para o diferenciamento entre uma migração permanente ou temporária.

Em relação à forma como as migrações se perpetuam, Jackson (1991) fala sobre migrações voluntárias e migrações forçadas. Como os próprios nomes indicam, num primeiro caso o acto de migrar é tomado de livre e espontânea vontade por parte do migrante. Por seu turno, as migrações forçadas baseiam-se na coacção individual que força o migrante a abandonar o seu país de origem. São claramente dois tipos distintos de migrações, onde o termo voluntário deixa bem clara a preponderância da acção individual na deslocação migratória e o termo forçado demonstra uma movimentação individual resultante de uma pressão que lhe é externa. Enquadrando estes dois tipos migratórios na realidade que se vive actualmente, é nas migrações forçadas que existe uma preocupação geral sobre a mesma, visto ser neste tipo de migrações que com maior frequência se atenta contra a integridade do ser humano. Por sua vez, as migrações voluntárias apresentam a particularidade de requererem um controlo e acompanhamento social permanente por parte do país de acolhimento para evitar possíveis crispações sociais entre a sociedade de acolhimento e os imigrantes.

Por fim, abordando a dimensão social, é peremptório realizar uma reflexão especial em torno da mesma, visto que o consenso teórico em relação à inclusão desta dimensão no domínio migratório ainda não se encontra verdadeiramente assegurado. Jackson afirma que a migração “terá de envolver necessariamente uma transição social bem definida, implicando uma mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico quer social” (Jackson, 1991:6).

⁷ Professora da Universidade Autònoma de Barcelona, especializada em Geografia Humana na área das questões migratórias.

Esta afirmação suscita claramente uma advertência em torno da questão do estatuto social de um indivíduo. Como afirma Alcinda Cabral⁸ (2002), o estatuto social de um indivíduo representa o seu posicionamento na sociedade em que está inserido. A forma como o indivíduo adquirirá esse estatuto poderá advir de factores externos, como por exemplo, situações hereditárias em que o estatuto é atribuído automaticamente por questões que ultrapassam a sua capacidade individual, ou então, através de factores internos em que o esforço e as capacidades individuais serão essenciais para determinar um estatuto social.

Procurando não direccionar o debate em torno dos elementos preponderantes na consolidação de um estatuto social, será mais correcto redimensionar toda a questão e reconhecer automaticamente no prestígio profissional e no poder económico os dois pilares substanciais para a aquisição e manutenção de um forte estatuto social. É de acordo com esta lógica bem vigente nas sociedades capitalistas contemporâneas que se pode identificar na dimensão social preconizada por Jackson dois tipos de migrações distintos mas relacionáveis, nomeadamente as migrações qualificadas e as migrações não qualificadas. Tendo por base a formação e a capacidade individual, são estes dois tipos de migrações que mais facilmente poderão criar fortes transformações no estatuto social de um indivíduo. Caracterizadas por uma forte vertente laboral, onde as necessidades do mercado de trabalho interferem na valorização ou desvalorização das capacidades dos migrantes, as migrações qualificadas e não qualificadas apresentam uma hipótese razoável para verificar o impacto social que a migração pode ter num migrante.

Compactando toda a reflexão realizada neste primeiro subcapítulo, é possível neste momento apresentar uma tipologia migratória⁹ e através da mesma afirmar que o fenómeno migratório se trata da deslocação temporária ou permanente de um indivíduo, que se movimenta para um novo estado de acolhimento de forma voluntária ou forçada e que verá a sua condição social ascender ou descender consoante o impacto da sua qualificação profissional no país de acolhimento.

⁸ Professora e Investigadora na Universidade Fernando Pessoa, doutorada em Antropologia Social e Cultural.

⁹ Figura disponível em anexo.

2) Os imigrantes

Criando uma analogia entre as migrações e um jogo de xadrez, a tipologia migratória elaborada no primeiro subcapítulo assume o papel de tabuleiro de jogo que vem catapultar para este segundo subcapítulo a curiosidade de saber quem são os intervenientes activos de todo o processo migratório e de que forma perpetuam as suas respectivas deslocações.

Falando de um migrante, aborda-se acima de tudo um indivíduo que parte do seu país de origem (*emigrante*) e que se insere num novo país de acolhimento (*imigrante*). Uma transição clara entre duas sociedades que exigirá do indivíduo migrante a determinação para abandonar aquilo que lhe era familiar e a audácia para se adaptar a uma nova realidade que apesar de, em certos casos, comportar características culturais que lhe possam ser conhecidas, comportam igualmente determinadas barreiras sociais que poderão ser difíceis de ultrapassar.

Seguindo o âmbito de toda esta dissertação e centrando uma especial atenção no indivíduo como ser humano a perpetuar um movimento de entrada numa nova sociedade, é possível registar nas sociedades europeias contemporâneas alguns tipos de imigrantes que se vão tornando comuns e que respeitam de certa forma um padrão que vai de encontro com as dimensões migratórias apresentadas no primeiro subcapítulo. Como se poderá constatar de seguida, é através da correlação das várias dimensões migratórias que se constrói um sujeito imigrante único e diferenciado tornando desta forma as migrações num jogo bastante diversificado a nível de actores intervenientes.

Com o intuito de realizar uma migração permanente, o imigrante apresenta-se como um indivíduo que procura uma mudança espacial a longo prazo, procurando num primeiro momento uma estabilidade estrutural que lhe permita instalar num futuro próximo os restantes membros familiares no novo país de acolhimento. Comportando a clarividente componente económica associada à estabilidade estrutural que está por detrás do impulso migratório inicial, observa-se de seguida uma situação de reagrupamento familiar que tem vindo a tornar-se cada vez mais comum nas migrações que comportam uma conjuntura a longo prazo. Este tipo de migrações são de certa forma aquelas que menos problemas comportam para as sociedades de acolhimento, visto tratarem-se paralelamente de migrações voluntárias onde os imigrantes assumem o interesse em mudarem de país respeitando as

questões legais, de modo a fixarem-se e a incorporarem-se em definitivo num novo país de acolhimento.

Geralmente associadas a movimentações laborais onde os imigrantes se deslocam durante um determinado período de tempo, com o intuito de exercerem uma actividade profissional, as migrações temporárias permitem, através da incorporação da dimensão social, identificar dois tipos distintos de imigrantes.

Apresentando-se numa nova sociedade sem um grande estatuto social e com uma forte debilidade a nível das suas competências laborais, o indivíduo imigrante irá sujeitar-se às necessidades do mercado de trabalho e será empurrado para as tarefas que usualmente são rejeitadas pela população local. O exemplo mais recorrente deste tipo de imigrantes encontra-se nos trabalhadores da construção civil que são atraídos por obras relacionadas com eventos de grande magnitude, como foi o caso da Expo 98 e do Euro 2004 em Portugal. Nestes casos, a permanência legal do imigrante em solo português ficou confinada à execução dessas obras tendo o término desses mesmos empreendimentos ditado o retorno de milhares de imigrantes às suas respectivas pátrias.

Num outro lado do espectro encontramos os imigrantes geralmente apelidados de profissionais qualificados em circulação temporária, que correspondem ao perfil típico do empresário que gere os seus negócios em plena transição ou do engenheiro que é imprescindível para o acompanhamento de um novo empreendimento. Pode-se igualmente incluir neste grupo de imigrantes os inúmeros estudantes que se movimentam academicamente para aprofundar os seus conhecimentos. O facto de realizarem uma deslocação que lhes poderá conferir maiores competências profissionais no futuro torna legítima a sua associação aos profissionais qualificados em circulação temporária.

Como se pode constatar, apesar de realizarem o mesmo tipo de movimentação, a dimensão social torna-se aqui o factor chave na distinção dos dois tipos de imigrantes temporários onde num primeiro caso os imigrantes são vistos como elementos úteis para colmatar as necessidades laborais devido à existência de falta de mão-de-obra, e num segundo tipo os imigrantes são indivíduos extremamente cobiçados pelas sociedades visto serem conotados como fontes de investimento e de desenvolvimento para as mesmas.

No geral, os imigrantes abordados tanto nas migrações permanentes como nas migrações temporárias não apresentam uma conotação clara apesar de ostentarem uma clarividente característica económica nas suas movimentações, que invariavelmente culmina na execução de uma actividade profissional. Tendo em conta a vertente economicista associada a este tipo de imigrantes, arriscaria a apelidar estes últimos de *imigrantes laborais*, visto o meio laboral ser o grande impulsionador para a concretização das suas movimentações migratórias.

Sem um cariz económico tão evidente, encontram-se os refugiados e os asilados que realizam deslocações migratórias devido a questões de instabilidade política ou de catástrofes naturais. Através de acordos políticos estabelecem-se pactos em que são estabelecidas vagas para a entrada de imigrantes que são acolhidos durante um determinado período de tempo num qualquer país de acolhimento. Este grupo de imigrantes é completamente oposto aos anteriormente apresentados, tendo em conta que a forma de migrar deixa de ser voluntária para assumir a configuração de um acto forçado em que muitos destes imigrantes observam a imigração como um acto de sobrevivência e não de opção própria.

Abordando um segmento migratório que merece uma atenção especial, os imigrantes ilegais e os imigrantes clandestinos são aqueles que apresentam uma situação mais problemática para as sociedades contemporâneas. São sem dúvida o fluxo mais indesejado de imigrantes devido ao facto de desrespeitam as questões legais de permanência num país, situação que lhes nega o acesso a direitos universais, dificultando a sua inserção numa sociedade de acolhimento. Realizando uma distinção entre estes dois tipos de imigrantes, Fátima Castro (2008) afirma que, tanto o imigrante ilegal, como o imigrante clandestino se encontram em situação irregular, contudo o imigrante ilegal apresenta uma existência reconhecida derivada do facto de já ter tido na sua posse um visto ou uma autorização de residência, situação que não se reflecte nos imigrantes clandestinos. A existência de políticas migratórias proteccionistas tem por base banir estes tipos de imigrantes, visto que usualmente movimentam-se de forma voluntária sem qualquer tipo de qualificações, o que os torna vulneráveis às redes de exploração humana que adquirem a sua autonomia obrigando-os a exercerem actividades ilícitas como a prostituição ou o tráfico de droga.

De modo a terminar este subcapítulo, surgem duas questões que devem ser realçadas. Para além de todos os tipos de imigrantes que foram enunciados existem, certamente, outros tantos a circularem pelo mundo fora. A sua possível exclusão desta análise prende-se única e exclusivamente com o facto de se ter privilegiado os imigrantes que mais comumente se encontram nas sociedades contemporâneas. Em segundo lugar, ressalva-se uma questão que foi ligeiramente abordada no primeiro subcapítulo e que faz referência ao facto de que muito possivelmente existe uma espécie de estrutura migratória maleável onde os imigrantes podem perpetuar diversos movimentos migratórios. Nas migrações os migrantes não adquirem um estatuto migratório fixo, podendo desempenhar diversos tipos de migrações ao longo das suas vidas. São vários os casos em que um imigrante “temporário” que se insere num país através de um vínculo laboral, acaba por atingir uma estabilidade económica e social que o faz repensar a sua situação e instalar-se de maneira permanente nesse mesmo país. Seguindo esta linha de pensamento, os imigrantes ilegais são um excelente exemplo desta alterabilidade do estatuto migratório onde através da regularização da sua situação podem tornar-se imigrantes temporários ou permanentes consoante os motivos que justifiquem a sua migração.

3) Teorias e motivações migratórias

Terminando o subcapítulo anterior focando por diversas vezes a ideia da existência de vários motivos que levam os imigrantes a partirem do seu país de origem para um novo país de acolhimento, serão expostas neste segundo capítulo algumas das teorias migratórias mais emblemáticas que abordam simultaneamente os principais motivos que incitam os indivíduos a migrarem.

Entrando numa vertente teórica, Inês Gomes (2004) anuncia que foi em torno da economia política que as primeiras teorias migratórias foram fundamentadas. A ideologia em torno da maximização das vantagens e da minimização do desconforto tornava o indivíduo num ser racional que regia as suas movimentações tendo em conta factores de atracção e de repulsão. Identificando situações práticas, Jackson associava a “falta de acesso à propriedade ou uso da terra, o desemprego, os baixos salários, as terras improdutivas, as secas e fomes e, por fim, o aumento populacional” (1991: 19) aos grandes factores repulsivos. Por seu turno, melhores alternativas aos

factores acabados de enunciar tornavam-se automaticamente factores de atracção aos olhos de qualquer indivíduo.

Foi desta forma que no final do século XIX, Ravenstein¹⁰ (1889) tentou elaborar alguns princípios capazes de explicarem os mecanismos dos processos migratórios. Afirmando existirem variáveis que condicionavam a constituição dos fluxos migratórios e invariavelmente indo de acordo com uma concepção económica predominante da época, Ravenstein associou o aumento das migrações ao desenvolvimento tecnológico e comercial da época, afirmando que os motivos económicos eram aqueles que mais estimulavam os indivíduos a perpetuarem movimentos migratórios.

A ideologia de Ravenstein serviu de suporte para muitas teorias migratórias, porém diversas críticas foram realizadas. Atendendo por exemplo à forma como as migrações se perpetuam, existe um claro esquecimento dos imigrantes asilados ou refugiados, visto estes últimos não terem capacidade de avaliação dos seus prós e contras na hora de se movimentarem. Sendo de certa forma um segmento migratório que é forçado a migrar, os aliciantes económicos defendidos por Ravenstein tornam-se sem fundamento para este tipo de imigrantes. Talvez devido a este facto, Everett Lee¹¹ (1966) surgiu no panorama migratório para reformular a teoria de Ravenstein, dando uma maior ênfase a factores pessoais e destacando o impacto de obstáculos intervenientes como barreiras físicas e políticas que poderiam ter um impacto no processo de decisão dos indivíduos na hora de migrarem. Lee referenciou ainda que a migração seria um processo selectivo devido a factores diferenciais como a idade, o sexo e a classe social, que certamente teriam algum impacto na forma como as pessoas responderiam aos factores de atracção e repulsão. Factores pessoais como a educação, a experiência e os tipos de famílias em que o indivíduo estaria inserido, poderiam igualmente retardar ou facilitar a migração.

Prosseguindo com esta exposição de índole teórica, o panorama teórico das migrações não se resume apenas ao modelo de Ravenstein e à sua respectiva reestruturação elaborada por Lee. Inúmeras teorias foram formuladas ao longo do tempo e através do trabalho de Douglas Massey¹² (1998) é possível sintetizar algumas

¹⁰ Geógrafo alemão que passou grande parte da sua vida em Inglaterra a desenvolver a ciência da geografia, tendo invariavelmente ficado associado à área das migrações através do seu *Modelo de Atracção-Repulsão*.

¹¹ Antigo director do Centro de Estudos Populacionais da Universidade de Pensilvânia.

¹² Sociólogo americano especializado na área da sociologia da imigração.

das principais teorias migratórias, uma vez que este sociólogo americano realizou uma estruturação das mesmas em dois grandes grupos, nomeadamente as teorias que descrevem o início das migrações internacionais e as que incidem sobre a persistência dos fluxos populacionais no espaço e no tempo.

No primeiro grupo encontram-se essencialmente teorias relacionadas com o domínio económico. Na denominada *Teoria da Economia Neoclássica*¹³, as diferenças salariais e as condições de emprego entre Estados são os motivos que levam os indivíduos a perpetuarem actos migratórios. Uma teoria que se distingue da *Teoria da Nova Economia das Migrações*¹⁴ no sentido em que esta última ao invés de partir de uma decisão individual, privilegia a preponderância de um consenso colectivo para a tomada da decisão de migrar, em que será procurado maximizar os rendimentos esperados e minimizar os riscos e ineficiências dos mercados económicos.

Com um cariz mais marxista surge a *Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado*¹⁵ que preconizando a divisão dos mercados de trabalho em mercados primários geralmente associados a condições laborais estáveis e qualificadas e mercados secundários representados pela precariedade e baixa qualificação dos seus postos de trabalho, compreende as migrações internacionais como resultantes dos factores atractivos dos países de acolhimento e não da vontade e cálculo individual dos migrantes. São desta forma os estados dos mercados de trabalho que irão determinar se o país de origem se mantém sustentável para um indivíduo viver e se um país de acolhimento apresenta elevados níveis de atracção para esse mesmo indivíduo ponderar o acto de migrar. Parnwell¹⁶ (1993) corrobora esta teoria afirmando que os movimentos migratórios são uma espécie de resposta às circunstâncias dos locais de origem. Por fim, surge a denominada *Teoria do Sistema-Mundo*¹⁷ igualmente de inspiração Marxista, que desenvolveu a ideia segundo a qual a penetração do capitalismo nas sociedades periféricas origina uma população móvel propícia a migrar para o estrangeiro. Os motivos salariais são novamente utilizados para justificar a

¹³ Impulsionada por economistas como Alfred Marshall durante o final do século XIX e o início do século XX.

¹⁴ Reformulação contemporânea da anterior Teoria da Economia Neoclássica.

¹⁵ Teoria desenvolvida nos anos 60 por John Dunlop, considerado como um dos grandes teóricos do sistema de relações de trabalho do século XX.

¹⁶ Professor e investigador graduado em Geografia especialista em estudos populacionais asiáticos.

¹⁷ Teoria desenvolvida pelo sociólogo Immanuel Wallerstein que se centra na correlação entre os sistemas sociais e o modelo económico capitalista.

existência de fluxos migratórios, contudo é atribuído às forças estruturais da economia mundial a gerência dessas diferenças salariais.

Afastando-se por completo da tendência económica das teorias apresentadas no primeiro grupo, o segundo grupo elaborado por Massey centra atenções para um domínio social, onde à primeira vista a *Teoria das Redes Migratórias*¹⁸ enaltece a importância das redes sociais no processo de motivação migratória. À semelhança da *Teoria da Nova Economia das Migrações*, esta *Teoria das Redes Migratórias* afirma que a decisão de migrar não parte de um único indivíduo mas sim de um consenso colectivo. No entanto, apesar do habitual processo de avaliação de custos e riscos ser realizado em conjunto, serão as redes sociais que fornecerão ao migrante as informações necessárias que o ajudarão a escolher o destino para o qual deverá migrar. Com esta teoria é possível observar que o processo migratório não é única e exclusivamente regido por mecanismos económicos, podendo neste caso ser inserido num processo de mecanismos sociais, através da solidariedade entre indivíduos. Este pensamento volta a ser reforçado graças à *Teoria Institucional*¹⁹, que atribui às instituições e organizações privadas o papel de principais agentes na promoção dos fluxos migratórios. Paralelamente a algumas teorias económicas, esta *Teoria Institucional* comporta a ideia de que a decisão de migrar não é tomada pelos indivíduos mas sim pelas entidades colectivas do país de acolhimento. Atendendo ao grau do fluxo migratório, as instituições privadas e as organizações voluntárias serão desenvolvidas para apoiar, suportar e promover o movimento migratório, tornando o fluxo de imigrantes cada vez mais institucionalizado e independente dos factores que originalmente o causaram.

Abordando a *Teoria da Causalidade Cumulativa*²⁰, Massey afirma que esta se baseia no impacto social que as migrações representam para uma sociedade, podendo esse impacto tornar os movimentos migratórios futuros mais prováveis. Esta teoria regista na distribuição de rendimentos, na distribuição da terra, na organização da agricultura, na cultura, na distribuição regional do capital humano e no significado social do trabalho, os seis factores socioeconómicos que potencialmente serão mais afectados pela migração na sua forma cumulativa.

¹⁸ Teoria desenvolvida por especialistas como Monica Boyd durante a década de 70.

¹⁹ Teoria impulsionada por Powell e DiMaggio durante a década de 90.

²⁰ Teoria formulada pelo economista sueco Gunnar Myrdal, distinguido com o prémio Nobel da Economia em 1974.

Por fim, na *Teoria dos Sistemas Migratórios*²¹ os fluxos migratórios são resultantes de contextos históricos particulares, adquirindo uma dinâmica interna que lhes confere características próprias de um sistema. Com o decorrer do tempo, as migrações internacionais adquirem uma estabilidade que lhes permite a identificação com um sistema de migração.

Tendo noção de que para além das teorias apresentadas por Douglas Massey existirão outras tantas obras com um valor tão ou mais importante no panorama migratório, ressalva-se contudo o contributo deste sociólogo que é sem dúvida alguma valiosíssimo, visto deixar claro a predominância de motivos essencialmente económicos e sociais no topo das razões que levam os indivíduos a migrarem.

Numa tentativa de identificar algumas das situações de repulsão e de atracção mais comuns nas sociedades contemporâneas, Moon (1995) identifica nas situações de recessão económica e de desemprego generalizado os motivos económicos que mais afectam actualmente os indivíduos. Socialmente falando são os fenómenos de opressão/discriminação racial, étnica, política ou religiosa que se apresentam como elementos chave para o distúrbio da paz social dos indivíduos numa sociedade. Por fim, é acrescentada a existência de motivos extremos que levam os indivíduos a abandonarem os seus países de origem, como são os casos de ocorrência de catástrofes naturais. Em relação a situações de atracção, Moon realça um lado ambicioso do ser humano que usualmente pondera a possibilidade de se desenvolver numa escala global, nomeadamente, a nível pessoal, familiar e laboral. Uma melhor condição socioeconómica, através da possibilidade de aquisição de melhores equipamentos e infra-estruturas é sem dúvida o aliciante máximo que faz o indivíduo acreditar e lutar pelo sonho de uma vida melhor.

Às já referidas motivações humanas, Graciela De Marco (1989) identifica ainda como possíveis motivações migratórias, causas fisiogeográficas ou naturais que estão associadas a factores relacionados com processos de desertificação, de erosão de solos, de inundações e de ordem biológica.

Em suma, são inúmeros os factores que motivam as migrações o que torna o acto migratório num acto isolado em que cada caso é um caso que deve ser analisado tendo em consideração o seu contexto envolvente. No entanto, os motivos de índole

²¹ Teoria desenvolvida por Salt durante a década de 80.

económica, política, social e cultural são aqueles que mais figuram e mais se associam às tipologias migratórias já apresentadas.

4) O panorama migratório

4.1) Europa

Fazendo um ponto de situação relativamente a tudo o que foi até aqui apresentado, as migrações apresentam de facto um tabuleiro dimensional segundo o qual os indivíduos migrantes realizam as suas movimentações atendendo às suas respectivas motivações pessoais. Seguidamente, irá favorecer-se uma espécie de observação prática das movimentações migratórias contemporâneas, que contemplará uma análise ao panorama migratório europeu e português.

Segundo Joana Figueiredo (2005) os fluxos migratórios europeus podem ser associados ao longínquo período dos Descobrimentos. Com o passar dos anos, a respectiva colonização e descolonização desses mesmos territórios veio a assumir um carácter impulsionador para as movimentações a que assistimos actualmente.

Avançando no tempo, a Europa apresentou-se até 1945 como um espaço predominantemente de emigração, situação justificada pelas duas grandes guerras que assolaram o continente e que literalmente levaram inúmeros indivíduos a refugiarem-se sobretudo na América do Norte e na Austrália. Seriam precisamente os Estados Unidos da América a enfatizar o sonho de uma vida melhor para centenas de milhares de europeus que realizavam a travessia do Atlântico em busca de uma vida melhor.

Após o término da 2ª Guerra Mundial, o continente europeu viria a registar um forte “boom” económico que modificou por completo as suas tendências migratórias. Como Fátima Castro (2008) afirma, este período pós guerra ficou marcado pelo respectivo retorno das tropas que intervieram na guerra e por uma descolonização generalizada que veio a originar um regresso massivo das populações que habitavam nas antigas colónias. Politicamente falando, a Europa encontrava-se dividida entre regimes democráticos que contemplavam o fim do período colonial e regimes totalitários que se opunham a essa mesma ideia. Por esse motivo, paralelamente aos fluxos imigratórios provenientes das ex-colónias registavam-se igualmente diversos

fluxos migratórios internos na Europa, onde por exemplo inúmeros portugueses rumavam para países como a França, a Alemanha ou a Suíça.

A consolidação imigratória europeia viria a registar-se com a deterioração social registada nos outrora países de acolhimento de imigrantes, designadamente os Estados Unidos da América e a Austrália, que levou à aplicação de políticas restritivas em relação à entrada de imigrantes nos seus territórios. Esta situação fez com que inúmeros imigrantes redireccionassem as suas movimentações para países europeus, começando o “Velho Continente” a acolher fluxos imigratórios mais diversificados oriundos de países do continente africano, sul-americano e asiático.

Actualmente a configuração Europeia merece alguns reparos visto que ela própria se encontrar dividida entre países membros e países não membros da União Europeia. Com o surgimento da CEE e do MCE no decorrer da segunda metade do século XX, a conceitualização de uma Europa unida seria concretizada através do tratado de Maastricht nos anos 90 com a formalização da União Europeia.

Composta por 27 países membro, a UE contém uma população de cerca de 500 milhões de habitantes onde existe uma população estrangeira de aproximadamente 31 milhões de indivíduos, representando uma percentagem de 6.2% da população europeia total. É igualmente possível constatar que o maior contingente de imigrantes que se deslocam para a Europa é proveniente da Turquia e de Marrocos e que é na Alemanha, Espanha e Reino Unido que se registam os valores mais altos de imigrantes.²²

Analisando o panorama migratório europeu, é interessante observar o estudo realizado por Van der Gaag e Van Wissen²³ (1999) que identificou a existência de diferentes tipos de movimentações migratórias em zonas distintas do continente europeu. Desde os anos 80 do século XX que a Europa do Norte tem registado uma forte movimentação imigratória, associada a fluxos de refugiados e asilados oriundos da região do Báltico e Rússia. Recentemente a tendência é para que esta região da Europa receba bastantes trabalhadores islandeses, fortalecendo a ideia da existência de um forte fluxo migratório que atribui especial importância à proximidade geográfica. Por seu turno, a Europa Ocidental, composta por uma grande parte dos países industrializados, regista uma relação notória entre os fluxos migratórios e o desenvolvimento económico. A origem dos imigrantes é muito diversificada,

²² Dados retirados do Eurostat disponíveis em anexo.

²³ Investigadores holandeses especialistas em matérias demográficas europeias.

registando-se imigrantes oriundos de outros países europeus, do norte de África e da Ásia. Por fim, a Europa do Sul tem sido a zona europeia que mais alterações nos padrões migratórios tem vindo a registar, onde as alterações de regimes políticos proporcionaram observar uma mudança na direcção dos seus fluxos, passando-se de um anterior estatuto emigratório para um renovado estatuto imigratório, que gradualmente tem vindo a consolidar os países do sul da Europa como destino de eleição para imigrantes oriundos de toda a África, Ásia e América do Sul.

Caracterizando o tipo de imigrantes que circulam pela Europa, estes usualmente são do sexo masculino e migram numa idade em que se encontram laboralmente activos. Deslocando-se numa primeira fase sozinhos, é em torno de uma motivação económica, seguida de uma reunificação familiar, que grande parte das migrações se concretizam actualmente na Europa. Contudo, são recorrentes os casos em que os imigrantes não conseguem alcançar o sucesso económico desejado tornando o processo de reunificação familiar numa questão permanentemente prorrogável. Para esta situação contribui o facto de a maioria dos imigrantes tenderem a concentrar-se nos segmentos inferiores do mercado de trabalho dos países de acolhimento, nomeadamente os homens na construção civil e as mulheres em serviços domésticos. Porém, registam-se alguns grupos de imigrantes, especialmente aqueles que realizam migrações internas europeias provenientes de países industrializados europeus, que se inserem nos mais altos segmentos do mercado de trabalho do país de acolhimento devido às suas elevadas qualificações.²⁴

4.2) Portugal

Outrora conhecido como país de navegadores aventureiros, João César das Neves²⁵ (2003) indica que foi no longínquo século XV que a história da imigração em Portugal se começou a escrever. Durante este período, Portugal apresentava um forte fluxo de imigrantes não qualificados graças ao massivo número de escravos que tinha à sua disposição e ia-se tornando num destino atractivo para inúmeros técnicos qualificados oriundos de toda a Europa. Para muitos analistas e historiadores, foi neste preciso momento que Portugal testemunhou pela primeira vez a diversidade

²⁴ Dados retirados da OCDE disponíveis em anexo.

²⁵ Professor catedrático da Universidade Católica Portuguesa, doutorado em Economia.

cultural mundial através dos variados fluxos migratórios que se começavam a incorporar na sua sociedade.

Nos dias que correm, Portugal tende a afirmar-se como um país que tanto envia como recebe migrantes, porém, foi durante grande parte do século XX associado a um país de emigração devido ao regime político ditatorial que esteve em vigor durante largos anos. Por questões essencialmente políticas e económicas, milhares de cidadãos portugueses procuraram melhores soluções em países como a França, Alemanha ou a Suíça. Com o fim da ditadura, Portugal registou uma forte mudança no seu panorama migratório, passando a registar um crescendo fluxo imigratório.

Inês Gomes (2008) transmite a ideia de que o fim do império colonial, a entrada de Portugal na CEE e a implosão do regime soviético foram marcos que tiveram um forte impacto no panorama imigratório português, criando mesmo a formação de fases distintas nos fluxos imigratórios em Portugal.

Prosseguindo com a sua análise, Inês Gomes (2008) vê na revolução de Abril em plena década de 70, o início do fim da soberania portuguesa nos territórios ultramarinos e um conseqüente repatriamento de mais de meio milhão de portugueses que até aqui residiam nas colónias. Portugal começou desta feita a registar valores nunca antes registados a nível de entradas no seu território. Paralelamente a este fluxo de retornados, inúmeros refugiados procuravam escapar às guerras civis que iam eclodindo nas ex-colónias, procurando como destino seguro o país responsável pela sua antiga administração, ou seja, Portugal. Esta primeira fase imigratória é sem dúvida reflexo de um movimento migratório descoordenado em que contrariamente ao que sucede actualmente, o “boom” migratório não resultou da pressão interna do mercado de trabalho mas sim “da pressão gerada pela súbita e desorganizada transferência do controlo administrativo das colónias” (Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999:148). Essencialmente, os envolvidos foram de certa forma forçados a migrar tendo em conta o contexto de instabilidade política e social instalado nas antigas colónias. Os imigrantes que entravam em Portugal nesta altura eram na sua maioria provenientes dos países africanos de língua portuguesa que tornavam a imigração em Portugal com um “carácter histórico, baseado na afinidade linguística e cultural”. (Rocha-Trindade, 2003:174)

A década de 80 é marcada pela adesão de Portugal à CEE que originou uma nova concepção ao panorama imigratório português. Se a primeira fase resultou

particularmente de um movimento forçado originado por um abandono administrativo colonial, a partir dos anos 80 a “imigração de natureza laboral assume uma expressão mais notória”. (Machado, 1997:21) Para Fernando Machado²⁶ (1997) o facto do mercado de trabalho ter entrado em consonância com o reforço da política de obras públicas favoreceu em larga escala o rápido crescimento da imigração nesta década. Com o exponencial aumento de obras públicas, Portugal ressentiu-se do elevado número de emigrantes que tinha enviado anteriormente para a Europa. Esta situação viria a possibilitar a entrada de um primeiro contingente de imigrantes africanos, na sua maioria oriundos de Cabo Verde com o objectivo de ocuparem as muitas vagas deixadas em aberto na área da construção civil. Atendendo ao tipo de sector laboral que incorporavam, Fonseca²⁷ e Goracci²⁸ (2007) associavam estes imigrantes a indivíduos que auferiam baixos salários e detinham um baixo grau de formação. No entanto, para Inês Gomes (2008) esta adesão de Portugal à CEE não atraiu apenas um fluxo de imigrantes pouco qualificados, uma vez que ficou registado um número crescente de europeus com poderio económico a investir nas potencialidades de Portugal. A acompanhar esta tendência, muitos imigrantes europeus viam na hospitalidade e no clima, razões mais que perfeitas para escolherem Portugal como o destino ideal para gozarem a sua reforma.

Os anos 90 vieram, acima de tudo consagrar a entrada de Portugal numa dinâmica europeia. Enquanto o mundo assistia à implosão do regime soviético com a simbólica queda do muro de Berlim, Portugal registava altos níveis de desenvolvimento económico em que o sector da construção civil sofreu um considerável aumento no investimento com empreendimentos de alta envergadura como foi o caso da construção do parque da Expo 98 e da Ponte Vasco da Gama. Este excedente de vagas de trabalho aliado ao facto de Portugal ser um país membro do espaço comunitário europeu, tornou Portugal num país ainda mais apetecível para os imigrantes. Com uma redução de rigidez no controlo das fronteiras, Portugal começava a registar uma nova fase no seu panorama imigratório através da recepção de novos fluxos, nunca antes recebidos em tamanha escala. Para além dos “tradicionais” imigrantes PALOP africanos, surgiu durante esta década um forte fluxo

²⁶ Professor do ISCTE doutorado em Sociologia, responsável pela elaboração de inúmeras obras relacionadas com a temática das migrações.

²⁷ Professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, doutorada em Geografia Humana.

²⁸ Chefe de missão da OIM em Portugal.

de imigrantes brasileiros e um não tão significativo, mas ao mesmo tempo curioso, fluxo de imigrantes asiáticos provenientes da China. Jorge Malheiros (2003) regista neste panorama de prosperidade o momento em que Portugal se assumiu em definitivo como um país de imigrantes onde os valores de entradas ultrapassaram por completo os valores de saídas do país. A partir desta década, Portugal começou a centrar atenções políticas para a contenção do elevado fluxo migratório que se estava a registar.

A entrada no século XXI ficou marcada pelo alargamento da UE a países do leste, que permitiu uma vinda crescente de imigrantes oriundos de países como a Roménia para Portugal. Se anteriormente a imigração era consequência de uma afinidade histórica e cultural, com estas movimentações vindas do leste o conceito migratório nacional foi completamente alterado, comportando um sentido mais económico às deslocações dos imigrantes. Este novo tipo de imigrantes apresentam características completamente distintas dos anteriores trabalhadores não qualificados africanos, em que grande parte detém altas habilitações literárias. No entanto, o elevado grau de burocracia no reconhecimento dos diplomas habilitacionais dos imigrantes de leste faz com que exista um subaproveitamento das capacidades destes imigrantes, enviando muitos deles para sectores como a construção civil, a indústria transformadora ou até mesmo para a agricultura.

Segundo dados do INE relativos ao ano de 2008, actualmente residem legalmente em Portugal aproximadamente 440 mil imigrantes, sendo a população brasileira a mais representado, seguida da ucraniana e da cabo verdiana.²⁹

Maioritariamente composto por uma população masculina, é na Área Metropolitana de Lisboa que se regista uma maior concentração de imigrantes, seguido do distrito de Faro e de Setúbal.³⁰ Esta distribuição geográfica é de facto curiosa de analisar visto registar-se uma certa associação geográfica consoante os diversos tipos de imigrantes que Portugal recebe. Desta feita, o fluxo de imigrantes oriundos dos PALOP nomeadamente brasileiros e africanos apresentam uma apetência para se fixarem exclusivamente na AML ou em regiões próximas como o distrito de Setúbal. Já os imigrantes provenientes de países europeus economicamente desenvolvidos, usualmente escolhem a região do Algarve como destino de eleição para desfrutarem da sua reforma ou para lançarem novos

²⁹ Dados retirados do INE disponíveis em anexo.

³⁰ Dados retirados do SEF disponíveis em anexo.

empreendimentos. Num sentido mais nómada encontram-se os imigrantes de leste e da Ásia que não detêm um epicentro geográfico específico, espalhando-se desta forma um pouco por todo o território nacional. Em relação à ocupação profissional que cada um destes grupos ocupa, é visível o ímpeto que existe em torno da associação directa entre imigrantes e construção civil, no entanto registam-se altos índices de empreendimento por parte das comunidades chinesas que vão proliferando um pouco por todo o país as suas lojas de artigos a baixo custo ou os seus restaurantes típicos. A comunidade brasileira tem vindo igualmente a desenvolver algumas acções de empreendimento com a instalação de lojas tradicionais brasileiras, no entanto é nos serviços de restauração e de hotelaria que se começam a fixar cada vez mais, contrariando a tendência de inserção na área da construção civil. Reside desta feita uma atribuição automática da construção civil às comunidades de leste e africanas, sendo que nas primeiras, o grande problema reside verdadeiramente no não reconhecimento das suas habilitações profissionais, visto que muitos são indivíduos licenciados e até mesmo doutorados.

Resumindo, Portugal registou nestas últimas quatro décadas uma mudança profunda nos seus fluxos migratórios através do balanceamento entre saídas e entradas no país e de uma diversificação constante das características dos seus imigrantes. De década em década Portugal tem escrito um pouco mais da sua história migratória, com especial destaque para a constante evolução da situação imigratória. Torna-se plausível prever para o início desta nova década, um reforço da multiculturalidade social em Portugal através da chegada de novas comunidades estrangeiras ou do reforço das comunidades já instaladas um pouco por todo o território nacional.

Conclusão: Concluindo, este primeiro capítulo tem como finalidade fornecer noções básicas sobre a temática migratória. Não se apresentando meramente como um elemento básico que aborda única e exclusivamente uma movimentação espacial e temporal, o conceito migratório apresenta também dimensões que criam impactos nas estruturas sociais ao realizarem distinções entre as qualificações profissionais dos indivíduos. É igualmente possível detectar distintas formas migratórias através do modo como os indivíduos realizam as suas movimentações. *Espacial, temporal, formal e social* são as dimensões fundamentais para a composição de um campo migratório

que procurará integrar o indivíduo migrante nos seus mecanismos atendendo às suas necessidades e às suas motivações.

Realizando o movimento de abandono de um país de origem, o emigrante verá a sua condição ser alterada para indivíduo imigrante a partir do momento em que se insere num novo país de acolhimento. Usualmente identificados como imigrantes laborais que praticam movimentações voluntárias entre países, o indivíduo imigrante pode ainda ver o seu estatuto ser alterado para refugiado ou asilado em casos que lhe são externos e que por diversas razões o obrigaram a abandonar o seu país de origem. Porém, a ilegalidade do processo migratório pode denegrir o estatuto do imigrante ao ser-lhe atribuída a denominação de ilegal ou clandestino devido ao facto de desrespeitar o estatuto legal de permanência no país de acolhimento.

Desde Ravenstein passando por Douglas Massey, são diversas as teorias que procuram explicar os fluxos migratórios e as conseqüentes razões que levam os indivíduos a deslocarem-se de um país que lhes é familiar, para outro que muitas vezes se apresenta como desconhecido. Em torno de factores de atracção e repulsão, são os motivos económicos e sociais que numa primeira instância levam o indivíduo a perpetuar tamanha movimentação. A política apresenta-se como um motivo que à semelhança dos desastres naturais exerce mais uma pressão externa ao indivíduo, que propriamente uma opção para a sua acção migratória.

Conjugando todos os elementos enunciados, observamos que o continente europeu, à semelhança de Portugal, registou claras transformações no seu panorama migratório onde numa primeira fase se apresentavam como territórios emigratórios. No entanto, as conjunturas mundiais viriam a alterar esta tendência onde actualmente a Europa é uma referência imigratória, incorporando comunidades oriundas dos quatro cantos do planeta. Portugal registou essa mesma transformação após o seu período ditatorial, tendo ao longo de diversas fases assinalado um aumento gradual do seu número de entradas de imigrantes.

Um dos principais problemas que se colocam actualmente reside sobre o facto de se constatar uma vasta diversidade cultural no seio das comunidades estrangeiras que têm vindo a entrar no território português. Passando de um tipo de imigrante que detinha uma afinidade histórica e cultural com o país de acolhimento, a chegada de outras comunidades, nomeadamente as de leste europeu, levantaram o problema da língua e da incompatibilidade interactiva entre a comunidade local e a estrangeira.

Novos desafios são permanentemente colocados e o apelo à tolerância entre culturas é o ponto máximo para que os imigrantes se sintam bem-vindos no momento da sua chegada. Revela-se portanto de enorme importância a abordagem feita à introdução ao tema da integração social de imigrantes, tendo em conta que neste primeiro capítulo se atribuiu uma especial atenção à primeira parte da aventura migratória, nomeadamente o momento da partida do país de origem. O que espera o imigrante a partir do momento em que entra num país de acolhimento?

Capítulo II – Um “estranho num mundo “estranho”

Sumário: Este segundo capítulo pretende abordar um outro aspecto relacionado com as migrações, nomeadamente o processo de integração dos fluxos migratórios. Tendo como pano de fundo tudo aquilo que foi exposto no primeiro capítulo, será na incerteza em relação ao papel que o imigrante irá desempenhar numa nova sociedade, que se procede a uma exposição das potencialidades positivas e negativas que um imigrante pode vir a desenvolver num novo país de acolhimento. Idealizando a integração como o ponto de estabilidade entre imigrantes e cidadãos locais, procura-se dissecar o conceito de integração social e toda a sua utilidade para as migrações contemporâneas. As áreas fundamentais para o processo de integração são posteriormente abordadas, servindo de intercalação para uma análise ao panorama da integração social de imigrantes em Portugal.

I) A Chegada

Culminado o processo de transição, a chegada ao país de acolhimento marca uma nova fase na vida do imigrante. Para além das regulamentações políticas existentes que serão abordadas no próximo capítulo, é no domínio social que os imigrantes irão ver as suas capacidades interactivas serem colocadas à prova, a partir do momento em que se predispõem a interagir com as comunidades locais. O campo social é fundamental no processo integrativo dos imigrantes, através do qual Fonseca e Goracci (2007) reconhecem que apesar da enorme influência política que é exercida na questão da integração social dos imigrantes, a sociedade civil desempenha paralelamente um papel relevante no acolhimento das diversas comunidades imigrantes, sobretudo a nível local.

A chegada a um país de acolhimento aporta para muitos imigrantes o contacto com novos valores culturais, onde o diálogo entre indivíduos poderá ser efectuado numa língua diferente, as características étnicas locais poderão ser completamente distintas das suas e onde o Deus adorado a um nível religioso poderá não ser o mesmo do seu país de origem. Para além destes elementos culturais, Rosana

Albuquerque³¹ (2000) regista no conhecimento dos códigos e das práticas quotidianas dominantes, factores elementares para a incorporação do indivíduo imigrante na sociedade de acolhimento.

Analisando todas estas barreiras culturais, a questão do domínio da língua é quiçá o elemento cultural mais saliente, atendendo à importância que tem na interacção entre os indivíduos numa sociedade. Sem o domínio da língua do país de acolhimento, o imigrante terá dificuldade em interagir com a população local, impossibilitando o relacionamento social que tantas vezes é traduzido em divulgações de oportunidades de emprego ou de acesso a serviços básicos como a saúde ou a justiça. Em Portugal, devido à ligação histórica entre o fenómeno migratório e as suas antigas colónias, o problema da língua apenas surgiu muito recentemente através do forte fluxo de imigrantes provenientes do leste da Europa.

Em relação a questões religiosas, o mundo contemporâneo é actualmente dominado pela tensão existente entre os países ocidentais e os países muçulmanos. O histórico 11 de Setembro de 2001³² veio avolumar a tensão existente no mundo religioso e actualmente verificam-se em diversos países europeus algumas situações discriminatórias em relação imigrantes paquistaneses ou afegãos. Muito recentemente a França decidiu proibir o uso das burcas³³ no seu território, lançando um profundo debate mundial em torno das liberdades religiosas. Não existindo um limite consensual em torno da temática religiosa, a intolerância perante a mesma tem vindo a fomentar ódios populacionais que se regeneram ao longo de várias gerações.

A questão étnica é certamente o tema mais secular tendo em conta a história mundial. Marcada por ódios mútuos entre brancos e negros, a humanidade registou fundamentalmente a partir do seu período colonial a instauração de um processo reactivo em que os colonizadores se sentem superiores aos indivíduos de etnias distintas e os colonizados se sentem ostracizados pelos indivíduos de etnia branca. Com a descolonização os ódios não esmoreceram e ainda hoje muitas sociedades têm dificuldade em aceitar indivíduos com uma etnia diferente da sua. Esta questão é bastante perceptível através do mercado laboral, onde muitos indivíduos são excluídos do processo de recrutamento por motivos étnicos.

³¹ Doutorada em Sociologia na especialidade de Sociologia das Migrações.

³² Atentado terrorista contra alvos civis nos Estados Unidos da América perpetrado pela organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda, que vitimou cerca de 3000 pessoas.

³³ Veste tradicional utilizada pelas mulheres muçulmanas.

Perspectiva-se desta maneira que sem um forte domínio da cultura do país de acolhimento, o indivíduo imigrante irá deparar-se com sérias dificuldades de afirmação colectiva pondo em causa a sua estabilidade social durante o período em que por lá permanecer.

Estas barreiras não devem ser entendidas como factores que apenas os imigrantes devem ultrapassar. É notória a importância que a comunidade local terá na difusão dos seus valores culturais e na tolerância a algumas práticas e tradições que acompanham os indivíduos imigrantes. Assim sendo, a chegada assinala um período de adaptação mútua em que o imigrante procurará assimilar uma nova cultura e em que a comunidade local deverá procurar difundir os seus valores fundamentais.

2) A exclusão social e os seus perigos

Através de um cenário composto por possíveis diferenças culturais, torna-se previsível que o momento de inserção de um imigrante num novo país de acolhimento seja marcado pela ambiguidade decorrente da sua própria atitude. O indivíduo imigrante terá oportunidade de seguir um caminho apaziguador que privilegiará a aprendizagem dos códigos sociais e culturais da sociedade de acolhimento através da integração social, ou num sentido oposto optar por uma acção individual que contemplará a contraposição a todo esse processo de aprendizagem, auto excluindo-se das práticas sociais características da sociedade de acolhimento.

São recorrentes os casos em que os indivíduos imigrantes por diversos motivos não conseguem contornar as barreiras culturais que surgem numa fase inicial do seu processo de integração. A agregação de imigrantes que falam a mesma língua, que tenham a mesma religião ou que pura e simplesmente se assemelhem a si próprios, é o meio mais comum para contornar as dificuldades sentidas, garantindo uma subsistência diária aos elementos destes círculos sociais comunitários que se vão formando em paralelo com as sociedades locais. O maior retrato desta segregação é precisamente a formulação de guetos nos subúrbios das grandes cidades onde os imigrantes se concentram em grande massa, criando pequenas comunidades estrangeiras que se vão tornando gradualmente mais extensas e mais ameaçadoras aos olhos das comunidades locais.

Esta incompatibilidade multicultural em nada abona o desenvolvimento de um país tendo em conta que segundo Jackson (1991), qualquer ideologia étnica que agregue preconceitos nos seus princípios irá ter um forte impacto nos interesses comuns económicos de uma sociedade. Sem um interesse de classe unificado, será na disputa individual de cada comunidade que se desenvolverá uma competição que poderá colocar em causa a estabilidade económica e social de um país.

Analisando os perigos que a já mencionada falta de interação pode representar para um país, é sobretudo no campo económico que poderão surgir as maiores quezílias entre imigrantes e cidadãos locais. Apresentando-se como uma classe trabalhadora bastante vulnerável a qualquer tipo de pressão, os imigrantes tornam-se peculiares por trabalharem em condições precárias e a custos inferiores, onde muitas entidades patronais ignoram as regras de segurança exigidas e submetem os seus empregados a conjunturas laborais desumanas. Um tipo de mão-de-obra eticamente recriminável pelas desigualdades fomentadas, mas que aos olhos dos inúmeros empregadores da área da construção civil se torna na solução mais rentável em comparação com as exigências salariais reivindicadas pelos cidadãos nacionais. Estas pressões salariais conjugadas com a instabilidade criada em torno dos postos de trabalho dos cidadãos nacionais, é para a OIT (2004) uma razão bastante forte para tornar o mercado de trabalho insustentável para muitos imigrantes que se vêm por um lado recriminados pelos colegas de trabalho que os consideram uma ameaça, e por outro, explorados pelos empregadores que esperam tirar o máximo proveito da sua forte dependência económica. Esta insustentabilidade do mercado de trabalho pode representar uma forte ameaça à estabilidade social, visto que a prática de actividades ilícitas por parte do imigrante, muitas vezes de índole criminosa, poderá ser um meio para compensar o facto de não ter sido inserido no mercado laboral.

Em suma, a exclusão social de imigrantes é uma realidade que deverá ser evitada tendo em conta os malefícios que poderá representar não só para o próprio imigrante como para a comunidade de acolhimento em geral. Este clima de desconfiança multicultural em nada abona os princípios que regem as migrações se se tiver em conta que o indivíduo migrante ao perpetuar uma acção migratória procura de certa maneira melhorar a sua vida. Através de conflitos culturais essa mesma melhoria de vida parece transformar-se numa mera utopia.

3) O caminho em torno da integração social

Seguindo o contexto do subcapítulo anterior, é necessário promover a interacção entre os imigrantes e as comunidades locais de modo a evitar tensões sociais que irão deteriorar o tecido social de uma sociedade de acolhimento.

Definida por Demetrios Papademetriou³⁴ (2003) como um processo interactivo que ajusta e adapta mutuamente os imigrantes e a sociedade de acolhimento, com fim à formação de um todo integrado, a integração social assume-se como a única alternativa a todo esse cenário de crispções. A promoção da mutualidade de valores entre comunidades locais e estrangeiras é segundo Penninx³⁵ (2003) um elemento que contribuirá para que uma sociedade de acolhimento aceite os imigrantes como indivíduos e como grupos.

Rui Pena Pires³⁶ (2003) indica que a integração social num plano micro e macro sociológico pode ser dividida num momento de incorporação seguida de uma compatibilização. Esta referência permite afirmar que os problemas sociais não decorrem propriamente da incorporação do indivíduo imigrante numa sociedade, mas sim da compatibilização interactiva que esse mesmo indivíduo irá registar junto das comunidades de acolhimento. Será precisamente na “estruturação de um conjunto de relações sociais estáveis com as instituições, os indivíduos e os grupos integrantes da sociedade de acolhimento” (Justino, 2007:156), que um indivíduo imigrante se procurará compatibilizar, integrando-se socialmente.

Afastando o estereótipo negativo criado em torno dos riscos que um imigrante em situação de exclusão social poderá aportar para uma sociedade, torna-se plausível prever que os indivíduos imigrantes devidamente integrados nas estruturas e nas dinâmicas sociais poderão criar impactos positivos para o desenvolvimento das sociedades de acolhimento.

Observando as elevadas taxas de envelhecimento populacional registadas nos países europeus, os imigrantes apresentam-se como mais-valias demográficas tendo em conta que, segundo informações do SOS Racismo (2002), são os imigrantes que asseguram o aumento gradual das taxas de natalidade em países onde a população

³⁴ Presidente do MPI, especializado em Políticas Públicas Comparadas e Relações Internacionais, responsável pela publicação de diversas obras relacionadas com a temática migratória.

³⁵ Professor de Estudos Étnicos da Universidade de Amesterdão dedicou grande parte das suas investigações ao estudo das migrações internacionais e à implementação de políticas de integração social migratórias.

³⁶ Professor do ISCTE no Instituto Universitário em Lisboa, doutorado em Sociologia e especialista na área das migrações em Portugal.

está a envelhecer. Jackson (1991) regista através dos fluxos migratórios, possíveis mudanças nas estruturas da idade e do sexo, onde a singularidade e a continuidade do fluxo migratório podem criar distorções de equilíbrio nas pirâmides etárias e sexuais de uma sociedade. Olhando para o caso português, Inês Gomes (2008) afirma que na última década a imigração contribuiu para um atenuamento dos níveis de envelhecimento populacional, surgindo um reforço do volume de efectivos em idade activa e um equilíbrio na representatividade do género.

A nível laboral, contrariando as tendências negativas já abordadas, o SOS Racismo (2002) destaca a versatilidade laboral apresentada pelos imigrantes que se disponibilizam para a realização de trabalhos menos qualificados que geralmente são recusados pelos cidadãos nacionais. O facto de se apresentarem numa idade predominantemente activa, torna os imigrantes valiosos não só a nível demográfico como a nível laboral, visto combaterem o desequilíbrio etário que muitas vezes coloca em causa a ocupação de determinados postos de trabalho que apresentam certas especificidades físicas.

Abordando o campo da produtividade económica, o modelo realizado por McDowell e Singell³⁷ (1993) adaptado à realidade norte americana, demonstra que o capital humano é passível de ser quantificado através da produção a ele inerente, ou seja, o indivíduo imigrante valerá aquilo que produzir. Esta valorização produtiva poderá ser traduzida num maior desempenho laboral do imigrante, que segundo Fátima Castro (2008) produzirá mais e melhor beneficiando a própria economia nacional através do lucro obtido. João Peixoto³⁸ (2002) destaca ainda a predisposição móvel que caracteriza os trabalhadores imigrantes. Num país como Portugal, que apresenta altas disparidades entre o litoral e o interior, é em muitos casos através da contratação de indivíduos imigrantes que se recrutarão trabalhadores para zonas remotas do território nacional. Por fim, o empreendedorismo imigrante poderá ser uma boa fonte para a criação de empregos e para a revitalização territorial através da instalação de comércio em zonas urbanas que se encontrem estagnadas.

Procurando quebrar a mítica ideia de que a incorporação de imigrantes numa sociedade comportará automaticamente um crescendo de despesas para o Estado,

³⁷ Professor da University of Oregon, doutorado em Economia,

³⁸ Professor do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, investigador do SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações.

André D’Almeida³⁹ e Pedro Silva⁴⁰ (2007) realizaram um trabalho que merece uma breve reflexão. Segundo estes autores, o indivíduo imigrante pagando impostos e descontando para a Segurança Social, apresenta um vínculo fiscal e social que tem ultrapassado o montante monetário despendido pelo Estado na sua incorporação na sociedade, nomeadamente através de serviços de saúde, justiça, educação e emprego. O enorme lucro registado no ano de 2001 é sintomático do impacto positivo da imigração no desenvolvimento económico do país.⁴¹ Paula Cruz⁴² (2002) afirma que é através dos imigrantes e da sua respectiva contribuição que se assegura hoje em dia uma certa sustentabilidade do sistema da segurança social. Acredita-se igualmente que devido às deslocações entre países de origem e países de acolhimento, o sector dos transportes, da banca e das telecomunicações irão registar lucros derivados dos fluxos migratórios

É de certa forma em contraposição com a negatividade abordada no subcapítulo anterior, que o indivíduo imigrante se apresenta como uma boa solução para alguns dos problemas contemporâneos das sociedades europeias. Essencialmente a nível demográfico e económico, os imigrantes permitem reequilibrar as cada vez mais envelhecidas populações europeias e ajudar no aumento da produtividade económica. Quebrando os mitos em torno das despesas que os imigrantes representam para um Estado, envereda-se desta maneira por uma perspectiva utilitarista do imigrante, que concede motivos mais que suficientes para se lutar por uma integração social que evite crispções entre populações locais e estrangeiras.

4) Modos de integração social

Procurando compreender os mecanismos de integração social, é fundamental obter bases sólidas sobre os modos de integração à disposição das sociedades de acolhimento. Como tal, o processo de integração migratória pode abranger dois modelos de actuação distintos, nomeadamente o modelo da acomodação e o modelo da assimilação. O modelo da acomodação é para muitos teóricos o caminho a seguir, visto tratar-se de um processo que procura co-habitar numa única sociedade as duas

³⁹ Professor da Universidade Católica Portuguesa, doutorado em *Public Affairs*.

⁴⁰ Professor auxiliar da Universidade Católica Portuguesa, doutorado em *Philosophy in Business Administration*.

⁴¹ Dados retirados de D’Almeida e Silva (2007) disponíveis em anexo.

⁴² Advogada e Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa.

culturas em questão, nomeadamente a de origem e a de acolhimento. O apelo à tolerância por parte da sociedade de acolhimento traduz-se num reconhecimento público à necessidade que o imigrante tem de manter os laços com as suas origens. Por seu turno, o modelo da assimilação transporta uma escolha cultural onde o imigrante é levado a adoptar a cultura praticada no país de acolhimento em detrimento da sua de origem. Baseando-se num exemplo dos Estados Unidos, Jackson (1991) demonstra que a adaptação migratória era um problema do imigrante que deveria aprender o suficiente da língua, das leis e dos costumes do país para se poder candidatar à cidadania americana. Com a aquisição destes símbolos, os imigrantes poderiam ser considerados como novos americanos, abandonando em certa parte a sua cultura de origem.

Berry⁴³ e Bourhis⁴⁴ realizaram dois estudos interessantíssimos onde demonstram as opiniões que, tanto os imigrantes como a sociedade local têm dos diferentes modelos de integração social enunciados. Num dos seus estudos sobre as relações entre os imigrantes e as sociedades de acolhimento no Canadá, Berry (1990) concebeu um modelo bidimensional de aculturação, que permitiu descrever a opinião que os imigrantes tinham perante a cultura do país de acolhimento em que se encontravam instalados. O seu trabalho permitiu concluir que para os imigrantes a acomodação era uma estratégia que procurava preservar elementos fundamentais das suas culturas de origem e ao mesmo tempo transmitir valores e comportamentos da sociedade de acolhimento. Pelo contrário, a assimilação era entendida como uma imposição cultural, na qual seriam confrontados com a escolha de uma cultura em detrimento de outra. Mais tarde, Bourhis *et al* (1997) adaptaram o estudo de Berry focando-se na visão da sociedade de acolhimento em relação às culturas dos imigrantes. Os resultados obtidos foram de certa maneira semelhantes aos registados junto da população imigrante, onde a sociedade de acolhimento reconheceu que o modelo de acomodação demonstrava um certo respeito pela identidade das comunidades imigrantes, possibilitando a interacção cultural entre comunidades distintas. A assimilação era vista pela sociedade de acolhimento como uma recusa à identificação cultural de uma minoria, sendo desta forma um modo de integração bastante contestado.

⁴³ Professor da Universidade de Queen's, reconhecido mundialmente no ramo da Psicologia pelos seus trabalhos sobre a psicologia cultural.

⁴⁴ Professor do Departamento de Psicologia da Universidade do Quebec, especialista na área da Psicologia Social.

Em busca de um modelo ideal de integração social, a acomodação apresenta-se como a solução mais conveniente no sentido em que poderá evitar possíveis conflitos culturais entre comunidades. A imposição cultural subjacente à ideia da assimilação “só aparentemente é uma estratégia de relação cultural que apazigua a maioria.” (Vala, 2003:56) Numa perspectiva de relacionamento social, o próprio conceito em torno da ideia de integração social em nada abona o modelo de assimilação, que discrimina a tolerância cultural entre comunidades étnicas distintas.

5) Áreas de integração

A adopção de um modelo de integração focado na ideologia da assimilação representa um certo risco comunitário tendo em conta a privação de liberdades culturais a que um imigrante está sujeito. Por este motivo, os imigrantes encontram-se actualmente abrangidos por direitos associados à Declaração Universal dos Direitos Humanos⁴⁵ de forma a serem garantidos direitos básicos nas suas movimentações migratórias. Apesar de afirmar que juridicamente o direito à imigração ainda não tem um enquadramento fixo, Canotilho⁴⁶ (2003) apresenta uma espécie de catálogo de direitos humanos que contemplam a cidadania imigrante. Segundo Canotilho (2003) o indivíduo imigrante deverá ser abrangido pelo direito a serviços básicos, nomeadamente direito à justiça, educação, habitação, emprego, segurança social e saúde. Num sentido cultural, o imigrante deverá predispor de uma liberdade religiosa e de expressão.

Apresentando-se com fortes lacunas culturais, Ana Cruz⁴⁷ (2002) associa os imigrantes a indivíduos que se manifestam nas sociedades de acolhimento com baixos níveis de escolaridade, uma forte precariedade laboral e uma fraca instrução em matérias políticas, sociais e culturais. Existem desta maneira áreas fulcrais de intervenção que devem ser tomadas em atenção para assegurar a integração social dos imigrantes. Como afirma Rosana Albuquerque (2000), a integração social regista-se através da abordagem de diversos campos que estão em consonância com os princípios proclamados em algumas cartas de direitos dos imigrantes. É dominando a área da habitação, da educação, da cultura, da política, do emprego, da saúde e da

⁴⁵ Declaração adoptada pela ONU em 1948, que delinea os direitos humanos básicos.

⁴⁶ Jurista e professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, considerado como uma referência na área do direito constitucional em Portugal.

⁴⁷ Membro da direcção da instituição SOS Racismo.

justiça que o imigrante poderá desfrutar de uma verdadeira integração social participando activamente em vectores fundamentais do funcionamento de uma sociedade.

Analisando cada uma das áreas mencionadas, verifica-se que a habitação é fulcral para a integração social dos imigrantes atendendo ao facto de que existe uma relação directa entre o lugar onde um indivíduo vive e a qualidade de vida que essa mesma pessoa irá apresentar perante a sociedade. Observando as características do alojamento e as dinâmicas de vizinhança dos já referenciados bairros sociais onde se avolumam enormes comunidades de cidadãos estrangeiros, é possível supor que estes pólos habitacionais apresentarão condicionantes culturais que podem dificultar a integração social dos seus moradores. Criando uma identidade própria, o desfasamento entre a realidade dos bairros sociais e a realidade de uma sociedade de acolhimento poderá levar à formação de estereótipos negativos. Associados a uma classe social inferior que muitas das vezes recorre ao crime, os indivíduos imigrantes que se encontrem a habitar estes tipos de moradias sentirão dificuldades na socialização em geral, sofrendo consequências por exemplo no domínio da empregabilidade ou na aprendizagem da língua do país de acolhimento. É portanto necessário criar mecanismos de interacção habitacional que aproximem os fluxos migratórios de áreas residenciais ocupadas por cidadãos locais de forma a afastar a associação que é feita entre imigrantes e bairros sociais degradados.

A educação apresenta-se como uma área que é simbolizada por abordar um segmento populacional que poderá vir a definir o futuro de um país⁴⁸. O domínio da língua do país de acolhimento é um dos vários valores que poderão ser transmitidos nas escolas, assim como a fomentação da socialização multicultural em que os filhos de elementos pertencentes às comunidades estrangeiras e locais podem desenvolver laços sociais entre si. Alexandra Rosa (2002) registou no seu estudo referente à multiculturalidade na educação portuguesa, que do grupo de imigrantes que frequentam os sistemas de ensino nacionais, apenas os alunos de origem europeia apresentam resultados positivos em todos os aspectos. O insucesso escolar associado aos alunos africanos e o abandono precoce dos estudos por parte dos alunos asiáticos mostram bem algumas lacunas que perturbam o desenvolvimento educativo dos imigrantes em Portugal. Subentende-se através do estudo realizado por

⁴⁸ Ideia subjacente às crianças representarem os homens de amanhã.

Alexandra Rosa, a necessidade de promover uma educação inter cultural na sociedade portuguesa, de forma a combater o recrudescimento de manifestações de racismo e de xenofobia. Estas manifestações étnicas vêm reforçar a importância de uma formação orientada para o “aprender a viver juntos”, independentemente da cultura, etnia, classe social ou género. Por outro lado, os problemas de discriminação, desigualdade e exclusão educativa e social de que são alvo alguns grupos sócio culturais, justificam a implementação de processos educativos promotores da aquisição de competências que lhes permitam participar activamente na comunidade de acolhimento, mantendo as suas identidades culturais.

A área cultural apresenta como ponto essencial o apelo ao diálogo intercultural fomentado através do respeito pela diferença e pela tolerância inter-étnica. Segundo Fonseca e Goracci (2007) o objectivo do diálogo intercultural passa pelo aumento da participação de todas as comunidades na construção da vida social de uma sociedade de acolhimento, assim como pelo estimular da criatividade e da inovação social. Será essencialmente através desta partilha cultural que se evitarão as crispções sociais já enunciadas em subcapítulos anteriores.

No domínio laboral, um imigrante ao deslocar-se para um novo país precisa de um meio de subsistência que deverá ser alcançado através da realização de uma actividade profissional. Porém como já foi exposto anteriormente, muitas das vezes a mão-de-obra imigrante é vista como uma excelente fonte de exploração onde tendo em conta a dependência laboral que os imigrantes apresentam, muitos patrões submetem os seus empregados a condições de trabalho desumanas. Bruno Dias⁴⁹ (2002) refere-se à excessiva carga horária a que os empregadores submetem os trabalhadores imigrantes e aos baixos salários auferidos, como exemplos recorrentes do mercado laboral. O mercado de trabalho torna-se desta maneira numa área que merece uma especial atenção, tendo em conta os próprios estigmas sociais que são criados em relação a outras etnias e que dificultam muitas das vezes o acesso dos imigrantes ao mercado laboral. O acesso ao mercado de trabalho é crucial, não só para a integração social de um indivíduo como para a subsistência do mesmo.

Em Portugal uma das problemáticas laborais que tem sido bastante debatida prende-se com a dificuldade no reconhecimento de diplomas académicos, sobretudo de imigrantes de leste, que maioritariamente vêm as suas altas qualificações serem

⁴⁹ Investigador do centro de investigação em ciências sociais e humanas *Númena*, licenciado em Economia e mestre em Sociologia especializado em questões laborais.

subaproveitadas através da ocupação de profissões que requerem baixas qualificações. Ricardo Alves (2002) associa o fraco apoio que os imigrantes sentem em relação a questões laborais à fraca adesão ao mundo sindical, assim como ao número quase nulo de reivindicações referentes a problemas apresentados por imigrantes. Resumindo, é fulcral combater o lado obscuro associado às explorações laborais assim como promover o sindicalismo, na medida em que segundo Ricardo Alves (2002), existe actualmente uma lacuna notória em relação à difusão informativa sobre direitos laborais de imigrantes.

O acesso à área da saúde é fundamental em qualquer sociedade de bem-estar. O risco de estigmatização torna-se crescente se tivermos em conta que qualquer sociedade tem tendência a repudiar qualquer indivíduo que apresente sinais claros de doença. Registrando o facto de que os imigrantes incorporam um grupo bastante vulnerável a doenças, sobretudo por motivos laborais onde são sujeitos a condições bastante adversas, é sem dúvida bastante importante a criação de mecanismos que possibilitem o acesso a cuidados médicos por parte desta população.

Fazendo referência ao domínio judicial, é através dos complexos processos burocráticos que os imigrantes enfrentam, que se torna crucial o acesso à justiça. A necessidade de informação e de apoio jurídico são elementos fundamentais para a regularização dos imigrantes, que muitas das vezes se deparam com novas regras judiciais que apenas poderão ser assimiladas através de um acompanhamento pessoal. Identificando o tipo de serviços que têm uma maior requisição, Fonseca e Goracci (2007) fazem referência a questões relacionadas com a obtenção da nacionalidade portuguesa, regularização de documentos e uma cada vez maior solicitação de informações relativas ao processo de reagrupamento familiar. O acesso à justiça torna-se assim numa medida importante para instalar os imigrantes num país de acolhimento, dentro do quadro legal instituído.

Por fim, privilegiando uma integração que contemple o domínio político, o indivíduo imigrante terá a possibilidade de participar activamente no destino de um país através do elementar direito ao voto. Fazer parte de uma máquina eleitoral transmite ao indivíduo imigrante um sentimento de pertença social que em muitos casos nunca foi sentido no seu país de origem devido a repressões políticas. Poder reivindicar ou associar-se a uma determinada tendência política é desta forma uma

situação que merece ser reforçada, de forma a integrar de um modo activo o indivíduo imigrante numa sociedade.

Terminando esta análise, é curioso observar a interligação existente entre todas as áreas aqui abordadas. Todas estas áreas devem estar devidamente coordenadas se tivermos em conta que um indivíduo que não detenha conhecimentos básicos sobre a cultura de um país de acolhimento, sobretudo a nível linguístico, irá deter-se com sérias dificuldades para encontrar um emprego ficando assim limitado monetariamente para adquirir uma habitação. Para além desta situação, o fraco conhecimento das leis e dos serviços do país complicará o acesso à justiça e à saúde, levando a que o imigrante não saiba como proceder para reivindicar os seus direitos. Sem grande integração, o domínio político será de certa forma ignorado pelo indivíduo imigrante, que não se sentindo como parte do sistema procurará outras formas menos legais para subsistir às adversidades impostas. Em suma, será através de uma articulação entre estas áreas apresentadas que o imigrante obtendo acesso a todas elas, se poderá sentir integrado ou não nas diversas dimensões sociais presentes numa sociedade.

6) Panorama integratório em Portugal

Segundo o site do MIPEX (2007), Portugal tem vindo a registar nos últimos anos significativas mudanças nas razões que levam os imigrantes a instalarem-se no seu território. A antiga declaração segundo a qual os imigrantes procuravam o país para fins laborais tem vindo a diminuir expressivamente, sendo substituída por motivos que se prendem em torno de questões relacionadas com estudos e com situações de reunificação familiar. Esta reconfiguração das motivações dos imigrantes, proporciona um elevado interesse na visualização do panorama integratório português.

De modo a observar o panorama da integração social em Portugal, será privilegiado a análise do índice MIPEX que é composto por mais de 140 indicadores e baseado nas melhores práticas respeitantes a seis vertentes, nomeadamente, acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar, residência de longa duração, participação política, aquisição de nacionalidade e anti-discriminação. O MIPEX é actualmente um importante instrumento de monitorização e avaliação das políticas migratórias nos diferentes Estados-Membros da União Europeia.

Observando os resultados apresentados em 2007, o índice MIPeX revela que Portugal se destaca com as melhores práticas a nível de direitos associados à reunificação familiar, liberdades políticas e aquisição de dupla nacionalidade.⁵⁰

Através de uma análise mais aprofundada, este índice revela que Portugal tem um bom desempenho no acesso ao mercado de trabalho, destacando as medidas relacionadas com o acesso ao empreendedorismo por parte dos imigrantes e o combate ao desemprego de imigrantes. A segurança nos empregos e os direitos associados aos mercados laborais apresentam excelentes resultados em Portugal, que por seu turno poderão indicar boas perspectivas para os imigrantes que esperam renovar as suas permissões de residência alegando motivos laborais. Porém é realizada uma nota negativa concernente à já abordada sobrevalorização das qualificações dos imigrantes, que devido a processos dispendiosos e burocráticos, dificultam o reconhecimento dessas mesmas qualificações tornando os imigrantes vulneráveis ao mercado de trabalho e à ocupação de cargos que não correspondem às suas competências.

O processo de reunificação familiar em Portugal destaca-se pela sua segurança legislativa, onde os direitos associados ao processo de reunificação são elementos a salvaguardar. Assumindo um lugar de destaque nas movimentações migratórias, este processo de reunificação tem sido alvo de bastantes ajustamentos legislativos, sendo actualmente um processo que se encontra em fase de aperfeiçoamento consoante os desafios que vão surgindo por parte das diversas comunidades estrangeiras. Neste momento, o índice MIPeX regista essencialmente nas condições de aquisição deste estatuto uma debilidade que deverá ser contornada.

Na área referente à permissão de residência a longo prazo, Portugal apresenta alguns dos seus piores resultados. Tendo em conta a discriminação positiva que Portugal mantém com os países dos PALOP, os imigrantes provenientes de países terceiros deparam-se com alguma dificuldade na aquisição de permissões de residência a longo prazo. Para a aquisição de uma permanência desta natureza é exigido um teste linguístico que por razões óbvias privilegia os imigrantes oriundos de países PALOP.

Num domínio político, Portugal tem implementado diversas medidas informativas com o intuito de converter os seus imigrantes em indivíduos politicamente activos.

⁵⁰ Quadro fornecido pelo MIPeX (2007) disponível em anexo

Contudo os direitos eleitorais deixam muito a desejar, visto só algumas nacionalidades poderem participar nas eleições locais após 3 anos de residência em Portugal.

No acesso à nacionalidade, apesar das reformas realizadas em 2006 ainda existem diversos aspectos a melhorar. Apesar de as condições de aquisição serem relativamente simples, a segurança e estabilidade do estatuto é bastante reduzida.

A nível de medidas anti-discriminatórias Portugal tem algumas das melhores práticas europeias. Composto por bons mecanismos de resposta a nível de ONG's e de associações migratórias, Portugal apenas necessita de melhorar a equidade das suas políticas tendo em conta o favorecimento de algumas comunidades imigrantes em detrimento de outras.

Portugal tem respondido à imigração irregular com diversos programas de regularização, contudo a prevalência de um elevado grau de informalização de alguns sectores económicos intensivos em mão de obra, com baixos salários e pouco atractivos para os trabalhadores nacionais, criam oportunidades de emprego para qualquer tipo de trabalhadores estrangeiros, independentemente da sua condição de permanência.

No geral e olhando para o ranking do índice MIPLEX relativo ao ano de 2007, Portugal é o país que, a seguir à Suécia, mais se aproxima das leis que configuram as melhores práticas de integração de imigrantes.

Conclusão: Este capítulo demonstra que após a formulação do desejo de migrar, o imigrante irá deparar-se com uma nova realidade a partir do momento em que chega a um novo país de acolhimento. Sobretudo através de barreiras culturais, as capacidades interactivas do indivíduo imigrante serão colocadas em prova, essencialmente através do domínio da língua do país de acolhimento que será crucial para a interacção com as populações locais. A tolerância religiosa e étnica apresentar-se-á como uma condição quase obrigatória, tendo em conta a diversidade de religiões e de etnias que num mundo cada vez mais globalizado, se vão apresentando nas sociedades contemporâneas. Com a aquisição de noções culturais básicas, o imigrante sentir-se-á mais próximo das populações locais facilitando desta forma a sua integração.

A tendência que se tem registado em diversos casos apresenta, em certos aspectos, um comportamento desviante do pretendido, visto que os imigrantes têm

tendência a aproximar-se daquilo que lhes é conhecido, procurando associar-se a grupos que apresentem características que lhes sejam familiares. Esta espécie de auto exclusão social apresenta-se como um risco para os imigrantes devido ao facto de reduzir o contacto com as sociedades de acolhimento. Este afastamento entre comunidades imigrantes e comunidades locais cria um pólo de tensão cultural em que os imigrantes se tornam alvos de estereotipagens negativas, que irão afectar o seu acesso ao emprego, à habitação, etc. Como solução, o imigrante será forçado a seguir um caminho pouco legal através da prática de actividades ilícitas.

O elemento chave para evitar estes comportamentos desviantes denomina-se de integração social, um processo que envolve um reforçar de esforços, tanto por parte das comunidades imigrantes como das comunidades locais na partilha de elementos culturais. Procurando extrair as potencialidades positivas dos imigrantes, é de realçar o impacto que estes têm numa sociedade a nível demográfico, económico e cultural. O envelhecimento populacional característico da maioria dos países europeus, a falta de versatilidade dos trabalhadores nacionais para ocuparem profissões em sectores económicos menos qualificados e a possibilidade de conhecerem novas práticas culturais, são algumas das lacunas segundo as quais as potencialidades positivas dos imigrantes encaixam na perfeição. É segundo esta lógica que se torna crucial diligenciar uma integração social de imigrantes que privilegie a tolerância cultural entre comunidades, de forma a proporcionar aos imigrantes condições para concretizarem os seus objectivos migratórios e paralelamente as sociedades de acolhimento traduzirem essa concretização de objectivos em desenvolvimento socioeconómico para as suas comunidades locais.

A integração social é actualmente um processo que pode ser executado através de dois modelos distintos. Por um lado, o modelo de acomodação privilegia a interacção cultural entre comunidades, onde para além da aquisição de novos princípios culturais os imigrantes têm oportunidade de dar a conhecer e a praticar na sociedade de acolhimento a sua cultura de origem. Num sentido oposto surge o modelo de assimilação que, como o próprio nome sugere, privilegia a assimilação da cultura da sociedade de acolhimento em detrimento da cultura de origem do imigrante. Confrontando o modelo de assimilação com a ideia de tolerância cultural, torna-se evidente que este modelo desrespeita alguns dos direitos humanos primários das sociedades contemporâneas. Desta forma, o modelo de acomodação é

sem dúvida o caminho a seguir para fomentar a já desejada interação cultural em que, tanto os imigrantes como os cidadãos locais beneficiem dos processos migratórios.

Definido o modelo de integração a adoptar, é essencial delinear as áreas de acção que possibilitarão a integração social do imigrante. Adquirir uma habitação, desempenhar uma profissão, ter acesso à política, justiça, saúde e educação são direitos fundamentais que se encontram expressos nas cartas dos direitos humanos e que abrangem os indivíduos migrantes. Será através da concretização e da obtenção de todos estes direitos que um imigrante poderá sentir-se verdadeiramente integrado na sociedade de acolhimento. Hoje em dia, Portugal é um dos países que melhores práticas de integração social apresenta em toda a Europa. Um motivo de orgulho que vem recompensar todo o esforço feito em torno da questão da integração social de imigrantes na sociedade portuguesa.

Capítulo III – A influência política no panorama migratório

Sumário: Este terceiro capítulo tem o intuito de abordar o campo da acção política em relação aos fluxos migratórios. Encadeando os capítulos anteriores, os migrantes desenvolvem numa primeira instância movimentações migratórias, requerendo à posteriori de uma base sólida que os permita inserir numa sociedade de acolhimento. Reconhecendo uma forte influência política sobre o domínio das migrações, realiza-se uma reflexão relativa ao papel que um Estado desempenha perante a questão migratória, seguida de uma análise às posições políticas que foram tomadas nos últimos anos na Europa e em Portugal. Com um carácter mais exaustivo, será igualmente realizada uma análise aos organismos que em Portugal são responsáveis pelas questões migratórias.

1) O papel do Estado

Se numa perspectiva social, o papel da sociedade era fundamental para a integração social dos imigrantes, na definição de medidas e políticas migratórias a serem implementadas, o Estado é sem dúvida um interveniente máximo em tudo o que se relaciona com questões migratórias. Segundo Maria Baganha⁵¹ (2005), cabe aos Estados a acção de promulgarem e implementarem legislação que vise a regulamentação das entradas, das permanências, das aquisições de nacionalidade e das expulsões do território nacional por parte de cidadãos estrangeiros.

Escolhendo um dos pólos do dualismo protecționismo/liberalismo, os Estados irão determinar a sua maneira de actuar perante o fenómeno migratório, assinalando uma posição receptiva ou negativa perante a entrada de imigrantes no seu território. É através desta dualidade que Canotilho (2003) afirma que os tipos de decisão política se resumem a duas abordagens em particular, nomeadamente uma abordagem *expansionista* e uma abordagem *restricționista*. Numa tipologia expansionista regista-se a existência de expansionismos de princípio e paradigmáticos. No primeiro tipo de expansionismo, a passagem de fluxos migratórios está associada à abertura de fronteiras, transmitindo uma ideia de determinação individual no acto migratório que

⁵¹ Foi professora da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadora do CES, destacando-se pelos seus inúmeros estudos sobre a temática das migrações.

fomenta a imigração legal. Em relação ao segundo tipo de expansionismo, existe uma relação directa entre a imigração e o mercado de trabalho, uma vez que o aumento da imigração apresenta como razões a escassez de mão-de-obra nacional ou situações de crescimento económico que requerem capital humano.

Em relação a uma modalidade mais restricionista existe igualmente um restricionismo de princípio e um restricionismo pragmático. O primeiro modelo é baseado no medo, onde actos de xenofobia delimitam um restricionismo de princípio assente na ideia de que os níveis actuais de imigração ameaçam certos objectivos da sociedade de acolhimento, tendo efeitos perniciosos sobre as camadas sociais de rendimentos mais baixos, privados de acesso aos seus domínios tradicionais de empregabilidade. Por sua vez, o restricionismo pragmático rejeita a ideia de que a ameaça da imigração esteja inerente na natureza desta, encarando os conflitos por ela gerados como contingências empíricas, mantendo-se, apesar de tudo, aberto à prova dos benefícios reais da imigração sob uma dada conjectura.

É de facto em torno das potencialidades dos imigrantes abordadas no capítulo anterior que se encontra uma espécie de resposta política para os diversos cenários que possam surgir.

2) Uma política migratória europeia

Como membro da União Europeia, Portugal define muitas das suas políticas através de um consenso comunitário e da definição de políticas comuns que merecem o acórdão entre os 27 países membro.

Observando a questão migratória num contexto europeu, esta só veio a figurar como tema de debate após a formação de uma Europa comunitária pós 2ª guerra mundial, correspondente ao surgimento da CEE e culminando com a instauração da União Europeia que se apresenta como o organismo máximo na gestão da comunhão política dos seus países membros. Foi precisamente com o objectivo de controlar o elevado pico de movimentações internas registadas após a segunda guerra mundial, que a UE preconizou o início da definição de políticas migratórias europeias.

Nos anos 80, com o incontrolado fluxo imigratório, instaurou-se a prática de uma Europa policiada, fechada aos estrangeiros através do Acordo de Schengen⁵². Passou a

⁵² Convenção europeia assinada em 1985 que privilegiou uma política de livre circulação de pessoas no espaço europeu.

ser exigida a apresentação de vistos de entrada nos países da CEE, reforçaram-se os controlos das fronteiras e surgiram enormes pressões sobre os profissionais das empresas de viagem para que assumissem certas atribuições policiais. Foi nesta tendência que se criou o SIS, uma base de dados governamental usada por alguns países europeus, com o intuito de manter e distribuir informações que estejam relacionadas com a segurança nacional, controlo de fronteiras ou enquadramentos legais.

Esta tendência proteccionista viria a ser prolongada até 1999, altura da assinatura do Tratado de Amesterdão que registou uma harmonização do controlo da imigração entre Estados, concebendo-se o primeiro enquadramento a nível comunitário no que toca a assuntos migratórios. O Conselho Europeu de Tampere realizado nesse mesmo ano, representou um marco na definição de políticas migratórias comunitárias visto ter empreendido a definição de uma política migratória comum, decretando o combate à imigração ilegal como uma das principais medidas a providenciar para o futuro. Foi igualmente reconhecida a importância da equiparação dos direitos e deveres dos cidadãos de países terceiros aos dos cidadãos europeus, de forma a promover a coesão económica e social em todo o território da União. Em 2000, com o Tratado de Nice, promoveu-se a ideia segundo a qual os cidadãos extra comunitários deveriam ter autorizações de residência ou de trabalho, para no futuro terem a mesma liberdade de movimentos que os cidadãos da União Europeia.

Andrew Geddes⁵³ (2003) afirma que actualmente em matéria de imigração, a UE detém controlo sobre a liberdade de circulação de indivíduos, questões relacionadas com situações de asilo e medidas anti-discriminatórias.

Expondo algumas iniciativas que foram tomadas pela UE, 2003 foi o ano em que este organismo internacional começou a desenvolver inúmeros programas dedicados às questões migratórias. A rede de *Pontos de Contacto Nacionais* surgiu com o intuito de facilitar a troca de informações e de práticas de integração entre os diferentes Estados-Membros, reforçando desta forma a coordenação das políticas migratórias a nível nacional e comunitário. No mesmo ano, através do Conselho Europeu de Salónica, foi sugerida a criação de um relatório anual sobre migrações e integração na Europa. Actualmente é graças a estes relatórios que se consegue ter uma percepção mais realista sobre a dimensão que o fenómeno migratório tem no continente

⁵³ Professor associado da Universidade de Liverpool, especialista em questões relacionadas com políticas migratórias.

européu. Em 2004, o Programa de Haia⁵⁴ veio propor alguns princípios básicos comuns para uma agenda comum para a integração. Tinha como princípios a ênfase da importância do emprego, o reforço dos conhecimentos culturais dos imigrantes sobre as suas respectivas sociedades de acolhimento, facilitar o acesso à educação e melhorar as condições de vida em ambientes urbanos.

Inúmeros programas têm vindo a ser desenvolvidos pela UE, o que demonstra bem a importância que esta instituição tem vindo a atribuir às questões migratórias. Sintetizando, a Europa passou de uma abordagem restritiva para uma abordagem mais liberal, demonstrando actualmente uma maior preocupação em matérias relacionadas com a área da integração social abandonando a sua mentalidade fechada vocacionada para o controlo dos fluxos migratório.

3) Portugal e as políticas migratórias

Para Baganha e Marques⁵⁵ (2001), a história das políticas migratórias portuguesas apenas se começou a escrever após a adesão de Portugal à Comunidade Europeia. Contudo alguns textos legislativos foram decretados após o 25 de Abril, nomeadamente em 1975⁵⁶ e 1981⁵⁷, com o intuito de definir questões relacionadas com a atribuição, aquisição e perda da nacionalidade portuguesa.

Até à década de 70, Portugal apresentava um quadro legal bastante proteccionista da identidade nacional, onde os imigrantes eram discriminados por serem vistos como uma séria ameaça à estabilidade social do país. Inês Gomes (2004) exemplifica esta situação, referindo-se ao caso das empresas em Portugal que com mais de cinco funcionários nos seus quadros, eram obrigadas a ter cerca de 90% de trabalhadores portugueses. Após a entrada na CEE, Fonseca e Goracci (2007) afirmam que Portugal foi de certa forma coagido a inserir na sua agenda política a problemática migratória, muito em parte devido ao exponencial aumento da imigração clandestina e do surgimento constante de associações e ONG's promotoras da defesa dos direitos dos imigrantes.

⁵⁴ Programa adoptado no Conselho Europeu de 4 e 5 de Novembro de 2004, que teve o intuito de reforçar o espaço de liberdade, segurança e justiça europeia, durante os 5 anos seguintes à sua adopção.

⁵⁵ Investigador pertencente ao Núcleo de Estudos das Migrações do CES.

⁵⁶ Decreto-Lei nº208-A/75 de 24 de Junho.

⁵⁷ Decreto-Lei nº37/81 de 3 de Outubro.

Indo de acordo com as políticas de imigração contemporâneas, estas são caracterizadas por se dividirem entre políticas de admissão e políticas de integração de imigrantes nas sociedades de acolhimento. Por conseguinte, será contemplada de seguida uma análise a cada um destes tipos de políticas imigratórias em Portugal.

3.1) Políticas de admissão

Em Portugal, é sob a tutela do Ministério da Administração Interna que reside o controlo das fronteiras e a gestão dos fluxos migratórios. Olhando para a sua história concernente a políticas migratórias, Portugal registou 3 períodos distintos que viriam a ser associados à aplicação de regimes especiais de regularização de imigrantes indocumentados.

Decorria o ano de 1992 quando o Governo Português procurou controlar o fluxo descontrolado de imigrantes indocumentados que se fixavam no país, atribuindo uma especial atenção aos imigrantes indocumentados já fixados no país em detrimento da recepção de novos imigrantes. Uma espécie de período de “imigração zero” que procurava estancar o fluxo de imigrantes ilegais e a sua respectiva fixação em território nacional. Esta regularização⁵⁸ que se apresentou como pioneira em Portugal, viria a registar a regularização de cerca de 39 mil imigrantes onde a maioria provinha de países membros dos PALOP. Apesar de todos os esforços, esta regularização viria a revelar-se um fracasso, pois o epicentro de toda a insatisfação ficaria associado a uma imperfeita difusão informativa junto das populações imigrantes. Foi igualmente dado um fraco apoio em termos financeiros às associações e organizações que estavam empenhadas nessa campanha. Outras tantas falhas foram detectadas nesta primeira regularização, onde por exemplo, muitos menores foram impedidos de se legalizarem por não terem idade para assinar o documento de legalização.

No seguimento desta regularização extraordinária, seria reformulado em 1993⁵⁹ o texto correspondente ao processo de entrada, permanência e expulsão de estrangeiros, numa lógica de uniformização, com algumas das directivas da União.

O segundo regime especial de regularização⁶⁰ para imigrantes ocorreu em 1996 e obteve melhores resultados que o anterior. Baganha (2005) analisa esta regularização

⁵⁸ Decreto-Lei nº212/92 de 12 de Outubro.

⁵⁹ Decreto-Lei nº59/93 de 3 de Março.

afirmando ter-se tratado de um estreitar de relações entre Portugal e os PALOP, devido aos inúmeros programas cooperativos que foram delineados entre ambas as partes. Procurou-se igualmente agir nas consequências provocadas pela imigração ilegal e clandestina, nomeadamente no ajustamento dos processos de exclusão dos imigrantes irregulares ao modelo social europeu e na redução dos riscos provocados pela imigração clandestina, que tinha vindo a aumentar as tabelas de marginalização e de exclusão social na sociedade portuguesa. Para a concretização destes objectivos ficou delineado um campo de acção que abrangia os empregadores e os sindicatos que exerciam uma forte influência sobre este tipo específico de imigrantes. Os números demonstram que uma vez mais, foram maioritariamente regularizados imigrantes oriundos de países lusófonos, contabilizando-se um total de aproximadamente 30 mil regularizações.

A legislação neste ano permitia a regularização do trabalhador indocumentado na base da constatação da efectividade do seu posto de trabalho. Num plano legislativo Rui Pires (2003) constata que, após a regularização de 1996, outras alterações foram elaboradas, destacando-se a introdução do direito ao voto nas eleições locais por parte de imigrantes oriundos de países em que os portugueses emigrantes dispusessem dos mesmos direitos. Foi igualmente decretada a abolição da quota de trabalhadores nacionais obrigatórios nos quadros das empresas nacionais.

Em suma, foi sem dúvida uma regularização extraordinária bastante mais eficaz que a anterior embora tivesse vindo a ficar desactualizada através da criação de uma nova bolsa de imigrantes ilegais provenientes dos fluxos migratórios de leste.

Foi no seguimento deste novo contexto que o ano de 2001 ficou marcado como o ano em que Portugal lançou um verdadeiro “combate” aos trabalhadores ilegais. Alterando o documento elaborado em 1998⁶¹, a legislação de 2001⁶² veio instituir as autorizações de permanência, modificando o regime de agrupamento familiar. No entanto, foi associando os fluxos de entradas no país às necessidades do mercado de trabalho, que Portugal criou uma alteração profunda na sua abordagem à regulação dos fluxos imigratórios. Apertando o cerco aos empregadores que recorriam a mão-de-obra ilegal ou clandestina, a lei passou a prever a criminalização de todos os envolvidos no processo de recrutamento deste tipo de trabalhadores. A nível de

⁶⁰ Decreto-Lei nº17/96 de 24 de Maio.

⁶¹ Decreto-Lei nº244/98 de 8 de Agosto.

⁶² Decreto-Lei nº4/2001 de 10 de Janeiro.

autorizações de permanência anuais, as mesmas só seriam concedidas mediante a apresentação de um passaporte válido, da assinatura de um contrato de trabalho e por fim, da apresentação de um certificado de registo criminal. O Estado passou igualmente a ter poderes para expulsar qualquer imigrante que estivesse ilegal ou que estivesse em situação irregular no território nacional e que tivesse cometido alguma violação do direito constitucional ou criminal. Neste terceiro regime de regularizações extraordinárias, 50% das concessões de autorizações de permanência foi atribuída a indocumentados dos países de leste.

Dois anos mais tarde, viria a surgir em 2003, um novo reajustamento legislativo⁶³, em que se registaram 3 alterações relevantes no panorama imigratório nacional, nomeadamente a revogação do regime das autorizações de permanência, a fixação de um limite anual imperativo de entradas condicionante do número de vistos a conceder anualmente nesse âmbito, e por fim um regime sancionatório criminal.

Em 2006 foi aprovada uma nova Lei da Imigração segundo a qual Cristina Branco (2006) destaca a descentralização da questão migratória através da atribuição de competências às autarquias, que passaram a poder renovar as autorizações de residência aos estrangeiros que vivem em Portugal. Numa tentativa de combater a imigração ilegal, agravaram-se as coimas às entidades patronais que contratam imigrantes ilegais. Durante o ano de 2007 surgiram dois novos documentos legislativos onde num primeiro momento⁶⁴ foram estabelecidos ajustamentos ao regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Posteriormente surgiria outro documento⁶⁵ que atribuía um regime especial de concessão de autorização de residência a imigrantes vítimas de crimes de tráfico de pessoas.

Resumindo, a nível de políticas reguladoras de fluxos migratórios, Portugal apresentou três períodos importantes que permitiram um ajustamento político gradual perante o fenómeno migratório. Para Lemiére⁶⁶ (2002) estas regularizações assentaram no princípio de vasta publicidade da lei e de regularização alargada assente numa colaboração com as diversas associações migratórias.

Actualmente a Constituição da República Portuguesa garante aos estrangeiros a residir legalmente no nosso país todos os direitos de cidadania. Subscritor da

⁶³ Decreto-Lei nº34/2003 de 25 de Fevereiro.

⁶⁴ Decreto-Lei nº23/2007 de 4 de Julho.

⁶⁵ Decreto-Lei nº368/2007 de 5 de Novembro.

⁶⁶ Professor agregado de Ciências Sociais na Universidade de Lille, doutorado em Sociologia.

Convenção de Genebra⁶⁷ e subscritor do Pacto internacional sobre direitos civis e políticos⁶⁸, Portugal assume-se como um país preocupado com a questão migratória, colaborando desta forma para a harmonização dos problemas que esta última possa colocar na sociedade portuguesa.

3.2) Políticas Integratórias

Em relação à integração social de imigrantes, o domínio político apresenta-se com um sistema ligeiramente complexado em que, ao contrário das políticas reguladoras, o papel do poder central não se torna fundamental na definição e na aplicação de medidas integratórias. Harlan Koff⁶⁹ (2003) enfatiza a influência das políticas locais nas formas de inserção dos imigrantes nas áreas metropolitanas, argumentando que os regimes de incorporação locais têm maior impacto nos níveis de integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento do que os sistemas políticos nacionais. Koff interpreta as diferenças observadas com base nos três modelos clássicos de representação de interesses ao nível local nos sistemas democráticos, nomeadamente os sistemas pluralistas, corporativistas e consociacionistas, aos quais correspondem diferentes níveis de mediação por parte do Estado. Nos sistemas pluralistas, as ONG's e o sector privado são os actores mais relevantes nos processos de integração, delegando ao poder local uma acção passiva. Nos sistemas corporativistas, a integração económica constitui a preocupação dominante. Por fim, nos sistemas consociacionistas, os conflitos inter-étnicos estão institucionalizados e as estratégias de intervenção local assentam na mediação cultural. Portes⁷⁰ (1999) acrescenta ainda que será na política governamental, na recepção social e no tipo de comunidade étnica do migrante, que se encontrarão as principais variáveis constitutivas dos diferentes modos de integração.

Olhando para o panorama nacional, o organismo responsável pela área das políticas de integração social de imigrantes é o Ministério da Presidência. Se a nível de políticas de admissão de imigrantes Portugal apresenta-se como um país a caminhar em novos terrenos, a nível de políticas de integração de imigrantes o panorama é

⁶⁷ Tratados que definem as normas para as leis internacionais relativas ao Direito Humanitário Internacional.

⁶⁸ Pacto que define os direitos fundamentais dos seres humanos.

⁶⁹ Professor de Ciências Políticas na Universidade de Luxemburgo.

⁷⁰ Sociólogo cubano, reconhecido mundialmente pelos seus estudos relativos ao impacto da imigração nos Estados Unidos.

ainda mais precoce tendo em conta que apenas em 1995 se registou a criação de programas governamentais destinados aos imigrantes. Foi sobretudo através da criação de estruturas vocacionadas para a integração social de imigrantes e da inserção da população imigrante no SNS e no PNAIS, que se perspectivou um novo rumo a nível de políticas migratórias de integração social.

Observando os princípios orientadores das políticas de integração definidos pelo governo em 2003 e apresentados por Nuno Morais Sarmiento⁷¹ (2003), era visível a preocupação em actuar sobre algumas das áreas integratórias enunciadas no capítulo anterior. Desta feita foi reiterado o combate à imigração ilegal, de forma a acabar com o tráfico de seres humanos, a valorização da diferença de modo a criar uma sociedade heterogénea com diferentes mentalidades, a redução dos conflitos étnicos através do combate à xenofobia, o melhoramento do acesso ao emprego tendo em vista a garantia do reconhecimento das habilitações e das competências dos imigrantes e da sua necessidade de formação profissional, e por fim, o igual melhoramento do acesso à educação e à saúde. Para Feliciano Barreiras Duarte⁷² (2003) o governo tinha como objectivos resolver a situação de muitos imigrantes, que estando já integrados na sociedade portuguesa, não tinham uma situação de reconhecimento legal. Procurava-se igualmente melhorar as condições de reunificação familiar dos imigrantes e estabelecer um regime que protegesse os direitos essenciais dos imigrantes menores de idade.

A criação de um Plano para a Integração dos Imigrantes elaborado em 2007⁷³ veio a marcar a afirmação absoluta de Portugal como país empenhado em integrar correctamente os seus imigrantes, combatendo a exclusão social dos mesmos. Através de 122 medidas políticas que abrangiam na sua maioria as áreas integratórias fundamentais já abordadas no capítulo anterior, este plano apresentava ainda uma listagem de medidas, indicadores e metas a atingir no espaço de três anos. Uma solidificação de processos nunca antes registada em Portugal que aparentemente registou excelentes resultados, tendo em conta que actualmente se encontra em discussão a implementação de um II Plano para a Integração dos Imigrantes.

Como se pode constatar, Portugal registou uma mudança significativa na sua forma de actuar perante a questão da integração social de imigrantes, passando de um

⁷¹ Ministro da Presidência durante o XV Governo Constitucional.

⁷² Deputado na X Legislatura, mestre em Sociologia na variante de Poder e Sociedade.

⁷³ Decreto-Lei nº63-A/2007 de 3 de Maio.

sistema pluralista que delegava ao sector privado e a ONG's a responsabilidade da integração migratória para um sistema consociacionista que privilegia a institucionalização dos conflitos inter-étnicos através da mediação cultural.

4) Organismos responsáveis

É inquestionável o papel do Estado como agente regulador da questão migratória. Cabe aos Estados combaterem os preconceitos religiosos e raciais de forma a enquadrarem o seu território num espaço multicultural, que numa lógica globalizada é preconizado pelas sociedades contemporâneas. Os Estados devem implantar estruturas nacionais onde a formação, a informação e a sensibilização dos cidadãos seja direccionada para a tolerância entre os povos.

Como vimos no início deste capítulo, existem dois tipos de políticas que visam a questão migratória, nomeadamente as políticas de controlo ou admissão de fluxos e as políticas de integração. Desta forma, foram igualmente desenvolvidos organismos que se adequam a esta realidade e que desempenham o papel controlador ou integrador do sistema migratório.

4.1) SEF

Numa lógica reguladora, Portugal detém no SEF a entidade máxima de controlo de entradas e saídas do país. Segundo informações disponibilizadas pelo próprio SEF (s.d.), após o 25 de Abril de 1974, o controlo de estrangeiros era efectuado pela PJ e a vigilância e fiscalização de fronteiras cabia à Guarda-Fiscal. No mesmo ano, a competência da PJ foi transferida para a PSP, onde é criada a Direcção de Serviços de Estrangeiros que viria em 1976 a obter uma autonomia administrativa e a designar-se de “Serviço de Estrangeiros”. Contudo viria a ser apenas em 1986 que seria efectuada uma reestruturação total, acrescentando-se o controlo das fronteiras ao domínio deste Serviço, passando a ser denominado em definitivo de Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Ao longo do tempo as próprias funções do SEF têm sido alvo de constantes alterações devido ao contexto nacional e internacional migratório. Para André Ferreira (2002) a multiculturalidade que origina os distintos fluxos migratórios que se têm registado ao longo das últimas três décadas, o surgimento de bolsas de

imigrantes clandestinos e a comunhão política que Portugal mantém através dos diversos acordos internacionais, são elementos justificadores da exigência de uma adaptação por parte do SEF às voláteis realidades que se vão apresentando em território nacional.

O SEF apresenta-se como um organismo que tem como objectivos primários o controlo das fronteiras e a regulamentação das respectivas movimentações dos imigrantes que escolham Portugal como país de acolhimento.

Para a concretização destes objectivos, o SEF (s.d.) tem diversas atribuições a seu cargo, das quais se destacam a vigia permanente dos postos fronteiriços portugueses impedindo a entrada ou saída do território nacional de pessoas que não satisfaçam os requisitos exigíveis para o efeito, o controlo e fiscalização da permanência e das actividades dos estrangeiros em território nacional, a concessão e o controlo dos diversos tipos de vistos e de autorizações de residência, e por fim, a gestão nacional dos dados referentes ao SIS e a outros sistemas de informação comunitários no âmbito do controlo da circulação de pessoas.

4.2) Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

No domínio dos serviços de integração migratória e de apoio aos imigrantes, o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural tem vindo nos últimos anos a assumir uma posição de relevo. Resultante do antigo ACIME implantado em Portugal em 1996, o ACIDI, I.P. surge em 2007 através de um documento legislativo⁷⁴ que o promulga como um instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa que tem como missão principal a promoção da integração de imigrantes e minorias étnicas na sociedade portuguesa. Regido em torno de alguns princípios chave, cabe ao ACIDI fomentar o *diálogo intercultural*, de forma a providenciar uma *igualdade* de direitos entre cidadãos locais e imigrantes. O ACIDI deve igualmente consciencializar as populações locais de forma a promover a *cidadania* e a *hospitalidade* portuguesa perante as diversas comunidades estrangeiras que se vão instalando em Portugal.

Observando o campo de actuação do ACIDI, é visível o seu crédito junto dos imigrantes através do seu amplo conjunto de serviços. Distinguido como um espaço noticioso e de esclarecimento de dúvidas, é através do ACIDI que se conserva um

⁷⁴ Decreto-Lei nº167/2007 de 3 de Maio.

contacto directo com os imigrantes, fomentando uma elevada proximidade com os seus problemas e as suas necessidades. Esta proximidade é sem dúvida um pilar de excelência para a definição de áreas a abordar e de medidas a aplicar no futuro. De destacar igualmente o espírito de trabalho colectivo protagonizado pela colaboração que o ACIDI tem mantido com diversas associações localizadas em Portugal, tanto no planeamento como na execução prática de projectos que de certa maneira contribuem para o desenvolvimento dessas mesmas associações e para um maior reconhecimento do instituto na sociedade em geral. Os inúmeros voluntários que têm aderido às causas do ACIDI demonstram bem a preponderância que este instituto tem vindo a ganhar, por exemplo na consciencialização e na educação cívica de jovens que se dispõem a colaborar em projectos interculturais.

Abordando um lado mais científico deste Alto Comissariado, o observatório que o incorpora torna-se uma ferramenta importantíssima tanto na avaliação dos projectos elaborados como na definição de novos projectos a elaborar. É deste observatório que provém igualmente uma enorme riqueza documental.

Através desta breve descrição de funções do ACIDI, deparamo-nos sem qualquer tipo de dúvidas com um organismo de excelência em questões de integração de imigrantes. Recentemente, o trabalho desenvolvido por este instituto foi de certa forma reconhecido pelas Nações Unidas onde segundo Clara Viana (2009) o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009 da ONU, revelou que as iniciativas de Portugal na integração de imigrantes estão na vanguarda da Europa e do mundo. Portugal é actualmente o país com melhor classificação na atribuição de direitos e serviços aos estrangeiros residentes.

Para este reconhecimento generalizado, o ACIDI contou com a colaboração de outros organismos tais como o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração, que procura promover o diálogo entre as entidades representativas dos imigrantes e a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, que detém uma especial responsabilidade em matérias relacionadas com discriminações étnicas. Existe ainda a Comissão Interministerial de Acompanhamento da Política de Imigração que tem como principal função realizar uma previsão sobre as oportunidades de trabalho. Através dessa previsão serão admitidos imigrantes em território nacional de acordo com as necessidades de mão-de-obra previstas no relatório. Esta comissão vai ao encontro da ideia de regular os fluxos migratórios

através das necessidades do mercado de trabalho. Contudo, foi através de uma articulação directa com a aplicação de Centros Nacionais de Apoio aos Imigrantes que o ACIDI conseguiu obter uma maior proximidade com os imigrantes. A contar actualmente com instalações em Lisboa, Porto e Faro, o CNAI apresenta-se como um organismo que incorpora nas suas instalações diferentes serviços que estão relacionados com os imigrantes, nomeadamente o SEF, ACT, Segurança Social, Ministério da Educação e Ministério da Saúde. Encontram-se igualmente incorporados nas suas instalações gabinetes de apoio que abordam todas as áreas integratórias enaltecidas no capítulo anterior.

Este centro veio comportar uma primeira ideia de descentralização dos serviços de integração imigratória, que actualmente apresenta o seu expoente máximo através da implantação de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes. Os CLAI apresentam-se como espaços informativos descentralizados que procuram responder às necessidades dos imigrantes. Apresentando uma sólida interacção com estruturas locais, estes centros têm a missão de ir além da informação e apoiar o processo de acolhimento e integração de imigrantes nas suas diversas vertentes. A sua constituição é essencialmente fomentada pela criação de parcerias com várias instituições, organismos e serviços locais, orientados para o serviço aos imigrantes, nomeadamente autarquias, associações de imigrantes, ONG, associações de desenvolvimento local, paróquias e outras entidades de direito privado sem fins lucrativos.

Actualmente a estrutura CLAI encontra-se presente em todo o território nacional, tendo como objectivo proporcionar aos imigrantes respostas locais articuladas ao nível das necessidades de acolhimento e integração. Estes centros servem igualmente a comunidade em geral, procurando ajudar a encontrar respostas às várias questões que se lhes possam colocar pela população imigrante. Funcionando em pequenos gabinetes animados por técnicos da instituição parceira local, os CLAI encontram-se equipados com um Posto Multimédia, telefone de acesso à Linha SOS Imigrante e materiais informativos.

Conclusão: Concluindo, este capítulo forneceu uma visão distinta sobre o domínio migratório, abordando uma dinâmica interventiva que privilegia a definição de medidas políticas para o controlo e integração dos fluxos migratórios. Cingidos a uma posição liberal ou proteccionista perante a recepção de fluxos migratórios, os

Estados promulgarão e implementarão medidas políticas que satisfaçam os seus planos governamentais e que acima de tudo garantam a estabilidade social das suas sociedades.

Observando a posição política europeia dos últimos anos, é notório que a consciencialização comunitária tem vindo a colher os seus frutos, nomeadamente no domínio do controlo e da integração social dos imigrantes. Se anteriormente a Europa se apresentava como um espaço de difícil acesso para migrantes que não fizessem parte dos países membros da CEE, actualmente regista-se uma maior coordenação migratória europeia em que se procura não só controlar as entradas no continente europeu, mas também acompanhar e garantir o processo de integração social dos imigrantes junto das sociedades de acolhimento.

Portugal apresenta-se configurado num contexto comunitário em que à semelhança da UE, tem aplicado políticas migratórias destinadas ao controlo e à regulação dos fluxos migratórios e políticas migratórias destinadas à integração social dos imigrantes. Em matérias de políticas de admissão, Portugal registou a existência de 3 períodos de regularizações extraordinárias adaptando-se gradualmente às diversas realidades migratórias despontadas. Curiosamente, após a aplicação da segunda regularização extraordinária surgiram os primeiros indícios de readaptação política, através do desenvolvimento de instituições focadas para a questão do acompanhamento dos fluxos migratórios e da integração social dos mesmos. Por conseguinte, no final do século XX e início do século XXI, Portugal assimilou a ideia de que o problema da imigração não residia apenas no controlo das suas fronteiras, mas também na criação de mecanismos que permitissem a integração social dos indivíduos imigrantes.

Atendendo a todo este panorama, paralelamente ao SEF que tinha a missão de controlar e regular os fluxos migratórios, é criado o ACIME que actualmente se designa de ACIDI e que se encontra responsável pelo diálogo intercultural em Portugal. Em questões integratórias, Portugal tem seguido um novo rumo através da descentralização da questão migratória através da criação de estruturas como o CNAI e o CLAII.

De país pioneiro em políticas migratórias, Portugal tem gradualmente vindo a desenvolver mecanismos que conciliam o fenómeno migratório com a integração dos seus respectivos fluxos, obtendo inclusive reconhecimentos internacionais pelas

medidas adoptadas. Torna-se desta forma relevante verificar como se processa o funcionamento de uma estrutura CLAll em Portugal.

Capítulo IV – Estudo de Caso de Salvaterra de Magos

Sumário: O presente capítulo contempla um estudo de caso, que procura analisar a proficuidade da implementação do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes no concelho de Salvaterra de Magos.

Estruturalmente falando, apresenta-se num primeiro momento uma caracterização geográfica do concelho em questão, seguida de uma exposição das suas respectivas características socioeconómicas. Será destacada a análise de dados referentes às áreas fundamentais do processo de integração social, abordadas no segundo capítulo, assim como a realização de uma caracterização da população imigrante residente no município. Procurando compreender os mecanismos de funcionamento do CLAII de Salvaterra de Magos observam-se, num segundo momento, os testemunhos de alguns profissionais intervenientes no processo funcional do centro, privilegiando-se a recolha de informações gerais relativas ao enquadramento do CLAII na região. De modo a averiguar o impacto dos serviços desenvolvidos pelo CLAII junto das populações imigrante e local, será privilegiada a criação de um espaço de debate onde se discutem alguns dos resultados apresentados nos subcapítulos anteriores.

1) O Concelho de Salvaterra de Magos

Localizado no distrito de Santarém⁷⁵, o concelho de Salvaterra de Magos é caracterizado pelas suas vastas lezírias e tradições tauromáquicas, tão características da outrora denominada região ribatejana⁷⁶. Encontrando-se subdividido em 6 freguesias, designadamente Foros de Salvaterra, Glória do Ribatejo, Salvaterra de Magos, Granho, Marinhais e Muge, o concelho de Salvaterra de Magos encontra-se numa posição geográfica privilegiada, atendendo à proximidade que tem com a grande AML e com a sua capital de distrito, Santarém.

Estatisticamente falando, o distrito de Santarém encontra-se dividido em duas sub-regiões estatísticas, nomeadamente a sub-região do Médio Tejo e a sub-região da Lezíria do Tejo. A sub-região do Médio Tejo encontra-se localizada numa zona mais a

⁷⁵ Figura disponível em anexo.

⁷⁶ Antiga província de Portugal, formalmente instituída pela reforma administrativa de 1936 que viria a desaparecer do vocabulário administrativo com a entrada em vigor da Constituição de 1976.

norte do distrito, sendo composta pelos municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha. Quanto à sub-região da Lezíria do Tejo engloba os restantes municípios do distrito, designadamente Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém. Tendo em conta a inclusão de Salvaterra de Magos na sub-região estatística da Lezíria do Tejo, a seguinte análise sócio-demográfica privilegiará a observação de dados relacionados com esta sub-região.

A nível demográfico, a sub-região estatística da Lezíria do Tejo apresentava em 2008 uma população total de 249 588 habitantes, da qual se verifica uma maior representação de indivíduos do sexo feminino. Seguindo a tendência populacional da região, o concelho de Salvaterra de Magos ostenta igualmente uma maior proporção de indivíduos do sexo feminino, nos seus 21 491 habitantes.⁷⁷

Não dispondo de dados recentes relativos à distribuição da população do concelho por freguesias, o INE (2001) revela que a freguesia de Salvaterra de Magos não é o centro populacional do concelho. Se durante a década de 80 Salvaterra de Magos concentrava uma larga maioria dos habitantes do concelho na sua freguesia, a viragem de século veio criar uma maior difusão dessa mesma população pelas restantes freguesias, passando Marinhais a registar em 2001 um maior número de habitantes que Salvaterra de Magos.

Não se apresentando como um concelho demograficamente envelhecido, a estrutura etária⁷⁸ do município é composta maioritariamente por indivíduos laboralmente activos, correspondentes a uma população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos. Apesar de não se caracterizar por ser um concelho demograficamente envelhecido, Salvaterra de Magos tem vindo a assistir a um envelhecimento gradual da sua população, como se pode verificar no aumento assimétrico da sua taxa de óbitos em relação à sua taxa de natalidade⁷⁹.

No domínio laboral, o município de Salvaterra de Magos está inserido numa região que contribui com cerca de 2,1% do PIB nacional⁸⁰. Seguindo a tendência apresentada pela sua região, é em profissões que estão ligadas ao comércio e ao turismo que a maioria dos habitantes de Salvaterra de Magos, exercem a sua actividade profissional.

⁷⁷ Dados recolhidos do Anuário Estatístico da Região do Alentejo de 2008 disponíveis em anexo.

⁷⁸ Dados recolhidos do Anuário Estatístico da Região do Alentejo de 2008 disponíveis em anexo.

⁷⁹ Dados recolhidos do Anuário Estatístico da Região do Alentejo de 2008 disponíveis em anexo.

⁸⁰ Dados recolhidos do Anuário Estatístico da Região do Alentejo de 2008 disponíveis em anexo.

Regista-se ainda a existência de um relativo número de trabalhadores inseridos na área da indústria e da construção civil, assim como uma minoria de indivíduos a desenvolverem as suas actividades laborais no sector da agricultura.⁸¹ Actualmente a enfrentar um sério problema de desemprego onde de 2008 para 2010 se registou um ligeiro aumento do número de indivíduos que se encontram em situação de desemprego⁸², a falta de uma zona industrial dificulta o estímulo económico no concelho e a sua conseqüente criação de postos de trabalho.

No que diz respeito ao sistema educativo, Salvaterra de Magos é um concelho que regista uma excelente taxa de escolarização que se correlaciona com uma baixa taxa de retenção e desistência no ensino básico.⁸³

Os serviços de saúde do concelho são garantidos por um centro de saúde que comporta extensões em todas as freguesias do concelho, prestando na sua maioria serviços relacionados com a medicina geral e familiar.⁸⁴

Por fim, observando a criminalidade em Salvaterra de Magos é possível constatar que o concelho ostenta uma baixa taxa de criminalidade, segundo a qual, são registadas maiores ocorrências associadas a crimes contra a integridade física e a furtos de veículos. Porém, constata-se uma forte ligação da criminalidade do concelho a questões rodoviárias, através dos inúmeros condutores apanhados a conduzir sem habilitações legais ou com taxas de alcoolemia superiores ao permitido por lei.⁸⁵

2) Os imigrantes em Salvaterra de Magos

Salvaterra de Magos apresenta-se como um espaço multicultural que em 2009 contava com 533 imigrantes a residirem legalmente no concelho, provenientes de 30 nacionalidades distintas. Contando com uma população imigrante maioritariamente masculina, os imigrantes provenientes do Brasil e da Ucrânia representam a maior fatia de indivíduos a circular em no município, seguidos de um reduzido mas significativo fluxo de imigrantes chineses. Contrariamente às ligações históricas e culturais que o concelho apresentava na sua população imigrante, actualmente regista-se um número bastante reduzido de imigrantes oriundos dos PALOP.⁸⁶

⁸¹ Dados recolhidos do Anuário Estatístico da Região do Alentejo de 2008 disponíveis em anexo.

⁸² Dados fornecidos pelo IEFP disponíveis em anexo.

⁸³ Dados recolhidos do Anuário Estatístico da Região do Alentejo de 2008 disponíveis em anexo.

⁸⁴ Dados recolhidos do Anuário Estatístico da Região do Alentejo de 2008 disponíveis em anexo.

⁸⁵ Dados recolhidos do Anuário Estatístico da Região do Alentejo de 2008 disponíveis em anexo.

⁸⁶ Dados fornecidos pelo SEF disponíveis em anexo.

Através das entrevistas realizadas no concelho foi possível apurar que se regista uma polarização das comunidades imigrantes na freguesia de Salvaterra de Magos. No entanto, essa polarização é maioritariamente preconizada pela comunidade brasileira tendo em conta que as comunidades oriundas do leste europeu apresentam padrões mais nómadas através de uma consequente difusão por outras freguesias do concelho.

Observando os dados referentes aos atendimentos do CLAll de Salvaterra de Magos, durante o ano de 2010 constata-se que a população imigrante residente no concelho é composta essencialmente por indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 55 anos.

Inquirindo a população imigrante relativamente às suas ocupações profissionais, foi possível constatar que é essencialmente nas áreas da construção civil, comércio e agricultura, que desempenham as suas actividades laborais. Com uma sólida reputação na área da agricultura reconhecida por alguns habitantes locais, grande parte dos indivíduos pertencentes às comunidades de leste procuram afastar-se dos trabalhos associados à construção civil. Porém, devido à sazonalidade característica dos trabalhos agrícolas, muitos indivíduos são obrigados a desempenhar funções multifacetadas nos mais diversos postos de trabalho que surjam. Mais associada às comunidades brasileiras, a área da construção civil é aquela que mais indivíduos imigrantes emprega, muito em parte devido à sua permanente oferta, quer dentro como fora do concelho. Por seu turno, apresentando visíveis acções de empreendedorismo, as comunidades chinesas encontram-se habitualmente na área comercial, com os seus já característicos bazares e restaurantes.

Analisando os dados estatísticos referentes à taxa de desemprego da população imigrante residente no concelho, regista-se uma estabilização entre 2009 e 2010, após um pico massivo de desemprego registado entre 2008 e 2009. Se em 2008 apenas existiam 32 indivíduos imigrantes desempregados, em 2009 esse número ascendeu aos 69, registando-se actualmente 68 indivíduos imigrantes desempregados no concelho de Salvaterra de Magos.⁸⁷

Num plano educativo, a população imigrante em idade activa apresenta na sua maioria habilitações literárias equivalentes ao ensino secundário⁸⁸. Em relação à presença dos seus filhos nos agrupamentos escolares do concelho não foi possível

⁸⁷ Dados fornecidos pelo IEFPP disponíveis em anexo.

⁸⁸ Dados fornecidos pelo IEFPP disponíveis em anexo.

obter dados estatísticos para uma avaliação concreta dos mesmos, contudo, segundo testemunhos recolhidos junto das populações imigrante e local, regista-se um crescendo de alunos pertencentes a comunidades imigrantes a frequentarem os espaços educativos do concelho. Tem vindo a ser observado um gradual surgimento de crianças pertencentes às comunidades de países do leste europeu, contudo estes continuam a ser maioritariamente filhos de imigrantes pertencentes à comunidade brasileira.

Terminando esta caracterização, foi igualmente através de informações populares que se constatou a inexistência de uma associação criminal às comunidades imigrantes residentes no concelho, não se verificando a prática recorrente de actos criminais perpetuados pela população imigrante.

3) O CLAII de Salvaterra de Magos

Percepcionando a existência de um elevado número de imigrantes em situação irregular no concelho, a autarquia de Salvaterra de Magos e os seus demais parceiros sociais, durante um Conselho Local de Acção Social, reconheceram a importância de criar um interlocutor, que reencaminhasse as questões migratórias para as respectivas instituições competentes. A falta de conhecimento sobre as leis migratórias dificultava o acesso por parte dos imigrantes a informações básicas relativas às suas necessidades.

Sem uma referência institucional na resolução dos seus problemas, os imigrantes deslocavam-se frequentemente aos serviços de acção social da Câmara Municipal, à zona pastoral de Salvaterra de Magos, a IPSS e a ONG's. Era a Câmara Municipal que vinha desenvolvendo, de forma independente, um trabalho de proximidade junto das comunidades imigrantes, prestando diversos apoios na área escolar, através da atribuição de livros e material escolar às crianças imigrantes e fornecendo ainda alguns almoços nas cantinas escolares.

Para além de uma fraca prestação de serviços informativos, relativos às necessidades sentidas pelos imigrantes, detectou-se igualmente um profundo desconhecimento em relação à realidade dos fluxos migratórios existentes no concelho. Era necessário realizar um levantamento de informação sobre as famílias imigrantes residentes em cada freguesia, através da escola, do centro de saúde, dos líderes locais e da comunidade.

Identificadas as lacunas migratórias existentes no concelho, foi através de um forte impulso provocado por diversos agentes locais que a autarquia de Salvaterra de Magos assumiu uma responsabilização local na integração social dos imigrantes. Esta responsabilização viria a ser traduzida na criação de uma parceria entre a autarquia e o ACIDI, que coincidiu com a implementação de um CLAI, inaugurado no dia 12 de Junho de 2008.

Localizado no edifício da Biblioteca Municipal, o CLAI de Salvaterra de Magos conta todas as quartas e sextas feiras, das 14:00 às 17:30, com a presença de dois técnicos, dotados de um profundo conhecimento das leis migratórias nacionais, adquirido através de uma formação intensiva, fornecida pelo CNAI. Dadas as constantes modificações legislativas, que o domínio migratório tem vindo a constatar nos últimos anos, o CNAI tem vindo regularmente a promover acções de formação, destinadas aos técnicos CLAI, com o intuito de os manter actualizados de todas as alterações registadas. A missão principal do CLAI de Salvaterra de Magos é essencialmente procurar contribuir para o acolhimento e integração dos imigrantes residentes no concelho, proporcionando respostas locais e nacionais articuladas que permitam aos imigrantes a resolução dos seus problemas de forma facilitada e célere. Para a concretização destes objectivos têm sido preconizadas acções de sensibilização que abordam a lei da imigração e o acolhimento e serviços sociais para imigrantes.

Observando as iniciativas realizadas pelo CLAI, desde o momento da sua implementação, foi numa fase inicial realizada uma acção de informação, sob a temática da Lei da Nacionalidade, com o objectivo de dar a conhecer à população imigrante no concelho, os mecanismos legais consagrados nesta lei. Desde cedo o interesse por esta iniciativa foi enorme, tendo-se registado uma forte adesão por parte da população imigrante. Sendo constatado um forte interesse, em torno da Lei da Regularização, foi igualmente realizada uma nova acção de informação, dedicada única e exclusivamente a esta lei. Estas acções de informação serviram como ponto de partida para a difusão do CLAI, como infra-estrutura de referência no panorama migratório do concelho, tendo-se estabelecido um maior contacto com a população imigrante, atendendo ao gradual aumento do número de solicitações registadas nos serviços do CLAI. Posteriormente, foi ainda desenvolvido um curso de introdução à

informática, de forma a facilitar o acesso da população imigrante à utilização de novas tecnologias.

Encontra-se correntemente em estudo a criação de um Centro de Documentação na Biblioteca Municipal, que apresentará como principal objectivo a sensibilização da opinião pública, relativamente à população imigrante. Está igualmente prevista a produção de folhetos informativos destinados aos imigrantes, com informações relativas aos serviços municipais a que podem recorrer, para a resolução das várias situações que surjam no seu quotidiano. Estes folhetos serão adaptados à realidade migratória do concelho, contando com versões em português, inglês e ucraniano.

Com uma avolumada população imigrante ilegal, a estereotipagem negativa das estruturas migratórias de integração, que associadas aos serviços do SEF eram vistas como pontos de denúncia de irregularidades e possíveis extradições, criavam barreiras entre os CLAI e a população imigrante. Foi através deste cenário que o CLAI, no ano da sua implementação, se centrou exclusivamente numa primeira fase, na quebra desta associação negativa, procurando demonstrar uma atitude tolerante e compreensiva para com as necessidades dos imigrantes, actuando especificamente na divulgação dos seus serviços, junto das comunidades imigrantes disseminadas por todo o concelho.

Em relação ao ano de 2009, observa-se uma mudança na forma de actuação do centro local, onde continuando a difundir os seus serviços junto das populações imigrantes, procurou paralelamente envolver a comunidade local na realidade migratória do concelho. Com o intuito de promover o diálogo intercultural no concelho, o CLAI, através de parceiros institucionais como as escolas, o centro de saúde, o centro de emprego e a segurança social, têm procurado consciencializar a população local para as necessidades dos imigrantes do concelho, fomentando a interacção entre populações nos mais diversos serviços básicos municipais.

É no seguimento deste modo de actuação, que em 2010 o CLAI procura essencialmente consolidar os seus serviços na região, abordando a população imigrante existente e consciencializando a população local para a temática migratória.

Caracterizando o tipo de população que solicita os serviços do CLAI de Salvaterra de Magos, é possível constatar através dos seus relatórios mensais a presença assídua de indivíduos imigrantes, apesar de se constatar ocasionalmente a presença de cidadãos locais e de alguns patronatos. Na sua generalidade indivíduos de

nacionalidade brasileira e ucraniana, os imigrantes que maioritariamente se deslocam ao CLAII apresentam idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos e solicitam essencialmente serviços informativos referentes a questões de regularização de documentos e de reagrupamentos familiares. Contudo, tem vindo a ser registada uma alteração neste panorama registando-se um crescendo de solicitações informativas referentes a apoios sociais.

4) Discussão dos resultados

Procurando identificar os agentes principais que promovem a garantia de uma integração social de imigrantes, é inteligível reconhecer, numa primeira instância, a preponderância que as comunidades locais têm no processo de aceitação e de integração das comunidades imigrantes. Sendo uma sociedade de acolhimento composta pelos elementos pertencentes a uma determinada comunidade local, o indivíduo imigrante apenas se poderá considerar integrado a partir do momento em que é aceite pela sociedade de acolhimento e participe nos seus respectivos mecanismos sociais. Por outro lado, observando a actuação política que o estado português ocupa perante as questões relacionadas com a integração social de fluxos migratórios, é reconhecido na estrutura CLAII do concelho de Salvaterra de Magos o elemento institucional que tem por missão resolver os conflitos inter-étnicos através da mediação cultural. Adicionando o indivíduo imigrante como agente preponderante para o seu próprio processo de integração social, identifica-se na formalização de uma espécie de relacionamento triangular População Imigrante – CLAII – População Local⁸⁹, um mecanismo articulado que, funcionando na sua plenitude, poderá permitir verificar a consistência da integração social de imigrantes num dado território. Tendo por base o funcionamento deste triângulo que permite avaliar as práticas de integração social de imigrantes, torna-se pertinente testar as hipóteses apresentadas numa fase inicial deste trabalho, correlacionando as mesmas com os dados apresentados neste último capítulo.

Verificando a consistência do relacionamento entre as comunidades imigrantes e o CLAII de Salvaterra de Magos, afirmou-se numa primeira hipótese que *a implementação de estruturas CLAII resulta num reforço de serviços de integração social para*

⁸⁹ Figura disponível em anexo.

imigrantes, o que por sua vez atrai cada vez mais população estrangeira. Analisando os dados referentes aos serviços jurídicos relacionados com processos de regularização de imigrantes, prestados pela estrutura CLAII de Salvaterra de Magos, é possível criar uma relação directa com o aumento de regularizações de imigrantes a residirem legalmente no concelho de Salvaterra de Magos. Comparativamente com o ano de 2008, registou-se em 2009 um aumento de 32 indivíduos imigrantes a residirem legalmente neste município.⁹⁰ Paralelamente, o actual aumento registado de população imigrante a frequentar os estabelecimentos escolares do concelho coincide igualmente com o gradual aumento de solicitações de informações relacionadas com a prestação de apoios escolares. Estas duas correlações permitem tornar esta hipótese válida, atendendo à associação registada entre os serviços prestados pelo CLAII e a realidade constatada no seio da população imigrante.

Numa segunda hipótese, é proferido que *o impacto da população imigrante num dado território redundará num maior desenvolvimento socioeconómico das freguesias onde se encontram localizados, o que facilita a sua integração na comunidade local. Considerando como precária a situação socioeconómica do concelho de Salvaterra de Magos, atendendo ao grave problema de desemprego registado e ao respectivo envelhecimento gradual demográfico da sua população, torna-se pertinente observar em que aspectos os imigrantes têm vindo a contornar estas situações. Associados a uma mão-de-obra produtiva, os indivíduos imigrantes têm encontrado algumas dificuldades em aplicar essa mesma produtividade, devido ao facto de não existir uma grande diversidade a nível de empregabilidade no conselho. Presumindo-se a necessidade do surgimento de uma massa imigratória detentora de um forte capital económico, que impulsionasse o empreendedorismo e criasse postos de trabalho na região, a realidade apresenta uma situação inversa, em que se assistem a algumas tensões laborais provocadas pelo surgimento de uma população imigrante que vem, segundo a população local, ocupar os já precários postos de trabalho do concelho. Apesar de se denotar uma certa capacidade empreendedora por parte da comunidade chinesa residente no município, o facto de esta se encontrar de certa forma restringida a uma socialização comunitária dificulta a inserção de habitantes locais nos seus negócios. Num plano demográfico os imigrantes são assumidos como propulsores populacionais, contudo até ao momento não se registam impactos*

⁹⁰ Dados fornecidos pelo SEF disponíveis em anexo.

concretos na alteração da estrutura etária do concelho, sendo possível que uma possível alteração, sobretudo nas taxas de natalidade, apenas se venha a constatar numa altura em que se registre uma total integração social dos mesmos. Este fraco impacto registado pela população imigrante no desenvolvimento socioeconómico do concelho assume proporções clarividentes na relação entre imigrantes e comunidades locais, onde através do contacto populacional mantido com ambas as populações, foi possível registar uma tendência de agrupamento comunitário nas populações imigrantes e uma total indiferença demonstrada pela população local em relação à população imigrante. Por conseguinte, esta hipótese, contrariamente à primeira, não apresenta uma grande consistência tornando-se de certa forma refutável.

Por fim, afirmando numa terceira hipótese que *a presença de estruturas CLAII têm vindo a mobilizar as comunidades locais nas suas acções, o que favorece uma imagem positiva a respeito do funcionamento dos centros e dos seus respectivos profissionais e associados*, é facilmente perceptível através do modo de actuação do CLAII de Salvaterra de Magos uma falta de mobilização populacional em redor dos seus serviços. Unicamente contando com algumas acções informativas destinadas à população imigrante no concelho, o CLAII tem demonstrado uma enorme passividade e uma total abstracção na promoção do envolvimento da população local nos seus serviços. Atendendo a esta situação, regista-se uma nula participação da população local em questões relacionadas com os serviços CLAII. Esta completa dessincronização entre CLAII e população local refuta completamente todo o conteúdo afirmado nesta terceira e última hipótese.

Através do teste à consistência das hipóteses apresentadas, é possível verificar que apenas existe uma sólida relação entre dois dos três agentes principais para o processo de integração social de imigrantes no concelho de Salvaterra de Magos, nomeadamente a comunidade imigrante e a estrutura CLAII. Completamente abstraída do processo migratório do concelho, a comunidade local enfraquece a dinâmica desenvolvida pelos outros dois agentes tornando ineficaz e incompleto o processo de integração social de imigrantes no concelho. Contudo, a falta de mediação cultural registada pelo CLAII junto da população local, é igualmente uma forte condicionante à motricidade do triângulo de agentes que exige o relacionamento mútuo entre todos.

Apesar de, no global, se registar uma fraca dinâmica entre os agentes principais no processo de integração social de imigrantes, observa-se no domínio jurídico e no domínio educativo dois pontos fundamentais que garantem uma relativa integração social de imigrantes. Num sentido inverso, o fraco relacionamento registado entre a população local e os outros dois agentes reflecte-se sobretudo no domínio cultural, onde se torna difícil estabelecer um relacionamento intercultural entre as diversas comunidades presentes no concelho. Relativamente às restantes áreas fundamentais do processo de integração social, verifica-se uma espécie de jogo de “soma nula”, não se registando qualquer tipo de solicitação e intervenção para se proceder ao acesso das mesmas.

Em suma, através da correlação entre os dados relativos à realidade migratória do concelho e o modelo elaborado em torno de um triângulo composto por agentes principais do processo de integração social de imigrantes, é possível constatar que existe uma considerável descoordenação no que diz respeito à relação dos agentes com a comunidade local. Não apresentando uma clarividente articulação entre agentes, constata-se que o concelho de Salvaterra de Magos apresenta uma fraca, mas ainda assim relevante, dinâmica no seu processo de integração social de imigrantes. Registando na activação do segmento População Imigrante – CLAI uma dinâmica que tem vindo a ser fortalecida ao longo do tempo através da assídua presença de imigrantes nas instalações do centro, perspectiva-se que gradualmente surjam iniciativas que possam despoletar um bom funcionamento do triângulo de agentes. Será essencialmente o CLAI com o seu papel de mediador cultural que deverá promover uma maior envolvência comunitária no concelho de Salvaterra de Magos.

Conclusão

Ao longo destas três últimas décadas, Portugal tem vindo a adaptar-se a uma nova realidade migratória, atendendo a uma profunda alteração dos seus fluxos migratórios. Abandonando o estatuto de país com fortes tradições emigratórias, o final do século XIX fica marcado no panorama migratório nacional, pelo surgimento de uma forte tendência imigratória.

Consolidando-se cada vez mais como um país de imigração, é na sociedade portuguesa que se registam os reflexos desta inversão de fluxos migratórios, tornando-se clarividente a diversidade cultural existente, um pouco por todo o território nacional. Se numa primeira fase, o forte fluxo de imigrantes oriundos dos PALOP, permitia estabelecer uma ligação histórica e cultural nos padrões migratórios nacionais, a recente entrada de imigrantes oriundos na sua maioria, de países do leste europeu, vieram quebrar por completo com essa padronização, complexificando os processos de integração social das comunidades estrangeiras na sociedade portuguesa.

Com uma política migratória consolidada no controlo e regulamentação dos fluxos migratórios, existia uma forte lacuna no acompanhamento que era prestado às comunidades estrangeiras, no momento da sua fixação na sociedade portuguesa. As possíveis crispações sociais derivadas da multiculturalidade vigente na sociedade portuguesa acentuavam a preocupação governamental, em criar um organismo que se ocupasse de uma vertente migratória, vocacionada para a integração social dos imigrantes. Inicialmente através do ACIME e posteriormente através do actual ACIDI, foram desenvolvidas extensões de serviços, que têm vindo a consolidar Portugal, como um dos países europeus com melhores práticas a nível de integração social de imigrantes. A distribuição de estruturas CNAI nos grandes centros urbanos e a descentralização desses mesmos serviços, através da implementação de estruturas CLAII, conferem uma maior proximidade junto das populações imigrantes, concedendo um maior apoio às suas necessidades.

Observando o desempenho do CLAII de Salvaterra de Magos, é possível constatar que mesmo se tratando de um organismo que conta apenas com 2 anos de existência, apresenta sólidos resultados no domínio judicial, prestando regularmente serviços informativos, relacionados com processos de legalização e de

reagrupamento familiar. Realçando o facto de que anteriormente à sua implementação, o município era caracterizado pela existência de um elevado fluxo de imigrantes ilegais, os recentes dados do SEF têm demonstrado que esta situação tem vindo a sofrer alterações, através do aumento de indivíduos a regularizarem a sua situação de residência no concelho.

Apesar de se encontrar numa fase inicial de consolidação, o CLAII de Salvaterra de Magos tem fortificado o seu relacionamento com as comunidades imigrantes existentes, registando uma presença contínua de imigrantes nas suas instalações. Encontrando-se localizada no gabinete dos serviços de acção social da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, a estrutura CLAII apresenta também uma versatilidade informativa, sobre todos os apoios sociais existente no concelho.

No entanto, conforme foi possível constatar, existe uma total abstracção por parte da população local para com a realidade migratória do concelho. Identificando no relacionamento triangular entre, População Imigrante – CLAII – População Local, é perceptível que a não inclusão da população local na dinâmica de integração social de imigrantes do concelho, apresentará dificuldades não só na integração dos imigrantes, como na própria actuação do CLAII, que desenvolvendo actividades que promovam a interculturalidade, irá deparar-se com um fraco envolvimento por parte da população local.

Tendo em conta a análise realizada ao CLAII de Salvaterra de Magos e procurando responder à pergunta de partida, segundo a qual se questiona se *a crescente proliferação de estruturas CLAII no distrito de Santarém é uma garantia para a integração social de imigrantes no distrito de Santarém*, afirmaria em primeiro lugar que os CLAII são sem qualquer tipo de dúvidas, organismos com bastante potencial no domínio da integração social de imigrantes. As acentuadas disparidades regionais do território português, exigem a presença de estruturas migratórias que mantenham uma maior proximidade com as comunidades imigrantes, permitindo uma adaptação dos seus serviços, de acordo com a realidade migratória dos concelhos em que estejam inseridas.

Reconhecendo a importância que os CLAII têm no panorama migratório regional português, apenas apresento algumas reservas em relação à sua forma de actuação. Abordando uma área como a integração social de imigrantes, que requer uma

dinâmica interventiva e de mobilização populacional, considero que a atitude passiva preconizada pelos CLAII poderá ser de certa forma desmedida e desenquadrada, daquilo que se pretende que seja uma intervenção objectiva no acolhimento e integração social de imigrantes.

Transformando os CLAII em meros pontos informativos, onde grande parte dos seus atendimentos é consequência de uma motivação individual, torna-se pertinente questionar até que ponto é promovida a integração social, tendo em conta que se os indivíduos imigrantes não se deslocarem às instalações do centro, não irão receber qualquer tipo de estímulo para promover a sua integração. Esta espécie de actuação fixa dos CLAII, confere igualmente consequências que se estendem às populações locais, que como foi possível apurar, apresentam uma completa indiferença perante as realidades migratórias dos concelhos em que estão inseridas.

Atendendo a todos estes elementos, observo na proliferação de estruturas CLAII no distrito de Santarém, aquilo a que podemos chamar de pequeno grande passo no combate à exclusão social de imigrantes. Apresentando-se como um organismo que procura dar resposta em todas as áreas fundamentais para a integração social de imigrantes, será na sua futura consolidação regional, que se poderá verificar o verdadeiro papel que os CLAII podem desempenhar, na integração social de imigrantes. Até lá, é notório que ainda existe um profundo desconhecimento relativo à realidade migratória dos concelhos da região, sendo recomendável a realização de um levantamento estatístico, que possa facilitar a compreensão das necessidades sentidas pelos imigrantes.

Verificando a localização geográfica dos CLAII no distrito de Santarém, é possível constatar que apenas existem estruturas CLAII na região da Lezíria do Tejo, estando a região do Médio Tejo completamente desprovida de estruturas vocacionadas para a integração social de imigrantes, apesar do município de Ourém contar com uma das maiores populações imigrantes a residir no concelho de Santarém. Sabendo de antemão que a implementação dos CLAII, parte essencialmente de uma responsabilização autárquica perante a questão migratória, seria pertinente analisar a atitude que o ACIDI deveria assumir, em relação à implementação de estruturas CLAII em Portugal.

Por fim, expondo as principais limitações encontradas ao longo de todo o trabalho realizado, destacaria essencialmente as dificuldades relacionadas com a recolha de dados estatísticos, para a elaboração do estudo de caso em Salvaterra de Magos. Tendo o último estudo populacional português sido realizado em 2001, foi notória a profunda desactualização de dados estatísticos relacionados com o concelho, sendo necessária uma deslocação individual a diversas instituições, para a obtenção de informações mais actualizadas. O facto de algumas instituições, nomeadamente os agrupamentos escolares, não estarem fornecidos por uma base de dados electrónica, dificultou igualmente a obtenção de informações relativas à realidade educativa migratória do concelho.

Referências Bibliográficas

i) Fontes impressas

Albuquerque, Rosana (2000), *O fenómeno associativo em contexto migratório – Duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Alves, Ricardo (2002), “A imigração no mundo sindical” in *A imigração em Portugal – Os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: Edições SOS Racismo, pp.323-327.

Baganha, Maria Ioannis; Ferrão, João e Malheiros, Jorge Macaísta (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”. *Revista Análise Social*, N°150, pp. 147-173.

Baganha, Maria e Marques, José (2001), *Imigração e Política – O caso português*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Baganha, Maria Ioannis (2005), “Política de imigração: A regulação dos fluxos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N°73, pp. 29-44.

Berry, J. (1990), “Psychology of acculturation: understanding individuals moving between cultures”, in Brislin, R.W. (Ed.), *Applied cross-cultural psychology*. California: Sage, pp.232-253.

Bourhis, R. Y.; Moise, L.; Perreault, S. e Senecal, S. (1997), “Towards an interactive acculturation model: a social psychological approach”. *International Journal of Psychology*, 32, pp.369-386.

Cabral, Alcinda (2002), “Status” in *Dicionário de sociologia*, Porto: Porto Editora, pp. 373.

Canotilho, J. Gomes (2003), “Enquadramento jurídico da imigração” in *I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade – Cidadania – Integração*. Lisboa: ACIME, pp. 152-164.

Castro, Fátima (2008), “A Europa do Outro – A imigração em Portugal no século XXI: Estudo do caso dos imigrantes da Europa de Leste no concelho de Vila Viçosa”. Lisboa: ACIDI, I.P..

Costa, J. Almeida e Melo, A. Sampaio, (1998), “Migrar” in *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, pp. 1094.

Cruz, Ana (2002), “O papel das autarquias no processo de integração das comunidades imigrantes em Portugal” in *A imigração em Portugal – Os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: Edições SOS Racismo, pp.299-315.

Cruz, Paula Teixeira (2002), “Acolhimento dos recém-chegados”, in Vitorino, António (org.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?*. Estoril: Príncipia Editora, pp. 65-103.

D’Almeida, André Corrêa e Silva, Pedro Duarte (2007), *Impacto da imigração em Portugal nas contas do estado*. Lisboa: ACIDI, I.P..

das Neves, João César (2003), “Imigração e Desenvolvimento”, in *I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade – Cidadania – Integração*. Lisboa: ACIME, pp. 74-90.

de Marco, Graciela (1989), “Migraciones internacionales desde la óptica geográfica. Hacia una división lógica o clasificación desde arriba”. *Revista Signos Universitários*, Ano VIII N°15, 197-247.

de Sans, Angels Pascual (1993), “La migración de retorno en Europa: la construcción social de un mito”. *Revista de Geografía*, N° 3, 89-104.

Dias, Bruno (2002), “Os imigrantes e o mundo do trabalho em Portugal” in *A imigração em Portugal – Os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: Edições SOS Racismo, pp.329-338.

Duarte, Feliciano Barreiras (2003), “Intervenção de Feliciano Barreiras Duarte” in *I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade – Cidadania – Integração*. Lisboa: ACIME, pp.100-105.

Eisenstadt, S. N. (1954), *The Absorption of Immigrants: a comparative study based mainly on Jewish community in Palestine and the state of Israel*. London: Routledge & Kegan Paul.

Ferreira, André (2002), “O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras” in *A imigração em Portugal – Os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: Edições SOS Racismo, pp.191-199.

Figueiredo, Joana (2005), “*Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento – realidades compatíveis no contexto europeu?*”. Lisboa: ACIDI, I.P..

Fonseca, Maria Lucinda e Goracci, Mónica (orgs.), (2007) *Mapa de boas práticas: Acolhimento e integração de imigrantes em Portugal*. Lisboa: ACIDI, I.P..

Gomes, Inês Mendes (2004), “A imigração em Portugal”, *Tese de mestrado*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Geddes, Andrew (2003), *The politics of migration and immigration in Europe*, London: Sage Publications.

Jackson, John A. (1991), *Migrações*. Lisboa: Escher.

Justino, David (2007), “Integração política e cívica – cidadania e civismo. Participação política. Acesso à nacionalidade” in Vitorino, António (org.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?*. Estoril: Príncipia Editora, pp.151-167.

Koff, Harlan (2003), “A Comparative evaluation”, in Koff, Harlan (org.), *Migrant integration in European cities*. Roma: Ethnobarometer, pp. 9-37.

Lee, E.S. (1966), “A theory of migration” *Demography*, Vol. 3, pp. 47-57.

Lemiére, Jacques (2002), “Regularização de estrangeiros indocumentados em Portugal e França” in *A imigração em Portugal – Os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: Edições SOS Racismo, pp.113-129.

Machado, Fernando Luís (1997) “Contornos e especificidades da imigração em Portugal”. *Revista Sociologia – Problemas e Práticas*, N° 24, pp.9-44.

Malheiros, Jorge (1996), *Imigrantes na região de Lisboa. Os anos da mudança. Imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*. Lisboa: Edições Colibri.

Malheiros, Jorge (2003), “Comentário à intervenção de Maria Beatriz Rocha-Trindade” in *I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade – Cidadania – Integração*. Lisboa: ACIME, pp.189-191.

Massey, Douglas S., e outros (1998), *Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium*. Oxford: Oxford University Press.

McDowell, John M. e Singell, Larry D. (1993), “An assessment of the human capital content of international migrants: An application to US immigration”, *Regional Studies*, vol. 27-4, pp. 351-363.

Moon, Bruce (1995), “Paradigms in migration research: exploring “moorings” as a schema”, *Progress in Human Geography*, Vol. 19, N° 4, pp. 504-524.

OIT (2004), “Migration and its consequences” in *Towards a fair deal for migrant workers in the global economy. International Labour Conference, 92nd Session*, pp.17-40.

Parnwell, Mike (1993), *Population movements and the third world*. Londres: Routledge.

Peixoto, João (2007), “Emprego e protecção social – Oportunidades no mercado de trabalho português, competição e complementaridade, reconhecimento de habilitações e de competências, projectos da Gulbenkian, empreendedorismo”, in Vitorino, António (org.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?*. Estoril: Príncipe Editora, pp.199-231.

Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração*. Oeiras: Celta Editora.

Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais - Origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta Editora.

Ravenstein, E.G. (1889), “The laws of migration”, *Journal of the Royal Statistical Society*, N° 52, pp. 241–301.

Ribeiro, Mónica (2002), “O Alto-comissário e o seu Conselho Consultivo in *A imigração em Portugal – Os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: Edições SOS Racismo, pp.233-239.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (2003), “A realidade da imigração em Portugal” in *I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade – Cidadania – Integração*. Lisboa: ACIME, pp.172-183.

Rosa, Alexandra (2002), “Multiculturalidade e educação” in *A imigração em Portugal – Os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: Edições SOS Racismo, pp.353-365.

Sarmiento, Nuno Morais (2003), “Sessão de abertura” in *I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade – Cidadania – Integração*. Lisboa: ACIME, pp.15-20.

SOS Racismo (2002), “Carta dos residentes na Europa” in *A imigração em Portugal – Os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: Edições SOS Racismo, pp.11-17.

Vala, Jorge (2003), “Processos identitários e gestão da diversidade” in *I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade – Cidadania – Integração*. Lisboa: ACIME, pp. 48-61.

Van der Gaag, Nicole e Van Wissen, Leo (1999), “Backgrounds to Differences in International Migration Trends in Europe”, in De Beer, Joop e Van Wissen, Leo (orgs.), *Europe: One Continent, Different Worlds. Population Scenarios for the 21st Century*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 93-108.

ii) Internet

Branco, Carina (2006), “Aprovada nova Lei da Imigração”. *Jornalismo Porto Net*. Página consultada a 14 de Junho de 2010. Disponível em http://jpn.icicom.up.pt/2006/08/10/aprovada_nova_lei_da_imigracao.html

INE (2003), “Migração”. *Instituto Nacional de Estatísticas*. Página consultada em 25 de Novembro de 2009. Disponível em http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/Detail.aspx?cnc_cod=192&cnc_ini=11-04-2003

MIPEX (2007), “Portugal Profile”. *Migrant Integration Policy Index*. Página consultada a 8 de Junho de 2010. Disponível em <http://www.integrationindex.eu/topics/2497.html>

Papademetriou, Demetrios G. (2003), “Policy considerations for immigrant integration”. *Migration Policy Institute*. Página consultada a 7 de Junho de 2010. Disponível em <http://www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=171>

Penninx, Rinus (2003), “Integration: The role of communities, institutions, and the state”. *Migration Policy Institute*. Página consultada a 7 de Junho de 2010. Disponível em <http://www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=168>

SEF (s.d.), “Atribuições”. *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras*. Página consultada a 20 de Junho de 2010. Disponível em http://www.sef.pt/portal/vl0/PT/asp/organizacao/index.aspx?id_linha=4166&menu_position=4131#0

SEF (s.d.), “Historial”. *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras*. Página consultada a 20 de Junho de 2010. Disponível em http://www.sef.pt/portal/vl0/PT/asp/organizacao/index.aspx?id_linha=4167&menu_position=4132#0

Viana, Clara (2009), “Portugal é o mais “generoso” em políticas de integração”. *Público*. Página consultada a 23 de Maio de 2010. Disponível em http://www.publico.pt/Sociedade/portugal-e-o-mais-generoso-em-politicas-de-integracao_1403698

Imagem da capa disponível em http://www.reassess.no/image/3476/1/3476_1.jpg

iii) Fontes estatísticas

Eurostat (2009) *Population of foreign citizens in the EU27 in 2008*.

Eurostat (2010) *Total Population in the EU27 in 2010*.

IEFP (2008) *Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais: Junho*.

IEFP (2010) *Desemprego Registado por Concelho – Estatísticas Mensais: Junho*.

INE (2002) *Censos 2001. Resultados Definitivos – Portugal*.

INE (2002) *Censos 2001. Resultados Definitivos – Região de Lisboa e Vale do Tejo*.

INE (2008) *População estrangeira a residir em Portugal*.

INE (2009) *Anuário Estatístico da Região Alentejo 2008*.

SEF (2008) *Mapa total de residentes por distrito*.

iv) Legislação

Decreto-Lei n.º208-A/75, Diário da República, 24 de Junho de 1975.

Decreto-Lei n.º37/81, Diário da República, 3 de Outubro de 1981.

Decreto-Lei n.º212/92, Diário da República, 12 de Outubro de 1992.

Decreto-Lei n.º59/93, Diário da República, 3 de Março de 1993.

Decreto-Lei nº17/96, Diário da República, 24 de Maio de 1996.

Decreto-Lei nº244/98, Diário da República, 8 de Agosto de 1998.

Decreto-Lei nº4/2001, Diário da República, 10 de Janeiro de 2001.

Decreto-Lei nº34/2003, Diário da República, 25 de Fevereiro de 2003.

Decreto-Lei nº23/2007, Diário da República, 4 de Julho de 2007.

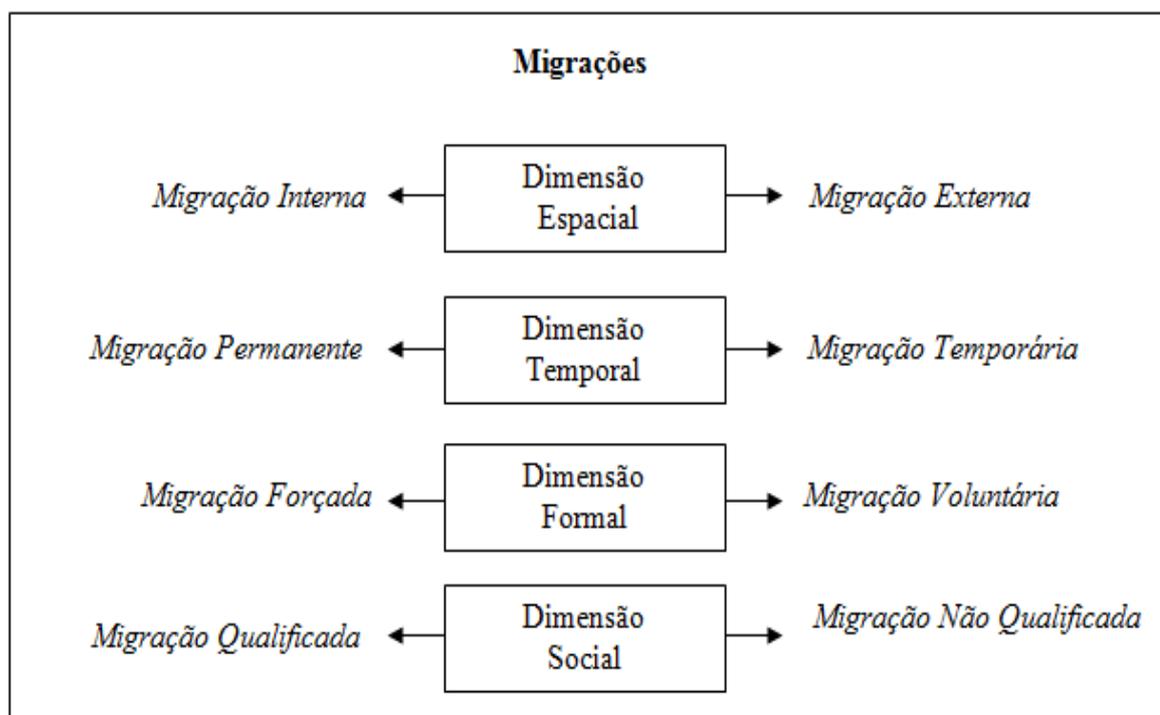
Decreto-Lei nº167/2007, Diário da República, 3 de Maio de 2007

Decreto-Lei nº368/2007, Diário da República, 5 de Novembro de 2007.

Decreto-Lei nº63-A/2007, Diário da República, 3 de Maio de 2007.

ANEXOS

Figura 1 – Tipologia Migratória



Elaboração Própria (2010)

Total population	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
geo/time												
EU (27 countries)	481617952	482767710	483797218	484636747	486647831	488799601	491153644	492996266	495291931	497683272 (p)	499694284 (p)	501064211 (p)
EU (25 countries)	450898986	452121349	453217293	454912169	457029216	459287076	461734067	463667303	466047522	468514407 (p)	470589117 (p)	472038315 (p)
Euro area (16 countries)	311626496	312725496	314046498	315611013	317552958	319579004	321680141	323239033	325218410	327143380 (p)	328646201 (p)	329550165 (p)
Euro area (15 countries)	306233114	307326839	308667715	310232062	312173797	314198951	316295319	317849853	319824773	321742382 (p)	3232333947 (p)	324125240 (p)
Belgium	10213752	10239085	10263414	10309725	10355844	10396421	10445852	10511382	10584534	10666866	10750000 (p)	10827000 (p)
Bulgaria	8230371	8190876	8149468	7891095	7845841	7801273	7761049	7718750	7679290	7640238	7606551	7563710
Czech Republic	10289621	10278098	10266546	10206436	10203269	10211455	10220577	10251079	10287189	10381130	10467542	1,1E+07
Denmark	5313577	5330020	5349212	5368354	5383507	5397640	5411405	5427459	5447084	5475791	5505504	5534738
Germany	82037011	82163475	82259540	82440309	82536680	82531671	82500849	82437995	82314906	82217837	82002356	81802257 (p)
Estonia	1379237	1372071	1366959	1361242	1356045	1351069	1347510	1344684	1342409	1340935	1340415	1340127
Ireland	3732201	3777763	3832973	3899876	3963665	4027732	4109173	4209019	4312526	4401335 (p)	4450030 (p)	4455780 (p)
Greece	10861402	10903757	10931206	10968708	11006377	11040650	11082751	11125179	11171740	11213785	11260402	11295002 (p)
Spain	39802827	40049708	40476723	40964244	41663702	42345342	43038035	43758250	44474631	45283259	45828172	4,6E+07
France	60158533	60545022	60979315	61424036	61864088	62292241	62772870	62998773	63645065	64004333	64366962	64713762 (p)
Italy	56909109	56923524	56960692	56993742	57321070	57888245	58462375	58751711	59131287	59619290	60045068	60340328 (p)
Cyprus	682862	690497	697549	705539	715137	730367	749175	766414	778684	789269	796875	798045 (p)
Latvia	2399248	2381715	2364254	2345768	2331480	2319203	2306434	2294590	2281305	2270894	2261294	2248374
Lithuania	3536401	3512074	3486998	3475586	3462553	3445857	3425324	3403284	3384879	3366357	3349872	3329039
Luxembourg	427350	433600	439000	444050	448300	454960	461230	469086	476187	483799	493500	502066
Hungary	10253416	10221644	10200298	10174853	10142362	10116742	10097549	10076581	10066158	10045401	10030975	10013000 (p)
Malta	378518	380201	391415 (bi)	394641	397296	399867	402668	405006	407810	410290	413609	412966
Netherlands	15760225	15863950	15987075	16105285	16192572	16258032	16305526	16334210	16357992	16405399	16485787	16577612 (p)
Austria	7982461	8002186	8020946	8063640	8100273	8142573	8201359	8254298	8282984	8318592	8355260	8375290
Poland	38666983	38653559	38253955	38242197	38218531	38190608	38173835	38157055	38125479	38115641	38135876	3,8E+07
Portugal	10148883	10195014	10256658	10329340	10407465	10474685	10529255	10569592	10599095	10617575	10627250 (p)	10637713 (p)
Romania	22488595	22455485	22430457	21833483	21772774	21711252	21658528	21610213	21565119	21528627	21498616	2,1E+07

Slovenia	1978334	1987755	1990094	1994026	1995033	1996433	1997590	2003358	2010377	2010269 (b)	2032362	2046976
Slovakia	5393382	5398657	5378783	5378951	5379161	5380053	5384822	5389180	5393637	5400998	5412254	5424925
Finland	5159646	5171302	5181115	5194901	5206295	5219732	5236611	5255580	5276955	5300484	5326314	5351427
Sweden	8854322	8861426	8882792	8909128	8940788	8975670	9011392	9047752	9113257	9182927	9256347	9340682
United Kingdom	58579685	58785246	58999781	59217592	59437723	59699828	60059900	60425786	60781352	61191951 (p)	61595091 (p)	62008048 (p)
Iceland	275712	279049	283361	286575	288471	290570	293577	299891	307672	315459	319368	317630
Liechtenstein	32015	32426	32863	33525	33863	34294	34600	34905	35168	35356	35589	35904 (p)
Norway	4445329	4478497	4503436	4524066	4552252	4577457	4606363	4640219	4681134	4737171	4799252	4858199
Switzerland	7123537	7164444	7204055	7255653	7313853	7364148	7415102	7459128	7508739	7593494	7701856	7783026 (p)
Croatia	4527459	4497735 (s)	4438868 (s)	4444608	4442744	4441733	4443901	4442884	4441238	4436401	4435056	4425747
Former Yugoslav Republic of Macedonia	2012705	2021578	2031112	2038651	2023654	2029892	2035196	2038514	2041941	2045177	2048619	2052738 (p)
Turkey	65786563	66889425	67895581	68838069	69770026	70692009	71610009	72519974	69689256 (b)	70586256	71517100	7,3E+07

p=Provisional value b=Break in series l=See explanatory text s=Eurostat estimate

Source of Data: Eurostat

Population of foreign citizens in the EU27 Member States, 2008

	Total foreign citizens		Citizens of another EU27 Member State		Citizens of countries outside the EU27	
	000s	% of total population	000s	% of total population	000s	% of total population
EU27	30 779	6.2	11 302	2.3	19 476	3.9
Belgium	971	9.1	659	6.2	312	2.9
Bulgaria	24	0.3	4	0.0	21	0.3
Czech Republic	348	3.3	132	1.3	216	2.1
Denmark	298	5.5	93	1.7	205	3.7
Germany	7 255	8.8	2 516	3.1	4 740	5.8
Estonia*	229	17.1	8	0.6	221	16.5
Ireland	554	12.6	392	8.9	162	3.7
Greece*	906	8.1	158	1.4	748	6.7
Spain	5 262	11.6	2 113	4.7	3 149	7.0
France*	3 674	5.8	1 283	2.0	2 391	3.8
Italy	3 433	5.8	934	1.6	2 498	4.2
Cyprus	125	15.9	81	10.3	44	5.6
Latvia	415	18.3	8	0.3	408	17.9
Lithuania	43	1.3	3	0.1	40	1.2
Luxembourg	206	42.6	177	36.6	29	6.0
Hungary	177	1.8	101	1.0	76	0.8
Malta	15	3.8	8	2.0	7	1.8
Netherlands	688	4.2	263	1.6	425	2.6
Austria	835	10.0	290	3.5	545	6.6
Poland	58	0.2	25	0.1	33	0.1
Portugal	446	4.2	116	1.1	331	3.1
Romania	26	0.1	6	0.0	20	0.1
Slovenia	69	3.4	4	0.2	65	3.2
Slovakia	41	0.8	26	0.5	15	0.3
Finland	133	2.5	47	0.9	86	1.6
Sweden	524	5.7	241	2.6	284	3.1
United Kingdom*	4 021	6.6	1 615	2.6	2 406	3.9
Norway	266	5.6	138	2.9	128	2.7
Switzerland	1 602	21.1	968	12.7	634	8.3

* Data estimated by Eurostat

Three largest groups of foreign citizens residing in the EU27 Member States by citizenship, 2008
(% of total population of foreign citizens resident in the Member State)

	Citizens of	#	%	Citizens of	#	%	Citizens of	#	%
EU27	Turkey	2 419 000	7.9	Morocco	1 727 000	5.6	Romania	1 677 000	5.4
Belgium	Italy	169 000	17.4	France	130 600	13.4	Netherlands	123 500	12.7
Bulgaria	Russia	9 000	36.7	Ukraine	2 200	8.8	Greece	1 600	6.6
Czech Republic	Ukraine	103 400	29.7	Slovakia	67 900	19.5	Vietnam	42 300	12.2
Denmark	Turkey	28 800	9.7	Iraq	18 300	6.1	Germany	18 000	6.0
Germany	Turkey	1 830 100	25.2	Italy	570 200	7.9	Poland	413 000	5.7
Greece	Albania	577 500	63.7	Ukraine	22 300	2.5	Georgia	17 200	1.9
Spain	Romania	734 800	14.0	Morocco	649 800	12.3	Ecuador	423 500	8.0
France*	Portugal	492 000	13.6	Algeria	477 500	13.2	Morocco	461 500	12.7
Italy	Romania	625 300	18.2	Albania	402 000	11.7	Morocco	365 900	10.7
Latvia	Rec. non-citizens ⁴	371 700	89.5	Russia	28 500	6.9	Lithuania	3 400	0.8
Lithuania	Russia	12 800	29.7	Belarus	4 700	10.9	Stateless	4 200	9.7
Luxembourg	Portugal	76 600	37.2	France	26 600	12.9	Italy	19 100	9.3
Hungary	Romania	65 900	37.3	Ukraine	17 300	9.8	Germany	14 400	8.2
Malta	United Kingdom	4 100	26.5	India	900	6.0	Serbia	800	5.1
Netherlands	Turkey	93 700	13.6	Morocco	74 900	10.9	Germany	62 400	9.1
Austria	Serbia & Montenegro	132 600	15.9	Germany	119 800	14.3	Turkey	109 200	13.1
Poland	Germany	11 800	20.5	Ukraine	6 100	10.6	Russia	3 700	6.4
Portugal	Brazil	70 100	15.7	Cape Verde	64 700	14.5	Ukraine	39 600	8.9
Romania	Moldova	5 500	21.0	Turkey	2 200	8.4	China	1 900	7.3
Slovenia	Bosnia & Herzegovina	32 500	47.3	Serbia	13 800	20.1	Former Yug. Rep. of Macedonia	7 400	10.9
Slovakia	Czech Republic	6 000	14.6	Poland	4 000	9.8	Ukraine	3 700	9.2
Finland	Russia	26 200	19.8	Estonia	20 000	15.1	Sweden	8 300	6.3
Sweden	Finland	80 400	15.3	Iraq	40 000	7.6	Denmark	38 400	7.3
United Kingdom	Poland	392 800	9.9	Ireland	347 900	8.8	India	296 500	7.5
Norway	Sweden	29 900	11.2	Poland	26 800	10.1	Denmark	20 500	7.7
Switzerland	Italy	291 200	18.2	Germany	203 200	12.7	Portugal	183 000	11.4

* 2005 data
Estonia, Ireland, Cyprus: detailed data not available.

1. Citizenship means the particular legal bond between an individual and his or her State, acquired by birth or naturalisation, whether by declaration, choice, marriage or other means under national legislation.
Foreign citizens refer to persons who are not citizens of the country in which they reside. They also include persons of unknown citizenship and stateless persons.
2. For more information about the International Migrants Day see: <http://www.un.org/depts/dhl/events/migrants/>
3. Eurostat, Statistics in Focus, 94/2009 "Citizens of European countries account for the majority of the foreign population in the EU27 in 2008", available free of charge in pdf format on the Eurostat web site.
4. A recognised non-citizen is a person who is neither a citizen of the reporting country nor of any other country, but who has established links to that country which includes some but not all rights and obligations of full citizenship.

Table 5.4. Foreign employment by economic activity in OECD countries^{a)}

% of total foreign employment, 1998-1999 average

	Agriculture and fishing	Mining and manufacturing	Construction	Wholesale, retail and accommodation	Health, education and social services	Households	Public administration and ETO	Other services	Total
Austria	1.2	27.9*	12.3	25.0*	13.5	0.9	1.7	17.6*	100
Belgium	1.7	23.4*	8.9	22.6*	16.3	0.7	8.8	17.7*	100
Czech Republic	2.8	31.2*	12.3	21.6*	17.4*	0.0	3.8	10.9	100
Denmark	5.0	16.2	3.3	21.7*	30.3*	0.0	3.5	20.0*	100
Finland	4.2	15.8	5.3	24.6*	31.1*	0.0	0.4	18.7*	100
France	2.9	20.5*	16.7	18.3*	12.3	7.2	2.6	19.3*	100
Germany	1.6	35.3*	8.7	23.0*	15.0*	0.6	2.0	13.8	100
Greece	3.5	19.3*	26.6*	19.0	5.9	19.9*	0.8	5.0	100
Iceland	6.2	33.0*	1.1	14.8*	28.6*	0.0	5.4	10.9	100
Ireland	2.8	20.5	5.9	21.9*	22.5*	1.9	1.3	23.2*	100
Italy	6.0	29.0*	9.4	17.7*	11.1	10.4	3.0	13.4*	100
Japan	0.3	62.2*	2.0	8.2*	27.3*	100
Luxembourg	1.1	10.9	15.4*	20.5*	11.5	3.7	11.7	25.2*	100
Netherlands	2.7	24.1	4.4	20.7*	17.8	0.3	5.0	25.1*	100
Norway	1.6	16.9*	4.7	20.8*	33.3*	0.5	1.9	20.3*	100
Portugal	3.3	17.4	18.6*	24.3*	17.9*	6.1	1.8	10.6*	100
Spain	9.0	11.6	8.8	26.1*	14.2*	16.4*	1.3	12.5	100
Sweden	2.3	21.3*	2.1	22.0*	32.4*	0.0	1.9	18.1	100
Switzerland	1.0	23.5*	8.8	22.4*	21.9*	1.6	3.6	17.1	100
United Kingdom	1.6	19.3	7.1	19.8*	24.1*	0.5	6.0	21.6*	100
Australia	2.1	18.8	7.9	22.4*	16.1	3.2	3.1	26.4*	100
Canada	2.4	19.6	5.0	24.1*	24.6*	..	3.8	20.4*	100
Hungary	3.1	23.2*	6.2	25.7*	22.5*	0.0	3.4	16.0	100
United States	3.6	18.6	6.1	22.9*	2.2	2.0	20.8	23.7*	100

.. Data not available.

Note: The numbers in bold signify the sectors where foreigners are over-represented. The asterix (*) identifies the top three sectors of foreign employment.

a) For Australia, Canada, Hungary and the United States, the data refer to the foreign-born population.

Sources: EU labour force survey, data supplied by Eurostat; labour force survey, Australian Bureau of Statistics; Statistics Bureau, Japan; 1996 Census, Statistics Canada; and Current Population Survey, US Bureau of the Census.

População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades

Tempo	Indivíduo								
	Total	Nacionalidade							Brasil
		Total	Europa		África				
		Reino Unido	Ucrânia	Total	Angola	Cabo-Verde	Guiné-Bissau		
1960	20.514	18.092	x	x	96	x	x	x	611
1961	19.209	16.580	x	x	117	x	x	x	621
1962	19.940	17.373	x	x	110	x	x	x	599
1963	19.219	16.488	x	x	145	x	x	x	592
1964	18.823	15.685	x	x	106	x	x	x	695
1965	21.229	17.535	x	x	168	x	x	x	769
1966	22.635	18.306	x	x	188	x	x	x	933
1967	22.104	17.715	x	x	168	x	x	x	944
1968	22.907	17.968	x	x	262	x	x	x	1.044
1969	10.945	8.019	x	x	196	x	x	x	497
1970	24.703	18.709	x	x	221	x	x	x	1.330
1971	26.691	19.696	x	x	365	x	x	x	1.554
1972	28.108	19.645	x	x	450	x	x	x	1.935
1973	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1974	32.057	21.797	x	x	434	x	x	x	2.667
1975	31.983	21.414	x	x	503	x	x	x	2.848
1976	32.032	19.889	x	x	2.463	x	x	x	3.169
1977	35.414	18.792	x	x	6.578	x	x	x	3.359
1978	41.807	17.439	x	x	13.144	x	x	x	3.765
1979	47.189	16.635	x	x	20.025	x	x	x	3.425
1980	50.750	15.380	2.648	//	24.788	1.482	21.022	678	3.608
1981	54.414	16.573	3.036	//	24.895	1.508	21.008	820	4.349
1982	58.667	17.527	3.364	//	25.845	1.929	20.957	1.007	5.016
1983	67.484	19.615	3.999	//	29.245	2.616	22.358	1.479	5.870
1984	73.365	20.860	4.511	//	31.953	3.201	23.372	1.737	6.316
1985	79.594	22.082	5.053	//	34.936	3.642	24.959	1.974	6.804
1986	86.982	24.132	5.872	//	37.829	3.966	26.301	2.494	7.470
1987	89.778	25.677	6.577	//	38.838	4.187	26.565	2.688	7.830
1988	94.694	27.283	7.115	//	40.492	4.434	27.106	3.107	9.333
1989	101.011	29.249	7.761	//	42.789	4.842	27.972	3.447	10.520
1990	107.767	31.412	8.457	//	45.255	5.306	28.796	3.986	11.413
1991	113.978	33.013	8.912	0	47.998	5.738	29.743	4.770	12.678
1992	123.612	34.863	9.264	0	52.251	6.568	31.129	5.804	14.007
1993	136.932	38.784	10.168	17	58.429	7.929	32.763	7.899	16.168
1994	157.073	41.821	10.731	37	72.630	13.589	36.560	10.828	18.612
1995	168.316	44.869	11.486	57	79.231	15.829	38.746	12.291	19.901
1996	172.912	47.315	11.939	71	81.176	16.282	39.546	12.639	20.082
1997	175.263	49.747	12.342	83	81.717	16.296	39.789	12.785	19.990
1998	178.137	52.060	12.696	97	83.065	16.596	40.454	12.995	19.769
1999	(R) 191.143	56.670	13.335	123	89.797	17.721	43.951	14.217	20.851
2000	207.587	61.678	14.096	163	98.769	20.416	47.093	15.941	22.202
2001	223.997	67.127	14.953	203	107.309	22.751	49.845	17.791	23.422
2002	238.929	72.229	15.903	299	114.399	24.782	52.223	19.227	24.762
2003	249.995	77.124	16.860	525	117.954	25.616	53.434	20.041	26.508
2004	263.322	83.687	17.976	1.551	121.584	26.517	54.788	20.511	28.730
2005	274.631	88.781	19.005	2.120	124.541	27.533	55.608	20.935	31.500
2006	332.137	124.901	19.761	22.846	129.806	28.856	57.369	21.170	42.319
2007	401.612	168.124	23.608	34.240	138.337	30.431	61.110	22.174	55.665
2008	436.020	166.025	15.371	52.472	125.671	27.307	50.887	23.842	106.704

Fonte de Dados: INE-SEF/MAI - População estrangeira com estatuto legal de residente

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2010-02-08 10:47:21

Mapa total de imigrantes residentes por Distrito

Ano: 2008

Distrito	Total	TRs	VLDs	Homens	Mulheres
Total Nacional	440277	436020	4257	230566	209711
Aveiro	14215	14133	82	7475	6740
Beja	5260	4875	385	2845	2415
Braga	9336	9279	57	4940	4396
Bragança	1713	1674	39	880	833
Castelo Branco	2921	2886	35	1542	1379
Coimbra	10910	10878	32	5632	5278
Évora	3700	3673	27	1993	1707
Faro	72218	71932	286	38843	33375
Guarda	1819	1818	1	985	834
Leiria	16298	16209	89	8731	7567
Lisboa	190423	188186	2237	98275	92148
Portalegre	2636	2631	5	1419	1217
Porto	26418	26277	141	13667	12751
Santarém	13636	13215	421	7397	6239
Setúbal	48785	48444	341	25009	23776
Viana do Castelo	2785	2763	22	1563	1222
Vila Real	1945	1940	5	944	1001
Viseu	4581	4562	19	2525	2056
Açores	3513	3503	10	2033	1480
Madeira	7165	7142	23	3868	3297

NOTA: A lista de países adoptada nesta aplicação foi desenvolvida pelo SEF para fins estritamente estatísticos, sem que da mesma se possam extrair juízos ou inferências de qualquer outra índole, nomeadamente de natureza política.

Por regra, as designações seguem a terminologia utilizada na língua portuguesa. Nos casos em que eram admissíveis mais do que uma designação, optou-se pela que se afigurava como a mais comumente utilizada (ex: Bahrein, em vez de Barein).

Por razões de ordem prática, privilegiou-se a clareza das designações. Neste sentido, evitaram-se, tanto quanto possível, as referências geográficas (ex: Fidji (Ilhas) em vez de Ilhas Fidji, bem como as referências políticas (ex: Portugal em vez de República Portuguesa)).

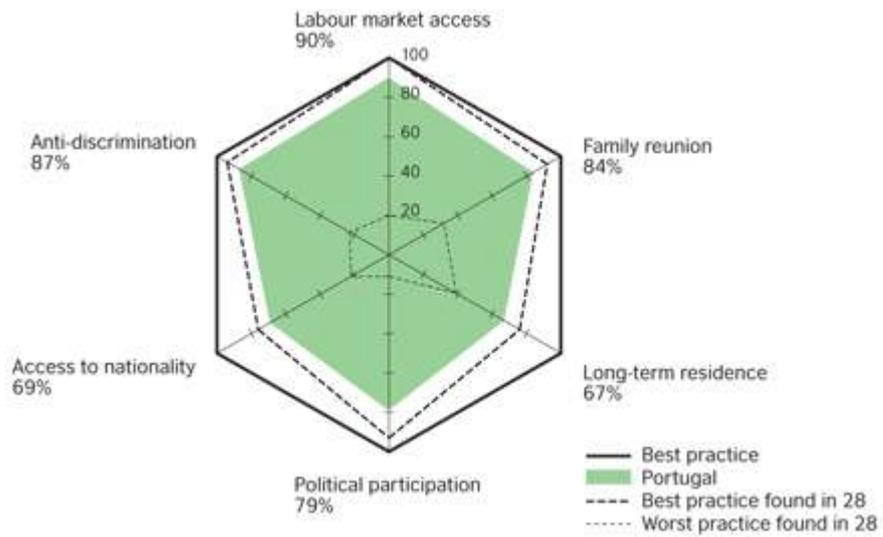
Nos registos históricos foi mantida a terminologia dos países válidas a essa mesma época (ex: Checoslováquia).

TABELA 1: Saldo das Contas para 2001

SubSistema	Receita (cts)	%	Despesa (cts)	%
Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas	0	0,0%	190.848	0,3%
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	1.841.622	1,4%	6.735.548	10,1%
Saúde	153.262	0,1%	7.766.982	11,6%
Justiça				
Policías (GNR, PSP, PJ)	---	---	---	---
Tribunais	---	---	---	---
Sistema Prisional	0	0,0%	2.836.110	4,2%
Educação				
Do Pré-escolar ao Secundário	0	0,0%	31.893.715	47,6%
Ensino Superior	101.306	0,1%	1.143.115	1,7%
Emprego, Formação e Reabilitação Profissional	0	0,0%	3.799.155	5,7%
Segurança Social e Trabalho				
RMG	0	0,0%	901.520	1,3%
Prestação de Desemprego	0	0,0%	2.586.906	3,9%
Subsídio de Doença	0	0,0%	2.066.220	3,1%
Prestações Familiares	0	0,0%	1.734.096	2,6%
Outros	0	0,0%	4.455.506	6,7%
Contribuição do Trabalhador (11%)	28.321.234	21,5%	0	0,0%
Contribuição Patronal (24,5%)	60.099.941	45,6%	0	0,0%
Programas Comunitários	0	0,0%	54.467	0,1%
Finanças				
IRS	16.244.770	12,3%	0	0,0%
IVA Liberais	2.277.609	1,7%	650.441	1,0%
IVA Consumo	12.986.691	9,8%	0	0,0%
Outros Impostos sobre o Consumo	8.288.213	6,3%	0	0,0%
Regularização de Empresas	1.516.902	1,2%	0	0,0%
Habituação	0	0,0%	153.891	0,2%
Colmas	14.128	0,0%	0	0,0%
TOTAL	131.845.678	100,0%	66.968.520	100,0%
SALDO (cts)	64.877.158			
SALDO (Euros)	323.605.900			

Adaptado de D'Almeida e Silva (2007)

Resultado do índice MIPEX relativo às práticas de integração de imigrantes em Portugal



MIPEX (2007)

Distrito de Santarém



Retirado de http://www.distritosdeportugal.com/main_santarem.htm

POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E O SEXO EM 31/12/2008

RESIDENT POPULATION BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO AGE GROUPS AND SEX ON 31/12/2008

▶ continuação continued

II.1.2	Total			0 a 14 anos			15 a 24 anos			
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	
Unidade: N.º										
Baixo Alentejo	126 234	62 487	63 747	16 694	8 595	8 099	13 556	7 037	6 519	
Ajustrel	9 460	4 714	4 746	1 077	557	520	1 015	546	469	
Almodôvar	7 163	3 547	3 616	760	374	386	728	376	352	
Alvito	2 720	1 365	1 355	322	162	160	325	159	166	
Barrancos	1 697	854	843	224	113	111	182	87	95	
Beja	34 387	16 636	17 751	5 189	2 685	2 504	3 606	1 847	1 759	
Castro Verde	7 782	4 014	3 768	931	469	462	897	500	397	
Cuba	4 674	2 215	2 459	645	323	322	528	246	282	
Ferreira do Alentejo	8 132	3 971	4 161	1 017	489	528	827	432	395	
Mértola	7 332	3 643	3 689	676	366	310	737	398	339	
Moura	16 120	8 344	7 776	2 448	1 290	1 158	1 885	1 039	846	
Ounique	5 426	2 660	2 766	559	293	266	486	241	245	
Serpa	15 455	7 694	7 761	2 051	1 070	981	1 689	839	850	
Vidigueira	5 886	2 830	3 056	795	404	391	651	327	324	
Lezíria do Tejo	249 588	122 148	127 440	35 322	18 261	17 061	25 727	13 321	12 406	
Almeirim	22 937	11 023	11 914	3 417	1 738	1 679	2 219	1 134	1 085	
Alpiarça	8 266	4 034	4 232	1 096	579	517	753	412	341	
Azambuja	21 841	11 325	10 516	3 070	1 591	1 479	2 192	1 133	1 059	
Benavente	28 312	14 114	14 198	4 984	2 634	2 350	3 115	1 649	1 466	
Cartaxo	25 156	12 426	12 730	3 555	1 846	1 709	2 613	1 400	1 213	
Chamusca	10 976	5 385	5 591	1 182	603	579	1 146	590	556	
Coruche	19 624	9 425	10 199	2 276	1 133	1 143	1 771	869	902	
Golegã	5 533	2 603	2 930	722	370	352	604	306	298	
Rio Maior	21 822	10 721	11 101	3 124	1 631	1 493	2 518	1 307	1 211	
Salvaterra de Magos	21 491	10 416	11 075	3 043	1 546	1 497	2 247	1 150	1 097	
Santarém	63 630	30 676	32 954	8 853	4 590	4 263	6 549	3 371	3 178	
Unit: No.	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	
	Total			0 - 14 years			15 - 24 years			

continua to be continued ▶

© INE, I.P., Portugal, 2009, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2008/Statistical Yearbook of Alentejo Region 2008. Informação disponível até 30 de Setembro de 2009. Information available till 30th September, 2009.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas; Estimativas Provisórias de População Residente.
Source: Statistics Portugal, Demographic Statistics; Provisional Estimates of Resident Population.

POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS GRANDES GRUPOS ETÁRIOS E O SEXO EM 31/12/2008

RESIDENT POPULATION BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO AGE GROUPS AND SEX ON 31/12/2008

continuação contínuo

II.1.2	25-64 anos			65 e mais anos					
				Total			75 e mais anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Unidade N.º									
Baso Alentejo	66 502	34 537	32 065	29 382	12 318	17 064	14 816	5 850	8 966
Ajúzua	5 325	2 784	2 541	2 043	827	1 216	1 010	386	624
Almodôvar	2 809	1 974	1 836	1 886	823	1 063	910	384	526
Alvito	1 435	754	681	638	290	348	282	130	162
Barralosa	866	469	397	425	185	240	221	97	124
Beja	18 752	9 396	9 356	6 840	2 708	4 132	3 267	1 170	2 097
Castro Verde	4 106	2 227	1 879	1 848	818	1 030	940	388	552
Cuba	2 398	1 188	1 210	1 103	458	645	524	234	310
Femido do Alentejo	4 350	2 224	2 126	1 938	826	1 112	1 021	425	596
Mértola	3 572	1 890	1 682	2 347	969	1 378	1 359	547	812
Moscim	6 328	4 550	3 786	2 451	1 466	1 985	1 725	685	1 043
Onteje	2 734	1 406	1 328	1 647	720	927	865	366	499
Serpa	8 073	4 223	3 850	3 643	1 562	2 080	1 790	716	1 074
Vidigueira	2 848	1 452	1 394	1 594	647	947	889	342	547
Lezíria do Tejo	136 337	68 464	67 873	62 202	22 102	30 100	24 736	9 725	15 011
Alcanhões	12 371	6 177	6 394	4 730	1 974	2 756	2 255	870	1 385
Aljezur	4 421	2 240	2 191	1 986	802	1 183	1 021	364	657
Azambuja	12 229	6 568	5 661	4 350	2 033	2 317	1 938	832	1 106
Benavente	15 267	7 671	7 686	4 856	2 160	2 696	2 054	843	1 211
Cortice	13 997	7 045	6 952	4 991	2 125	2 866	2 333	920	1 413
Charneca	5 625	3 062	2 863	2 723	1 130	1 593	1 336	516	820
Conceite	10 273	5 131	5 142	5 304	2 282	3 012	2 539	1 070	1 468
Golegã	2 976	1 453	1 523	1 231	474	757	625	221	404
Rio Maior	12 015	5 992	6 023	4 165	1 791	2 374	1 908	751	1 157
Solvelero de Magro	11 796	5 895	5 901	4 406	1 825	2 580	1 982	782	1 200
Santarém	34 757	17 230	17 537	13 461	5 485	7 976	6 745	2 556	4 189
Unid. N.º	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
	25 - 64 years			Total			75 and over		
				65 and over					

© INE, I.P., Portugal, 2009. Anuário Estatístico da Região Alentejo 2009/Statistical Yearbook of Alentejo Region 2009. Informação disponível até 18 de Setembro de 2009. Information available 9/30th September, 2009.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas, Estimativas Provisórias de População Residente.
Source: Statistics Portugal, Demographic Statistics, Provisional Estimates of Resident Population.

Nota: Esta informação tem carácter provisório até à realização de um novo recenseamento, integra e actualiza a série de estimativas pós-censitárias. Estas estimativas estão alinhadas aos resultados dos Censos 2001.
Note: This information has a provisional status up to the next census, incorporates and updates the series for post-census estimates. These estimates are benchmarked to the results of Census 2001.

MOVIMENTO DA POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO, 2007 E 2008

POPULATION CHANGES BY MUNICIPALITY, 2007 AND 2008

▶ continuação continued

II.1.3	Nados-vivos					Óbitos			
	Total			Fora do casamento		Total			Com menos de 1 ano
	HM	H	M	Total	Com coabitação dos pais	HM	H	M	
Unidade: N.º									
Baixo Alentejo	1 065	538	527	513	434	2 097	1 097	1 000	8
Aljustrel	83	42	41	40	34	160	89	71	1
Almodôvar	44	21	23	17	16	153	87	66	0
Alvito	22	17	5	13	10	68	33	35	0
Barrancos	9	2	7	6	2	29	16	13	0
Beja	346	175	171	172	145	459	226	233	2
Castro Verde	50	25	25	17	14	87	46	41	0
Cuba	50	22	28	24	19	87	44	43	2
Ferreira do Alentejo	63	32	31	28	26	152	80	72	0
Mértola	35	19	16	21	19	161	96	65	0
Moura	174	93	81	83	73	261	129	132	3
Ourique	21	7	14	5	5	126	65	61	0
Serpa	120	63	57	64	55	273	141	132	0
Vidigueira	48	20	28	23	16	81	45	36	0
Lezíria do Tejo	2 370	1 218	1 152	963	814	3 055	1 539	1 516	8
Almeirim	289	154	135	127	111	258	121	137	0
Alpiarça	76	41	35	26	23	114	54	60	0
Azambuja	228	124	104	95	76	274	135	139	1
Benavente	357	176	181	158	148	267	151	116	0
Cartaxo	209	118	91	84	71	281	140	141	0
Chamusca	65	32	33	24	13	156	74	82	0
Coruche	146	81	65	58	50	311	154	157	1
Golegã	37	19	18	17	16	70	31	39	0
Rio Maior	205	95	110	74	60	258	135	123	3
Salvaterra de Magos	205	103	102	94	81	283	147	136	2
Santarém	553	275	278	206	165	783	397	386	1

Unit: No.	MF	M	F	Total	Cohabitant parents	MF	M	F	Aged under 1 year
	Total			Outside marriage		Total			
	Live births					Deaths			

continua to be continued ▶

© INE, I.P., Portugal, 2009, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2008/Statistical Yearbook of Alentejo Region 2008. Informação disponível até 30 de Setembro de 2009. Information available till 30th September, 2009.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas.
Source: Statistics Portugal, Demographic Statistics.

Nota: O valor de Portugal inclui as ocorrências de nados-vivos e óbitos relativos à população residente no País e a residência ignorada (ocorrências relativas à população que não é referenciável a um nível territorial específico, por falta de informação).
Note: The value for Portugal includes live births and deaths of resident population in the country and also those whose residence is unknown (population that is not allocated to a specific territorial level, for lack of information).

INDICADORES DE CONTAS REGIONAIS POR NUTS III, 2006 E 2007

REGIONAL ACCOUNTS INDICATORS BY NUTS III, 2006 AND 2007

III.1.1	PIB			Produtividade (VAB/ Emprego)	Remuneração média	RDB <i>per capita</i>	FBCF no total do VAB
	Em % do total de Portugal	<i>per capita</i>					
		Em valor	Índice de disparidade (Portugal=100)	milhares de euros	%		
	%	milhares de euros	%				
	2007 Pe				2006		
Portugal	100,0	15,4	100,0	27,3	19,3	10,1	25,4
Continente	94,9	15,3	99,6	27,1	19,3	10,1	25,2
Norte	28,1	12,2	79,6	22,3	16,5	8,5	25,3
Minho-Lima	1,5	9,8	63,7	18,5	x	x	x
Cávado	3,0	11,8	76,5	20,8	x	x	x
Ave	3,6	11,1	72,2	19,4	x	x	x
Grande Porto	12,0	15,3	99,8	28,2	x	x	x
Tâmega	3,1	8,9	58,1	17,5	x	x	x
Entre Douro e Vouga	2,2	12,6	81,7	22,1	x	x	x
Douro	1,3	10,3	67,1	18,2	x	x	x
Alto Trás-os-Montes	1,4	10,4	67,6	18,9	x	x	x
Centro	19,1	13,1	85,2	21,8	17,6	9,3	27,4
Baixo Vouga	3,4	13,9	90,5	23,8	x	x	x
Baixo Mondego	3,2	15,5	100,9	25,7	x	x	x
Pinhal Litoral	2,5	15,6	101,6	24,4	x	x	x
Pinhal Interior Norte	0,8	9,3	60,2	17,5	x	x	x
Dão-Lafões	1,9	10,8	70,4	16,7	x	x	x
Pinhal Interior Sul	0,3	11,8	76,5	15,9	x	x	x
Serra da Estrela	0,3	9,2	59,8	19,2	x	x	x
Beira Interior Norte	0,7	10,7	69,5	15,5	x	x	x
Beira Interior Sul	0,6	13,4	87,4	18,4	x	x	x
Cova da Beira	0,6	10,3	66,8	17,1	x	x	x
Oeste	3,0	13,5	88,1	23,3	x	x	x
Médio Tejo	1,8	13,0	84,8	24,9	x	x	x
Lisboa	36,6	21,3	138,8	37,2	24,1	12,9	23,0
Grande Lisboa	31,1	25,1	163,2	38,2	x	x	x
Península de Setúbal	5,5	11,6	75,4	32,2	x	x	x
Alentejo	6,9	14,7	95,6	30,0	17,7	9,6	26,1
Alentejo Litoral	1,4	23,7	154,1	50,0	x	x	x
Alto Alentejo	0,9	12,8	83,4	24,6	x	x	x
Alentejo Central	1,3	12,9	83,9	25,3	x	x	x
Baixo Alentejo	1,1	14,2	92,6	33,4	x	x	x
Lezíria do Tejo	2,1	13,6	88,1	27,1	x	x	x
Algarve	4,2	16,2	105,1	28,1	17,0	11,0	32,5
R. A. Açores	2,0	13,7	89,4	27,3	18,8	9,7	31,8
R. A. Madeira	3,0	19,6	127,6	33,4	19,5	10,5	27,6
Extra-regio	0,1	//	//	32,0	27,9	//	6,6

TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM NOS ESTABELECIMENTOS POR MUNICÍPIO, SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE
(CAE-Rev. 3) E O SEXO, 2007

EMPLOYEES IN ESTABLISHMENTS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO SECTOR OF MAIN ACTIVITY (NACE-Rev.2) AND SEX, 2007

continuação continued

II.5.18	Total			Primário CAE: A			Secundário CAE: B - F			Terciário CAE: G - U		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Unidade: N.º												
Baixo Alentejo	20 113	11 927	8 186	2 927	2 288	639	5 316	4 467	851	11 868	5 172	6 696
Aljustrel	1 499	980	519	180	151	29	617	569	48	702	260	442
Almodôvar	870	434	436	51	41	10	226	171	55	593	222	371
Alvito	405	263	142	43	37	6	160	154	6	202	72	130
Barrancos	238	136	102	40	33	7	87	52	35	111	51	60
Beja	7 330	4 101	3 229	814	667	147	991	808	183	5 525	2 626	2 899
Castro Verde	2 142	1 616	526	116	104	12	1 361	1 256	103	665	254	411
Cuba	565	339	226	50	42	8	219	189	30	296	108	188
Ferreira do Alentejo	1 246	697	549	553	349	204	173	150	23	520	198	322
Mértola	852	536	316	189	159	30	231	199	32	432	178	254
Moura	1 799	1 051	748	307	257	50	452	354	98	1 040	440	600
Ourique	823	420	403	127	91	36	212	146	66	484	183	301
Serpa	1 689	972	717	349	266	83	369	276	93	971	430	541
Vidigueira	655	382	273	108	91	17	220	141	79	327	150	177
Lezíria do Tejo	44 629	25 845	18 784	2 903	1 679	1 024	16 835	12 093	4 742	24 891	11 873	13 018
Almeirim	3 313	1 889	1 424	232	116	116	1 243	985	258	1 838	788	1 050
Alpiarça	924	485	439	127	81	46	339	237	102	458	167	291
Azambuja	5 061	2 817	2 244	293	180	113	1 169	927	242	3 599	1 710	1 889
Benavente	7 149	4 339	2 810	433	272	161	3 179	2 242	937	3 537	1 825	1 712
Cartaxo	3 320	1 869	1 451	177	98	79	1 323	1 009	314	1 820	762	1 058
Chamusca	1 352	860	492	186	122	64	541	457	84	625	281	344
Coruche	3 139	1 980	1 159	572	422	150	1 312	1 019	293	1 255	539	716
Golegã	699	376	323	92	62	30	234	186	48	373	128	245
Rio Maior	4 309	2 594	1 715	198	118	80	2 167	1 403	764	1 944	1 073	871
Salvaterra de Magos	3 084	1 790	1 294	194	143	51	1 166	835	331	1 724	812	912
Santarém	12 279	6 846	5 433	399	265	134	4 162	2 793	1 369	7 718	3 788	3 930

Unid. No.	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
	Total			Primary NACE: A			Secondary NACE: B - F			Tertiary NACE: G - U		

© INE, I.P., Portugal, 2009, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2008/Statistical Yearbook of Alentejo Region 2008. Informação disponível até 30 de Setembro de 2009. Information available till 30th September, 2009.

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), Quadros de Pessoal.
Source: Ministry of Labour and Social Solidarity (MTSS), Lists of personnel.

Nota: Os dados dizem respeito a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa.
Note: Data refers to full time employees with full remuneration.

INDICADORES DE EDUCAÇÃO POR MUNICÍPIO, 2007/2008

EDUCATION INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2007/2008

► continuação continued

II.2.1	Taxa de pré-escolarização	Taxa bruta de escolarização		Taxa de retenção e desistência no ensino básico				Taxa de transição/conclusão no ensino secundário			Relação de feminidade no ensino secundário
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total	Cursos gerais/científico-humanísticos	Cursos tecnológicos	
Baixo Alentejo	98,9	135,0	106,0	8,9	4,9	9,6	15,1	79,4	79,6	78,5	59,4
Aljustrel	105,1	215,7	143,8	10,7	2,8	9,2	24,0	75,6	77,6	64,0	69,3
Almodôvar	102,6	133,9	84,9	6,9	4,4	2,9	14,3	81,9	83,8	78,7	49,7
Alvito	89,2	114,9	223,5	14,0	8,7	10,5	28,6	//	//	//	100,0
Barrancos	95,5	112,4	0,0	15,0	14,7	7,7	20,5	//	//	//	//
Beja	94,2	153,6	145,9	7,9	4,8	9,1	11,9	75,3	76,0	72,7	56,5
Castro Verde	101,1	111,6	66,9	6,5	4,0	6,8	10,3	91,9	91,9	//	60,6
Cuba	119,6	125,5	124,2	9,0	7,0	10,0	12,4	//	//	//	59,0
Ferreira do Alentejo	113,5	97,6	32,0	7,8	3,0	9,2	17,8	80,0	80,0	//	53,4
Mértola	124,0	122,7	116,5	11,4	5,3	13,7	17,6	76,0	71,4	61,3	60,2
Moura	91,2	123,7	83,3	8,8	4,6	13,3	13,6	85,3	81,8	95,7	51,4
Ourique	108,0	115,0	68,6	8,1	6,9	2,9	14,8	80,0	80,0	//	61,5
Serpa	98,8	122,0	86,7	10,0	3,9	12,3	16,7	84,4	84,8	81,8	55,5
Vidigueira	91,8	108,7	78,8	12,3	8,2	7,5	23,2	//	//	//	57,2
Lezíria do Tejo	89,3	126,5	91,7	8,6	4,5	9,4	14,4	80,2	80,1	80,5	51,5
Almeirim	86,9	117,1	77,4	8,7	4,2	10,9	15,3	76,8	76,8	//	51,5
Alpiarça	104,7	105,0	63,3	8,1	3,4	10,6	14,7	73,3	70,3	92,9	50,8
Azambuja	96,5	141,9	59,8	8,7	6,4	7,9	13,8	70,0	70,2	66,7	52,6
Benavente	78,1	118,6	45,0	11,9	4,6	13,3	22,5	78,2	78,4	0,0	57,2
Cartaxo	73,2	120,8	73,0	10,1	4,5	10,4	18,3	82,0	81,8	88,9	53,4
Chamusca	102,7	111,4	46,5	6,4	0,0	8,4	13,8	73,4	77,9	45,5	59,1
Coruche	86,7	123,8	116,8	6,3	7,3	4,5	6,0	84,6	84,6	//	48,3
Golegã	108,8	121,5	30,5	4,7	0,0	10,0	8,5	53,2	53,2	//	44,7
Rio Maior	99,5	123,3	108,8	7,4	4,7	8,1	11,9	80,9	82,5	72,7	47,7
Salvaterra de Magos	90,2	131,7	139,3	7,1	3,2	7,9	12,4	71,7	72,1	58,3	52,5
Santarém	92,4	136,5	123,2	8,3	4,8	9,2	13,1	86,7	86,2	92,7	51,4

Unit: %	Pre-primary educational attainment rate	Basic education	Secondary education	Total	1st cycle	2nd cycle	3rd cycle	Total	General courses/scientific-humanistic	Technological courses	Proportion of women in the secondary education			
		Crude educational attainment rate							Retention and desistance rates at basic education			Success rate at secondary education		

continua to be continued ►

© INE, I.P., Portugal, 2009, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2008/Statistical Yearbook of Alentejo Region 2008. Informação disponível até 30 de Setembro de 2009. Information available till 30th September, 2009.

Fonte: Ministério da Educação - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.
Source: Ministry of Education - Office of Statistics and Planning of Education.

CONSULTAS MÉDICAS NOS CENTROS DE SAÚDE SEGUNDO A ESPECIALIDADE POR MUNICÍPIO, 2007

MEDICAL APPOINTMENTS IN OFFICIAL CLINICS BY MUNICIPALITY AND ACCORDING TO THE SPECIALITY, 2007

* continuação anterior

Município (N)	Total	Especialidades									
		Médico geral e familiar/médico geral	Endocrinologia e medicina interna	Ginecologia	Obstetrícia	Otorrinolaringologia	Pneumologia	Psiquiatria	Saúde infantil e pediatria	Saúde materna/Obstetrícia	Outras especialidades
Baixo Alentejo	419 008	396 334	0	0	0	0	11 961	984	35 958	4 482	0
Aljustrel	32 813	28 261	0	0	0	478	0	2 932	324	0	
Almodôvar	23 418	21 419	0	0	0	257	0	1 460	233	0	
Alto	11 031	9 438	0	0	0	522	0	907	184	0	
Benevente	10 984	9 461	0	0	0	147	0	1 214	52	0	
Beja	102 342	94 941	0	0	0	4 009	584	10 721	2 187	0	
Castro Verde	32 520	28 982	0	0	0	751	0	2 506	481	0	
Cuba	18 925	15 110	0	0	0	324	0	1 243	245	0	
Ferrelas do Rialvo	28 110	25 627	0	0	0	417	0	1 673	386	0	
Merida	27 143	24 804	0	0	0	62	0	1 830	247	0	
Moura	43 658	38 550	0	0	0	1 361	0	3 192	756	0	
Ourique	17 582	15 117	0	0	0	533	0	1 819	286	0	
Ourém	56 288	48 400	0	0	0	1 888	0	5 301	910	0	
Vale de Fafe	17 016	15 185	0	0	0	304	0	1 353	158	0	
Lezíria do Tejo	739 727	638 415	0	0	0	16 537	5 946	73 488	13 140	0	
Alentejo	53 870	47 054	0	0	0	1 383	0	4 308	1 115	0	
Aljezur	13 438	11 609	0	0	0	347	0	1 133	287	0	
Azinhaga	49 967	44 051	0	0	0	1 417	0	3 648	660	0	
Benevente	32 932	25 583	0	0	0	1 928	0	3 373	2 945	0	
Castro	35 274	27 862	0	0	0	1 845	0	10 944	1 523	0	
Charneca	38 018	33 574	0	0	0	872	0	2 966	665	0	
Conde	77 254	67 367	0	0	0	3 023	0	6 017	1 247	0	
Colegi	24 280	19 985	0	0	0	942	0	3 194	359	0	
Rio Maior	47 636	42 262	0	0	0	106	0	4 255	1 033	0	
Selvalva de Magos	71 140	61 252	0	0	0	945	0	7 492	1 461	0	
Sentilhes	165 282	155 256	0	0	0	4 619	5 946	17 259	2 912	0	

Total	Medical specialities									
	Family and general medicine/general practice	Endocrinology and internal medicine	Gynaecology	Obstetrics	Otorhinolaryngology	Family planning	Psychiatry	Infant and juvenile health/pediatrics	Maternal health/obstetrics	Others

Fonte: IP, Portugal, 2008. Anuário estatístico do Serviço Nacional de Saúde do Alentejo, Região 2008. Informação disponível em: www.inec.pt (acessado em 20 de Setembro de 2008). Informação atualizada em 10 de Setembro, 2008.

Fonte: INE, IP, Anuário do Alentejo.
Source: Instituto Português de Saúde Estatística.

Nota: A especialidade "Médico geral e familiar / Médico geral" inclui as consultas complementares.
Note: The specialty "family and general medicine / general practice" includes complementary appointments.

QUADRO I - Desemprego Registrado por Concelho segundo o Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego (situação no fim do mês)

Região	Concelho	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
		Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
Lisboa VT	ABRANTES	878	1 077	1 128	827	189	1 566	1 755
	ALCANENA	128	174	220	82	15	287	302
	ALCOBAÇA	628	1 219	1 281	566	151	1 696	1 847
	ALCOCHETE	180	205	243	122	10	355	365
	ALENQUER	551	776	889	438	71	1 256	1 327
	ALMADA	2 334	2 914	3 347	1 901	284	4 964	5 248
	ALMEIRIM	308	380	530	158	37	651	688
	ALPIARÇA	136	140	216	60	14	262	276
	AMADORA	3 319	4 226	4 150	3 395	367	7 178	7 545
	ARRUDA DOS VINHOS	115	164	166	113	15	264	279
	AZAMBUJA	406	417	486	337	27	796	823
	BARREIRO	1 366	1 854	1 994	1 226	209	3 011	3 220
	BENAVENTE	426	527	682	271	45	908	953
	BOMBARRAL	155	313	336	132	22	446	468
	CADAVAL	157	399	420	136	28	528	556
	CALDAS DA RAINHA	774	1 337	1 407	704	103	2 008	2 111
	CARTAXO	446	384	473	357	37	793	830
	CASCAIS	2 622	3 278	3 812	2 088	269	5 631	5 900
	CHAMUSCA	140	218	262	96	25	333	358
	CONSTÂNCIA	56	96	105	47	12	140	152
	CORUCHE	282	516	550	248	46	752	798
	ENTRONCAMENTO	172	344	368	148	42	474	516
	FERREIRA DO ZÉZERE	63	106	115	54	25	144	169
	GOLEGÃ	63	99	112	50	12	150	162
	LISBOA	8 184	8 205	9 931	6 458	1 191	15 198	16 389
	LOURES	2 587	2 726	3 305	2 008	182	5 131	5 313
	LOURINHÃ	286	451	561	176	76	661	737
	MAFRA	694	1 009	1 208	495	116	1 567	1 703
	MOITA	1 230	1 668	2 006	892	212	2 696	2 898
	MONTIJO	704	839	975	568	63	1 480	1 543
	NAZARÉ	225	344	405	164	31	538	569
	ÓBIDOS	142	263	272	133	20	385	405
	ODIVELAS	1 628	1 814	2 134	1 308	110	3 332	3 442
	OEIRAS	2 015	2 257	2 554	1 718	202	4 070	4 272
	OURÉM	269	469	553	185	77	661	738
	PALMELA	833	1 169	1 339	663	89	1 913	2 002
	PENICHE	421	632	753	300	72	981	1 053
	RIO MAIOR	219	334	370	183	34	519	553
	SALVATERRA DE MAGOS	429	650	726	353	54	1 025	1 079
	SANTARÉM	922	952	1 262	612	138	1 736	1 874
	SARDOAL	53	117	87	83	14	156	170
	SEIXAL	2 175	3 244	3 418	2 001	224	5 195	5 419
	SESIMBRA	475	720	792	403	55	1 140	1 195
	SETÚBAL	2 078	2 811	3 318	1 571	264	4 625	4 889
	SINTRA	5 461	7 807	7 524	5 744	511	12 757	13 268
	SOBRAL MONTE AGRAÇO	98	143	178	63	22	219	241
	TOMAR	450	713	782	381	175	988	1 163
	TORRES NOVAS	357	605	685	277	87	875	962
	TORRES VEDRAS	873	1 230	1 557	546	183	1 920	2 103
	VILA FRANCA DE XIRA	1 759	2 614	2 768	1 605	207	4 166	4 373
	VILA NOVA DA BARQUINHA	62	96	108	50	10	148	158
	Total Lisboa VT	50 114	65 045	72 863	42 296	6 474	108 685	115 159

Dados cedidos pelo IIEFP referentes ao mês de Junho de 2008

QUADRO I - Desemprego Registrado por Concelho segundo o Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego (situação no fim do mês)

Região	Concelho	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
		Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
Lisboa VT	ABRANTES	896	1 136	1 393	639	198	1 834	2 032
	ALCANENA	169	168	273	64	35	302	337
	ALCOBAÇA	787	1 302	1 521	568	177	1 912	2 089
	ALCOCHETE	210	227	317	120	16	421	437
	ALENQUER	668	952	1 184	436	67	1 553	1 620
	ALMADA	2 562	2 785	3 537	1 810	241	5 106	5 347
	ALMEIRIM	388	541	763	164	24	903	927
	ALPIARÇA	158	147	243	62	14	291	305
	AMADORA	3 391	3 957	4 047	3 301	358	6 990	7 348
	ARRUDA DOS VINHOS	141	158	195	104	12	287	299
	AZAMBUJA	468	477	637	308	35	910	945
	BARREIRO	1 626	1 876	2 305	1 197	261	3 241	3 502
	BENAVENTE	482	639	816	305	66	1 055	1 121
	BOMBARRAL	178	199	262	115	27	350	377
	CADAVAL	182	205	275	112	29	358	387
	CALDAS DA RAINHA	877	1 236	1 507	606	110	2 003	2 113
	CARTAXO	469	391	579	281	30	830	860
	CASCAIS	2 720	2 982	3 737	1 965	227	5 475	5 702
	CHAMUSCA	147	180	263	64	18	309	327
	CONSTÂNCIA	60	103	105	58	12	151	163
	CORUCHE	424	675	827	272	71	1 028	1 099
	ENTRONCAMENTO	214	339	426	127	49	504	553
	FERREIRA DO ZÉZERE	72	113	131	54	28	157	185
	GOLEGÃ	61	82	109	34	9	134	143
	LISBOA	8 708	8 142	10 457	6 393	1 125	15 725	16 850
	LOURES	2 998	2 680	3 714	1 964	182	5 496	5 678
	LOURINHÃ	294	445	563	176	75	664	739
	MAFRA	784	975	1 292	467	91	1 668	1 759
	MOITA	1 503	1 622	2 214	911	187	2 938	3 125
	MONTIJO	767	830	1 044	553	41	1 556	1 597
	NAZARÉ	305	424	579	150	49	680	729
	ÓBIDOS	164	217	272	109	22	359	381
	ODIVELAS	1 849	1 726	2 327	1 248	111	3 464	3 575
	OEIRAS	1 918	2 095	2 477	1 536	193	3 820	4 013
	OURÉM	345	638	783	200	101	882	983
	PALMELA	1 027	1 252	1 647	632	72	2 207	2 279
	PENICHE	594	844	1 120	318	69	1 369	1 438
	RIO MAIOR	229	315	358	186	35	509	544
	SALVATERRA DE MAGOS	542	916	1 078	380	75	1 383	1 458
	SANTARÉM	901	867	1 235	533	116	1 652	1 768
	SARDOAL	60	115	97	78	18	157	175
	SEIXAL	2 350	3 008	3 481	1 877	193	5 165	5 358
	SESIMBRA	528	744	858	414	52	1 220	1 272
	SETÚBAL	2 517	2 888	3 930	1 473	220	5 183	5 403
	SINTRA	5 969	7 467	8 033	5 403	475	12 961	13 436
	SOBRAL MONTE AGRAÇO	117	163	212	68	20	260	280
	TOMAR	546	767	926	387	218	1 095	1 313
	TORRES NOVAS	408	535	723	220	85	858	943
	TORRES VEDRAS	1 012	1 312	1 741	583	227	2 097	2 324
	VILA FRANCA DE XIRA	2 161	2 693	3 384	1 470	183	4 671	4 854
	VILA NOVA DA BARQUINHA	70	102	129	43	15	157	172
	Total Lisboa VT	56 014	64 650	80 126	40 538	6 364	114 300	120 664

Dados cedidos pelo IEFP referentes ao mês de Junho de 2010

INDICADORES DE JUSTIÇA POR MUNICÍPIO, 2007

JUSTICE INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2007

▶ continuação continued

IV.2.1	Evolução anual dos processos nos tribunais judiciais de 1ª instância	Taxa de criminalidade por categoria de crimes					
		Total	Crimes contra a integridade física	Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal
		‰					
Baixo Alentejo	- 1,6	25,6	4,5	0,3	1,4	3,9	2,0
Ajustrel	0,0	28,4	5,5	0,3	3,6	0,9	0,7
Almodôvar	- 3,2	18,0	1,9	0,0	0,7	1,4	1,6
Alvito	0,0	25,7	6,6	0,0	2,2	0,4	1,1
Barrancos	0,0	7,5	0,6	0,0	0,0	1,2	0,0
Beja	4,9	40,7	6,4	0,9	1,5	10,1	3,9
Castro Verde	0,0	14,1	1,8	0,0	1,0	2,4	1,0
Cuba	28,8	17,9	3,8	0,0	1,7	0,9	0,6
Ferreira do Alentejo	8,4	23,5	5,1	0,0	2,2	1,8	1,2
Mértola	11,3	15,2	1,9	0,0	0,7	0,9	0,7
Moura	- 4,8	17,9	3,9	0,0	1,0	1,7	1,8
Ourique	- 28,3	26,7	4,7	0,4	1,6	4,9	1,3
Serpa	15,1	14,9	2,3	0,0	1,0	1,1	1,4
Vidigueira	0,0	34,1	8,1	0,0	1,0	1,7	2,4
Lezíria do Tejo	15,2	36,2	5,0	0,4	5,4	1,5	2,3
Almeirim	20,7	40,8	6,0	0,5	7,7	1,5	2,2
Alpiarça	0,0	27,1	2,2	0,2	6,1	1,0	2,1
Azambuja	0,0	35,1	5,2	0,3	5,1	0,4	1,3
Benavente	21,9	40,4	7,5	0,7	6,2	0,7	1,1
Cartaxo	17,7	26,8	3,2	0,1	4,5	1,7	1,7
Chamusca	0,0	28,9	4,8	0,1	2,3	0,6	1,2
Coruche	21,0	26,3	3,7	0,3	2,0	0,7	2,5
Golegã	19,1	33,1	4,0	0,0	4,7	0,2	0,9
Rio Maior	8,3	36,5	4,1	0,2	5,3	1,1	1,6
Salvaterra de Magos	0,0	35,1	5,9	æ	3,7	1,2	1,9
Santarém	7,5	42,9	5,1	0,9	6,9	3,1	4,2

	%	%					
		Total	Crimes of assault	Theft/purse snatching and robbery in public	Theft of/in motor vehicles	Driving a motor vehicle with a blood alcohol equal or higher than 1,2g/l	Driving without legal requirements
		Criminality rate by type of offence					

© INE, I.P., Portugal, 2009, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2008/Statistical Yearbook of Alentejo Region 2008. Informação disponível até 30 de Setembro de 2009. Information available till 30th September, 2009.

Fonte: Ministério da Justiça, Direcção-Geral da Política de Justiça.
Source: Ministry of Justice, Directorate-General for Justice Policy.

Nota: A partir de 2007 os dados estatísticos sobre processos nos tribunais judiciais de 1ª instância passaram a ser recolhidos a partir do sistema informático dos tribunais, representando a situação dos processos registados nesse sistema.

Mapa total de imigrantes residentes no Concelho de Salvaterra de Magos

Ano: 2009

Distrito	Total	TRs	VLDs	Homens	Mulheres
Total Distrito	14416	14398	18	7667	6749
Total Concelho	533	533		279	254
Alemanha	6	6		5	1
Angola	12	12		4	8
Argentina	1	1		1	0
Bélgica	2	2		2	0
Brasil	256	256		130	126
Bulgária	8	8		4	4
Cabo Verde	20	20		8	12
China	27	27		11	16
Desconhecido	1	1		0	1
Eslováquia	1	1		0	1
Espanha	2	2		1	1
Filipinas	2	2		0	2
França	4	4		3	1
Guiné Bissau	3	3		3	0
Holanda	19	19		13	6
Índia	1	1		0	1
Iraque	2	2		0	2
Itália	2	2		2	0
Lituânia	6	6		2	4
Marrocos	2	2		1	1
Moçambique	1	1		1	0
Moldávia	12	12		8	4
Peru	1	1		0	1
Polónia	3	3		1	2
Reino Unido	1	1		0	1
Roménia	14	14		6	8
Rússia	2	2		1	1
São Tomé e Príncipe	1	1		0	1
Suíça	1	1		0	1
Ucrânia	119	119		72	47
Venezuela	1	1		0	1

Dados cedidos pelo SEF

Imigrantes desempregados inscritos no Centro de Emprego de Salvaterra de Magos mês de Julho de 2008, 2009, 2010

	2008	2009	2010
ALEMANHA	1	-	-
ANGOLA	1	1	2
BÉLGICA	1	-	-
BRASIL	13	35	34
BULGÁRIA	-	1	-
CABO VERDE	2	4	4
EGIPTO	-	-	1
ESLOVÁQUIA	-	1	-
FRANÇA	-	1	1
GUINE	-	1	1
HOLANDA	1	-	-
IRAQUE	-	1	-
ISLÂNDIA	-	-	1
LITUÂNIA	1	-	-
LUXEMBURGO	1	-	-
MOLDÁVIA	1	1	3
ROMÉNIA	-	-	3
RÚSSIA	-	-	1
UCRÂNIA	10	23	17
Total	32	69	68

Dados cedidos pelo IEFP

**Imigrantes inscritos no Centro de Emprego de Salvaterra de Magos no
mês de Julho de 2008, 2009, 2010**

	200807	200907	201007
ALBÂNIA	-	-	1
ALEMANHA	3	1	1
ANGOLA	9	9	5
BÉLGICA	1	1	1
BIELORÚSSIA	1	-	-
BRASIL	49	105	126
BULGÁRIA	3	14	8
CABO VERDE	6	7	6
COLÔMBIA	1	1	-
CUBA	-	-	1
EGIPTO	-	-	1
ESLOVÁQUIA	-	1	-
ESPANHA	2	2	1
FRANÇA	-	1	2
GUINÉ	-	1	1
GUINÉ-BISSAU	1	4	3
HOLANDA	1	-	-
IRAQUE	-	1	-
ISLÂNDIA	-	-	1
LITUÂNIA	1	-	-
LUXEMBURGO	1	-	-
MARROCOS	-	1	-
MOÇAMBIQUE	1	1	2
MOLDÁVIA	10	21	24
OUTRO	1	1	-
POLÓNIA	2	3	1
ROMÉLIA	12	14	17
RÚSSIA	1	-	2
SÃO TOMÉ E PRINCIPE	2	3	2
UCRÂNIA	30	51	56
VENEZUELA	-	-	1
Total	138	243	263

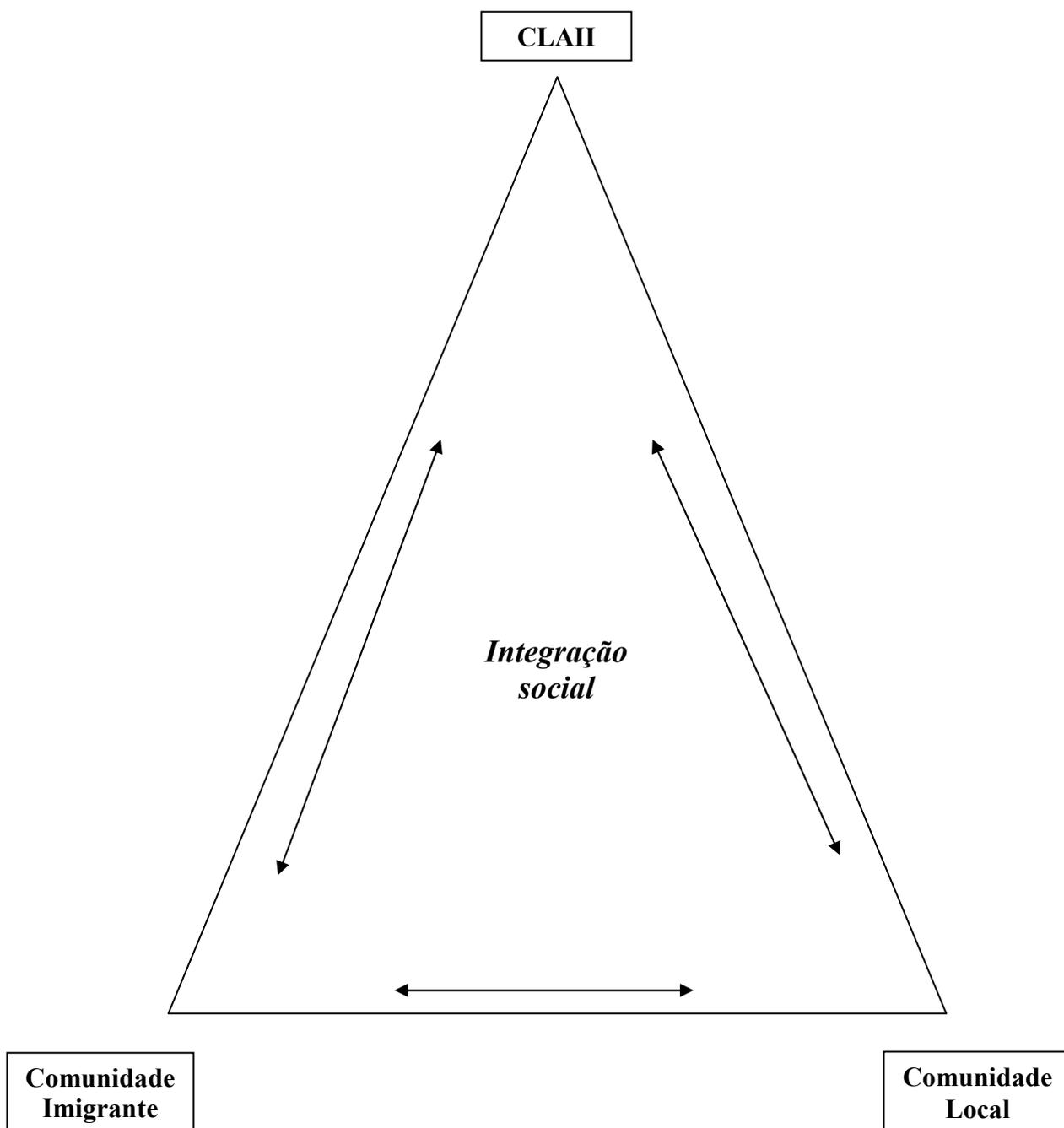
Dados cedidos pelo IEFP

Habilitações Literárias dos imigrantes desempregados inscritos no fim do mês de Julho de 2010 no
Centro de Emprego de Salvaterra de Magos

	< 1º CICLO EB	1º CICLO EB	2º CICLO EB	3º CICLO EB	SECUNDÁRIO	SUPERIOR	Total
ALBÂNIA	-	-	-	-	1	-	1
ANGOLA	-	1	3	-	1	-	5
BÉLGICA	-	-	-	-	1	-	1
BULGÁRIA	-	-	-	-	7	1	8
BRASIL	3	14	36	17	55	1	126
CUBA	-	-	-	-	1	-	1
CABO VERDE	-	2	1	2	1	-	6
ALEMANHA	-	-	-	1	-	-	1
EGIPTO	-	-	-	-	1	-	1
ESPAÑA	-	-	1	-	-	-	1
FRANÇA	-	-	-	-	2	-	2
GUINÉ	-	-	-	1	-	-	1
GUINÉ-BISSAU	-	-	-	2	1	-	3
ISLÁNDIA	-	-	-	-	1	-	1
MOLDÁVIA	-	-	-	5	19	-	24
MOÇAMBIQUE	1	-	-	1	-	-	2
POLÓNIA	-	-	-	-	1	-	1
ROMÉNIA	-	-	2	9	6	-	17
RÚSSIA	-	-	-	1	1	-	2
SÃO TOMÉ E PRINCIPE	1	-	-	1	-	-	2
UCRÂNIA	-	-	-	21	35	-	56
VENEZUELA	-	-	-	-	1	-	1
Total	5	17	43	61	135	2	263

Dados cedidos pelo IEFP

Triângulo de avaliação das dinâmicas de integração social de imigrantes



Elaboração própria, 2010

Mapa total de imigrantes residentes por concelho no distrito de Santarém

Ano: 2008

Distrito	Total	TRs	VLDs	Homens	Mulheres
Total Distrito	13636	13215	421	7397	6239
Abrantes	553	546	7	296	257
Alcanena	583	574	9	316	267
Almeirim	740	718	22	391	349
Alpiarça	152	152		73	79
Benavente	2214	2180	34	1214	1000
Cartaxo	1022	1019	3	588	434
Chamusca	58	54	4	29	29
Constância	45	45		21	24
Coruche	281	281		164	117
Entroncamento	419	414	5	210	209
Ferreira do Zêzere	144	144		78	66
Golegã	29	29		15	14
Mação	110	109	1	49	61
Ourém	1953	1953		1073	880
Rio Maior	832	821	11	448	384
Salvaterra de Magos	501	500	1	271	230
Santarém	2583	2273	310	1422	1161
Sardoal	41	40	1	20	21
Tomar	747	747		389	358
Torres Novas	573	560	13	310	263
Vila Nova da Barquinha	56	56		20	36

Dados cedidos pelo SEF